

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO PARANÁ
ESCOLA DE EDUCAÇÃO E HUMANIDADES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM TEOLOGIA – PPGT PUCPR**

LUIZ FERNANDO DE LIMA

**PLANEJAMENTO FAMILIAR E TEOLOGIA: DIÁLOGOS, DISCORDÂNCIAS E
PRÁTICA PASTORAL**

CURITIBA

2014

LUIZ FERNANDO DE LIMA

**PLANEJAMENTO FAMILIAR E TEOLOGIA: DIÁLOGOS, DISCORDÂNCIAS E
PRÁTICA PASTORAL**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Teologia – PPGT PUCPR – da Pontifícia Universidade Católica do Paraná, como requisito parcial para obtenção do Título de Mestre em Teologia.

Orientador: Prof. Dr. Mário Antonio Sanches

CURITIBA

2014

Dados da Catalogação na Publicação
Pontifícia Universidade Católica do Paraná
Sistema Integrado de Bibliotecas – SIBI/PUCPR
Biblioteca Central

L732p
2014

Lima, Luiz Fernando de
Planejamento familiar e teologia : diálogos, discordâncias e prática pastoral /
Luiz Fernando de Lima ; orientador, Mário Antonio Sanches. -- 2014.
110 f. ; 30 cm

Dissertação (mestrado) – Pontifícia Universidade Católica do Paraná,
Curitiba, 2014
Bibliografia: f. 98-105

1. Planejamento familiar. 2. Bioética. 3. Teologia. I. Sanches, Mario Antonio.
II. Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Programa de Pós-Graduação em
Teologia. III. Título.

CDD 20. ed. – 200

ATA DA SESSÃO PÚBLICA DE EXAME DE DISSERTAÇÃO Nº. 89
DEFESA PÚBLICA DE DISSERTAÇÃO DE MESTRADO DE

Luiz Fernando de Lima

Aos doze dias, do mês de agosto de dois mil e catorze, às catorze horas, reuniu-se na Sala de Defesa – Segundo Andar da Escola de Educação e Humanidades da Pontifícia Universidade Católica do Paraná, a Banca Examinadora constituída pelos professores: Mario Antonio Sanches, Luiz Antonio Lopes Ricci e Carla Corradi Perini para examinar a Dissertação do candidato, **Luiz Fernando de Lima** ingressante no Programa de Pós-Graduação em Teologia – Mestrado e Doutorado no segundo semestre de dois mil e doze. Linha de Pesquisa: Teologia e Sociedade. O mestrando apresentou a dissertação intitulada: **“PLANEJAMENTO FAMILIAR E TEOLOGIA: DIÁLOGOS, DISCORDÂNCIAS E PRÁTICA PASTORAL”**. O candidato fez uma exposição sumária da Dissertação, em seguida procedeu-se à argüição pelos membros da banca e, após a defesa, o candidato foi APROVADO pela Banca Examinadora. A sessão encerrou-se às 15 h 40 min. Para constar, lavrou-se a presente ata, que vai assinada pelos membros da Banca Examinadora.

Prof. Dr. Mario Antonio Sanches _____
Presidente/Orientador - PUCPR

Prof. Dr. Carla Corradi Perini _____
Convidada Interna - PUCPR

Prof. Dr. Luiz Antonio Lopes Ricci _____
Convidado Externo - FAJOPA.

CIENTE
Prof. Dr. Agenor Brighenti

Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Teologia- *Stricto Sensu*
PPGT - PUCPR



Dedico este trabalho a todos os defensores/as e promotores/as da vida desde seu início até seu término natural. Em especial, esta dissertação também é uma forma singela de expressar ternura e solidariedade às mulheres que decidiram não abortar, bem como um modo de acolhida misericordiosa àquelas que optaram pelo processo de abortamento.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente ao Deus que é amor (cf. 1Jo 4,16). Por conta do transbordamento deste amor, fomos chamados à vida e a também amar de uma forma específica. Sou grato a este “amor derramado” que me deu a possibilidade de peregrinar nesta terra, tendo a vocação específica de tornar meu coração capaz de amar a todos, sobretudo, aqueles que ninguém deseja amar.

Agradeço ao meu orientador, Dr. Mário Sanches, pela dedicação e competência extraordinárias com que me guiou na construção deste trabalho. Além das nossas relações acadêmicas, tornamo-nos grandes amigos por conta de compreendermos o estudo da Teologia Moral como um modo ímpar de trabalhar na construção do Reinado de Deus.

Agradeço aos bispos da diocese de Jacarezinho (PR) com quem convivi até a data de hoje. Lembro Dom Conrado Walter, SAC que além de me acolher no seminário também me mostrou um bom caminho para o sacerdócio. Recordo Dom Fernando José Penteado, que me ordenou presbítero e me ofereceu a oportunidade de poder aprofundar nos estudos da Teologia. Trago à mente ainda, nosso querido Dom Antonio Braz Benevente, mais que um amigo, um pastor preocupado e dedicado. Agradeço-lhe a possibilidade de tornar real esse mestrado, seja pelo incentivo, seja pela contribuição financeira. Obrigado caro bispo, por compreender e acacitar cada presbítero naquilo que ele tem de melhor em função do anúncio e da construção do Reinado divino.

Agradeço, por fim, meus familiares. Aos meus pais por serem instrumentos de Deus ao me darem a vida e cuidarem de mim desde que fui concebido. Aos meus irmãos e irmã pela alegria da convivência e a partilha do que significa ser família. De modo especial, lembro o meu irmão Haroldo e sua família que gentilmente me permitiu ter um lugar de repouso e descanso depois de longas horas de estudo. E como não recordar a família que o Senhor me concedeu nestes últimos anos no dia-a-dia da vida do Seminário. Aos amigos seminaristas, minha gratidão pela compreensão em minhas ausências da casa e meu grande carinho por cada um que em cada momento de convivência revela-se um tesouro precioso saído das mãos de Deus.

"Filho é um ser que nos foi emprestado para um curso intensivo de como amar alguém além de nós mesmos, de como mudar nossos piores defeitos para darmos os melhores exemplos e de aprendermos a ter coragem. Isto mesmo! Ser pai ou mãe é o maior ato de coragem que alguém pode ter, porque é se expor a todo tipo de dor, principalmente da incerteza de estar agindo corretamente e do medo de perder algo tão amado. Perder? Como? Não é nosso, recordam-se? Foi apenas um empréstimo".

(José Saramago)

RESUMO

O planejamento familiar responsável tem sido tema de discussão já há muito tempo. Apesar de passar por um período de arrefecimento, mais uma vez vem à tona especialmente no século XX em conferências espalhadas ao redor de todo o mundo, como – por exemplo – na oitava Conferência da Fundação da Federação Internacional de Planejamento Familiar, acontecida em 1967 e na Alocução que Pio XII fez às parteras italianas em 1951. O texto que se segue apresenta três objetivos bem delineados: 1) apresentar o silêncio sobre o planejamento familiar e a consciência dos fiéis advinda do mutismo em questões de parentalidade; 2) demonstrar que o planejamento familiar consciente faz parte da pauta da doutrina católica; 3) fazer saber que o planejamento familiar é um tema que ultrapassa os limites da doutrina católica e se prescreve, por sua vez, em uma forte agenda de apelo social. Governos, movimentos e associações, por exemplo, incentivam o planejamento familiar, ainda que este venha caracterizado na forma de controle de natalidade. Para atingir esses objetivos, a pesquisa está fundamentada em grandes pensadores que debatem a temática, bem como nos pronunciamentos oficiais do Magistério Eclesiástico, sobretudo nas Encíclicas *Humanae Vitae* de Paulo VI e *Evangelium Vitae* de João Paulo II. Uma pesquisa de campo também foi realizada entre os meses de outubro e dezembro de 2013 na diocese de Jacarezinho (PR) entre os agentes de pastoral tendo em vista o planejamento de parentalidade no contexto intraeclesial. Os dados colhidos nesta pesquisa funcionam como amostragem, ainda que parcial, da realidade descrita ao longo do texto. Este trabalho se coloca numa linha de continuidade às pesquisas sobre parentalidade em relação à sexualidade, aos modelos de famílias, à violência social e à religião realizadas pelo grupo de pesquisa Teologia e Bioética da PUCPR. Ter filhos não pode mais ser fruto do acaso ou um gesto impensado.

PALAVRAS-CHAVE: Planejamento Familiar. Teologia. Bioética. *Humanae Vitae*.

ABSTRACT

The responsible family planning has been a topic of discussion long ago. Despite going through a cooling period, once again comes to the fore especially in the twentieth century spread around the whole world conferences, such as - for example - in the eighth Conference of the International Planned Parenthood Foundation, took place in 1967 and Statement on Pius XII did the Italian midwives in 1951 the following text presents three well-defined objectives: 1) to present the silence about family planning and awareness of the faithful mutism arising in parenting issues; 2) demonstrate that conscious family planning is part of the agenda of Catholic doctrine; 3) do know that family planning is a topic that goes beyond the limits of Catholic doctrine and prescribing, in turn, in a strong agenda of social appeal. Governments, movements and associations, for example, encourage family planning, although the latter may characterized as birth control. To achieve these objectives, the research is based on big thinkers who debate the topic, as well as in official pronouncements of the Magisterium, especially in the encyclicals *Humanae Vitae Evangelium Vitae*, Paul VI and John Paul II. A survey was also conducted between the months of October and December 2013 in the diocese of Jacarézinho (PR) among pastoral workers with a view to planning for parenthood in intrachurch context. The data collected in this research work such as sampling, even partially, the reality described in the text. This work stands in a line of continuity to research on parenting in relation to sexuality, the model families, social violence and religion conducted by the research group Theology and Bioethics PUCPR. Having children can not be due to chance or thoughtless gesture.

KEYWORDS: Family Planning. Theology. Bioethics. *Humanae Vitae*.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Perfil geral dos entrevistados	20
Tabela 2 – Dados relacionados com a questão ‘A religião influenciou na escolha do método contraceptivo’ cruzados com a questão identificação de gênero	39
Tabela 3 – Dados relacionados com a questão ‘A religião influenciou na escolha do método contraceptivo’ cruzados com a questão ‘Estado civil na gravidez do primeiro filho’	40
Tabela 4 – Dados relacionados com o planejamento da gravidez do primeiro filho	63
Tabela 5 – Dados relacionados com a questão do planejamento da gravidez do primeiro filho e cruzados com a identificação de gênero	63
Tabela 6 – Dados relacionados com o planejamento da gravidez do primeiro filho cruzados com a idade atual do entrevistado	64
Tabela 7 – Dados relacionados com planejamento da primeira gravidez cruzados com o número de filhos	65
Tabela 8 – Dados relacionados com o ‘planejamento da primeira gravidez’ cruzados com o ‘estado civil na gravidez do primeiro filho’	65
Tabela 9 – Dados relacionados com ‘planejamento da primeira gravidez’ cruzados com o ‘grau de escolaridade na gravidez do primeiro filho’	66
Tabela 10 – Dados relacionados com ‘reação ao anúncio da primeira gravidez’ cruzados com a ‘identificação de gênero’	68
Tabela 11 - Dados relacionados com ‘reação ao anúncio da primeira gravidez’ cruzados com a ‘idade atual do entrevistado’	68
Tabela 12 - Dados relacionados com ‘reação ao anúncio da primeira gravidez’ cruzados ‘número de filhos’	69

Tabela 13 - Dados relacionados com 'reação ao anúncio da primeira gravidez' cruzados com 'o estado civil na gravidez do primeiro filho'	69
Tabela 14 - Dados relacionados com 'reação ao anúncio da primeira gravidez' cruzados com 'grau de escolaridade na gravidez do primeiro filho'	70
Tabela 15 – Dados relacionados com 'reação ao anúncio da gravidez do primeiro filho'	89
Tabela 16 – Dados relacionados ao 'desejo de abortar o primeiro filho'	90
Tabela 17 – Dados relacionados 'o desejo de abortar o primeiro filho' cruzados com a 'reação ao anúncio da gravidez do primeiro filho'	90
Tabela 18 – Dados relacionados com a compreensão que os entrevistados têm do filho	92
Tabela 19 – Dados relacionados com a 'compreensão que o entrevistado tem do filho' cruzados com o 'desejo de abortar na primeira gravidez'	92
Tabela 20 – Dados relacionados com 'reação ao anúncio da gravidez do primeiro filho' cruzados com a compreensão dos mesmos	94

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

2Mc	Segundo Livro dos Macabeus
AGI	Instituto Alan Guttmacher
CC	Casti Conubii
CEP	Comitê de Ética em Pesquisa
DAp	Documento de Aparecida
DCE	Deus Caritas est
DP	Documento de Puebla
ed.	Edição
Ef	Epístola aos Efésios
EV	Evangelium Vitae
Ez	Livro de Ezequiel
FC	Familiaris Consortio
Gn	Livro de Gênesis
GS	Gaudium et Spes
HV	Humanae Vitae
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IBM	International Business Machines
Jo	Evangelho de São João
Jr	Livro de Jeremias
Mc	Evangelho de São Marcos
Mt	Evangelho de São Mateus
OMS	Organização Mundial da Saúde
Os	Livro de Oséias
p.	Página
PAISM	Programa de Assistência Integral à Saúde da Mulher
PPGT	Programa de Pós-Graduação em Teologia
Pr	Livro dos Provérbios
PUCPR	Pontifícia Universidade Católica do Paraná
SPSS	Statistical Package for Social Sciences
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	14
2 METODOLOGIA	17
3 PLANEJAMENTO FAMILIAR E PRÁTICA PASTORAL: O SILÊNCIO DA IGREJA CATÓLICA E A CONSCIÊNCIA DOS FIÉIS	21
3.1 CONTEXTOS CAUSADORES DO SILÊNCIO EM RELAÇÃO AO PLANEJAMENTO FAMILIAR	22
3.1.1 Contexto social	23
3.1.2 Contexto religioso e eclesial	24
3.1.3 Concepção teológica e antropológica	25
3.2 <i>HUMANAE VITAE</i> : REAÇÕES, CONTRIBUTOS E INCIDÊNCIAS NA PRÁTICA PASTORAL DO PLANEJAMENTO FAMILIAR	26
3.2.1 Uma rápida história da <i>Humanae Vitae</i>	27
3.2.2 A argumentação da Encíclica	29
3.2.3 Reações negativas em torno da <i>Humanae Vitae</i>	30
3.3 E O SILÊNCIO CONTINUA	33
3.3.1 “Há 50 anos as coisas eram diferentes”	34
3.3.2 Alguns dados da pesquisa	36
4 PARENTALIDADE E IGREJA CATÓLICA: DO MATRIMÔNIO CRISTÃO A UM PLANEJAMENTO FAMILIAR CONSCIENTE	42
4.1 O MATRIMÔNIO: EXPRESSÃO CONCRETA DO AMOR CONJUGAL	44
4.1.1 O amor conjugal	46
4.1.2 Fundamentação bíblica	50
4.1.3 O amor em <i>Deus Caritas est</i>	53
4.2 O ENSINAMENTO DO MAGISTÉRIO ECLESIAÍSTICO CATÓLICO SOBRE PLANEJAMENTO FAMILIAR	55
4.2.1 Nos passos da história	56
4.2.2 O ensinamento da <i>Humanae Vitae</i>	59
4.2.3 Parentalidade responsável	61
4.3 QUANDO A TEORIA ENCONTRA A REALIDADE	62
4.3.1 “Você planejou a gravidez do seu primeiro filho?”	62
4.3.2 “Qual foi a sua reação no anúncio da gravidez do primeiro filho?”	67

5 TER FILHOS NÃO PODE MAIS SER UM ATO IMPENSADO: O PLANEJAMENTO FAMILIAR COMO AGENDA DE FORTE APELO SOCIAL	72
5.1 A BIOÉTICA ENQUANTO PREOCUPAÇÃO CONSTANTE PELA VIDA	73
5.2 TER FILHOS NÃO PODE SER UM ATO IMPENSADO	77
5.3 TER FILHOS HOJE: O NECESSÁRIO PLANEJAMENTO FAMILIAR	81
5.4 MENTALIDADE CONTRACEPTIVA x MENTALIDADE ABORTIVA	83
5.5 O PLANEJAMENTO FAMILIAR E AS GRANDES RELIGIÕES	86
5.6 A PRIMEIRA GRAVIDEZ, A COMPREENSÃO DO FILHO E O DESEJO DE ABORTÁ-LO	88
5.6.1 A reação ao anúncio do primeiro filho e o desejo de abortá-lo	88
5.6.2 A compreensão dos filhos x Desejo de abortar a primeira gravidez	92
5.6.3 A reação no anúncio da primeira gravidez e a compreensão dos filhos ..	94
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	97
REFERÊNCIAS	98
ANEXO A - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO	106
ANEXO B – INSTRUMENTO DE PESQUISA: PLANEJAMENTO DA PARENTALIDADE NO CONTEXTO INTERECLESIAL	107
ANEXO C – PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP	110

1 INTRODUÇÃO

Há mais de quarenta anos discute-se sobre a necessidade de planejar o nascimento de um filho. Este não pode ser apenas fruto do acaso ou da boa vontade divina, por exemplo. Falar, portanto, sobre planejamento familiar no contexto da teologia católica e da bioética é o filão que conduz a discussão presente nas páginas seguintes.

Para a teologia esta pretensão não surge de uma inspiração leviana, pois a encarnação do Verbo de Deus não sugere apenas sentimentos abstratos, mas incide diretamente na vida concreta das pessoas sejam por meio de palavras, exortações e testemunho de vida, seja pela proposta de uma nova sociedade fundamentada na vivência do amor. Nas palavras do Evangelho de João (10,10), pode-se encontrar o resumo da missão de Jesus: “Eu vim para que todos tenham vida e a tenham plenamente”. Esse projeto divino tem continuidade na vida e missão da Igreja Católica.

Essa instituição ao longo dos séculos tenta encaminhar as pessoas na direção de Deus, sendo orientadora de comportamentos éticos e detentora de posturas sempre em favor da vida. A palavra da Igreja Católica, portanto, tem relevância em muitos sentidos e é claro que, quando se trata de planejamento familiar sua voz ainda que pouco ouvida, continua a ser guia daqueles que pretendem e também daqueles que não pretendem a construção do Reino definitivo.

Ao falar da voz da Igreja Católica em assuntos de planejamento familiar tem-se em mente a figura de João Crisóstomo, o primeiro a falar sobre essa temática (cf. VIDAL, 2003, p. 325), e também a Alocução de Pio XII às parteiras no dia 29 de outubro de 1951. Na época conciliar, o grande teólogo católico Häering já indicava que ter filhos diante das condições sociais que se despontavam exigia a passagem de um ato impensado para uma ação responsável. Dentre os vários pronunciamentos oficiais do Magistério destacam-se a *Humanae Vitae* de Paulo VI, a *Evangelium Vitae* de João Paulo II e a *Instrução sobre o respeito à vida humana nascente e a dignidade da procriação*, sendo este último documento tornado conhecido pela Congregação da Doutrina da Fé.

Os tempos mudaram e o contexto eclesial atual reflete a multiplicidade de credos e religiões. A Igreja Católica não é mais a única reguladora da vida das

pessoas. Sua voz, aliás, em muitas ocasiões, é até mesmo desprovida do crédito devido.

Tendo em conta a complexidade e, ao mesmo tempo, a importância da temática sobre planejamento familiar torna-se relevante conhecer profundamente o discurso da Igreja Católica sobre essa questão, já que a ausência de planejamento familiar sério e responsável pode ser a causa hoje de muitas situações como gravidez na adolescência, partos de mães solteiras, aborto, abandono de recém-nascidos, encaminhamento para adoção, mortalidade materna e infantil.

Essa temática não é nova e já em 1967 estava presente na 8ª Conferência da Fundação da Federação Internacional de planejamento familiar. No entanto, endossa-se aqui a importância dessa temática por se perceber a necessidade de se criar uma “cultura de parentalidade” para que todas as crianças que venham a este mundo sejam bem-vindas (cf. EGUREN, 1976, p. 54). A Igreja não pode permanecer alheia a isso, sua voz e sua postura são relevantes para a construção dessa cultura.

Diante de uma sociedade atual que migra entre o “extremamente religioso” e o “laicizado” sabe-se que as opiniões podem assumir uma complexidade tal que o projeto de parentalidade pode não fazer parte da pauta de discussões dos casais e muito menos o ensinamento magisterial figura como critério para as decisões. Pode estar ausente hoje do entendimento dos casais católicos, por exemplo, o fato de que o Deus encarnado em Cristo, que oferece seu corpo na Ceia para a salvação de todos, é o mesmo Deus encarnado nos cônjuges e em seu ato de doação mútua. Isso pode estar acontecendo devido a um pré-conceito de que em assuntos de planejamento familiar a Igreja Católica apenas se concentra em oferecer condenações aos métodos contraceptivos artificiais.

O texto que se segue está organizado em três capítulos que discutem a temática do planejamento familiar diante da prática pastoral hodierna, do pensamento católico sobre o assunto e de sua necessária realização como agenda de forte apelo social. Cada capítulo contempla uma revisão teórica da literatura e também os dados relevantes de uma pesquisa de campo sobre “a parentalidade no contexto intereclesial” realizada entre outubro e dezembro do ano de 2013 na diocese de Jacarezinho (PR).

O trabalho redigido desta forma parece colher mais propriamente os resultados advindos da pesquisa de campo. Essa forma de redação, no entanto, sugere às vezes a repetição de algumas ideias e citações que são fundamentais e

funcionam ao longo do texto como cardos capazes de concatenar a revisão teórica e os dados da pesquisa de campo.

O objetivo primário desta dissertação é investigar a existência ou não do planejamento familiar entre os casais cristãos, observando o grau de influência dos ensinamentos magisteriais católicos na hora da decisão de ter ou não um filho/a. Este objetivo primário desdobra-se em outros três mais específicos que resultam em cada um dos capítulos apresentados abaixo: 1) analisar as razões do mutismo da Igreja Católica em torno da temática do planejamento familiar nas últimas décadas, tendo em conta a consciência dos fiéis; 2) apresentar o planejamento familiar como pauta da doutrina católica, mostrando que o matrimônio como expressão do amor conjugal é o filão pelo qual se envereda esta discussão; 3) apontar o planejamento familiar e sua forte agenda de apelo social.

As otimistas palavras de Martin Buber podem, enfim, sugerir o espírito deste trabalho: “Eu não tenho nenhum ensinamento, eu tomo o leitor pelas mãos, eu o conduzo à janela e lhe mostro o mundo com olhos bem abertos” (apud, FRANKL; LAPIDE, 2013, p. 57).

2 METODOLOGIA

Quando se fala de planejamento familiar percebe-se que ele é impactado pela visão de sexualidade das pessoas envolvidas. Outra questão que também paira sobre esta temática é o fato de a decisão sobre o planejamento familiar recair preferentemente sob a responsabilidade da mulher. A religião pode ter, outrossim, um forte impacto no planejamento familiar.

Tendo isso em conta, ao querer lançar um olhar mais profundo sobre esta questão que, além de acadêmica toca também o dia-a-dia das pessoas, percebeu-se a inexistência de um instrumento de pesquisa que aplicado pudesse oferecer dados seguros sobre a realidade do planejamento familiar. Desta constatação surgiu o propósito de elaborar, construir e validar um instrumento de pesquisa que fosse capaz de sanar essa lacuna, sobretudo em âmbito nacional.

A pesquisa foi efetivada a partir da aplicação do Instrumento de Pesquisa: *Planejamento de Parentalidade no Contexto da Bioética*¹ que consta de 53 questões relacionadas com o planejamento familiar (ver anexo A). O instrumento da pesquisa fora elaborado e validado pelo Grupo de Pesquisa Teologia e Bioética da PUCPR e a aplicação do instrumento para esta pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa da PUCPR com parecer de número 409.841 na data de 25/09/2013.

A pesquisa de campo foi realizada com agentes de pastoral de ambos os gêneros² que exercem seu ministério no território da Diocese de Jacarezinho (PR).

A escolha da diocese de Jacarezinho para a aplicação do instrumento de pesquisa, além de ser a diocese onde o pesquisador atua, se torna relevante pelas seguintes situações peculiares elencadas abaixo:

- A diocese de Jacarezinho foi criada em 1926, sendo a segunda diocese do estado do Paraná ao lado da diocese de Ponta Grossa;

¹ Este instrumento de pesquisa *Planejamento de Parentalidade no Contexto da Bioética* - foi elaborado e validado pelo Grupo de Pesquisa Teologia e Bioética, vinculado a dois Programas de Pós-Graduação – de Teologia e de Bioética - da Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Curitiba, em projeto de pesquisa do início de 2010 a julho de 2013. A validação deste instrumento é fruto de quatro dissertações de mestrado, orientadas pelo Prof. Mário Antônio Sanches, no Programa de Pós-Graduação em Teologia da PUCPR: KRUM, Juarez Celso. **O impacto dos modelos de família sobre o projeto de parentalidade** (2013); SANTOS, Renato Barbosa dos. **Impacto da Tradição Bíblica no Planejamento da Parentalidade** (2013); RIGONI, Miguel Fernando. **O impacto da visão de sexualidade sobre o Planejamento da parentalidade** (2013); SATO, Edésia de Souza. **O impacto das questões socioeconômicas sobre o planejamento da parentalidade** (2014).

² Para uma visão de conjunto do perfil dos entrevistados: ver tabela 1.

- O território diocesano da Igreja particular de Jacarezinho é rural, com pessoas, em sua maioria, adeptas de um catolicismo tradicional;
- O último plano diocesano de pastoral (2012-2015) assumiu como uma de suas prioridades a Pastoral Familiar, incluindo assim a temática sobre planejamento familiar;
- No ano de 2011 em um simples mapeamento realizado pela Pastoral da Criança no território diocesano de Jacarezinho, percebeu-se que o menor município da diocese possuía o maior número de adolescentes grávidas menores de 14 anos.

A pesquisa foi realizada, portanto, entre as lideranças das comunidades paroquiais, ou seja, aqueles fiéis engajados na evangelização, comumente chamados de agentes de pastoral. Por agentes de pastoral entendem-se aqueles servidores de Cristo que trabalham a fim de que o projeto de Deus seja conhecido e vivido entre as mais diversas pastorais e movimentos. Um traço característico dos agentes de pastoral é a sua fidelidade à Palavra de Deus e à doutrina cristã, que vivem, ensinam e anunciam. Participaram da pesquisa os agentes de pastorais das 46 paróquias da diocese de Jacarezinho (PR). De acordo com análise estatística inicial o total de sujeitos da pesquisa – agentes entrevistados – foi de 278, uma amostra aceitável considerando um nível de confiança de 95% e margem de erro de 5%, visto que há uma estimativa de 1.000 agentes de pastoral com o perfil desejado. De fato, o total de agentes entrevistados foi de 310, sendo 278 com respostas completas para o primeiro filho e 214 com respostas para primeiro e último filho. Foram incluídos entre os sujeitos a responder o questionário os agentes de pastoral de ambos os gêneros com uma caminhada de mais de três anos no processo evangelizador, maiores de 18 anos e pais de pelo menos um filho. Foram excluídos da pesquisa os cônjuges que estavam vivenciando uma situação de gravidez.

O questionário foi entregue dentro de um envelope aos agentes de pastoral em momentos de reuniões nas comunidades após uma detalhada explicação do objetivo de toda esta pesquisa. Quando se fala em explicação detalhada, pensa-se, por exemplo, naquelas questões em que as opções de resposta iam de “zero” a “quatro”, sendo este referente à concordância plena com a questão e aquele sua total ausência. As demais opções na resposta: “um”, “dois” e “três” também foram explicadas. Aqueles que aceitaram participar da pesquisa assinaram o TCLE e tiveram tempo hábil para responder, depois do qual as respostas foram recolhidas pelos entrevistadores.

Os dados coletados foram armazenados e analisados com apoio de software utilizado para análise de dados (estatística), tendo em vista que esta é uma pesquisa quantitativa. Este sistema de análise está disponível nos sistemas de pesquisa da PUCPR: o SPSS, criado pela IBM. A análise dos dados levou em conta o objetivo deste trabalho. Também foram realizadas comparações entre os dados a fim de obter uma visão detalhada da situação pesquisada. O referencial teórico foi utilizado como meio de observar a coerência ou a incoerência dos dados levantados. Os questionários respondidos estão sob a responsabilidade dos pesquisadores, em local protegido, arquivados por um período de 05 anos, não sendo em hipótese alguma, repassados a outros projetos ou grupos de pesquisa.

Em síntese, foram percorridas as seguintes etapas: a) a determinação dos participantes da pesquisa; b) a aplicação dos instrumentos de pesquisa em campo; c) a tabulação dos dados levantados; d) a redação de um informe preliminar; e) a análise dos dados e sua descrição na dissertação.

O perfil geral dos entrevistados, considerando os 278 que entregaram os questionários completamente preenchidos, além de serem agentes com atuação de mais de três anos em atividades pastorais, é apresentado na Tabela 1, construído a partir das variáveis de gênero, idade, número de filhos, estado civil e escolaridade. Como se vê na tabela, a amostra estudada apresentou um perfil predominantemente feminino, com idade acima de 46 anos, com menos de três filhos, de casados e com escolaridade de ensino médio completo ou acima.

Pode-se dizer que é o perfil das pessoas que atuam como agentes de pastoral na referida diocese, por isso destaca-se alguns pontos relevantes para a pesquisa. A questão que indaga a idade atual dos entrevistados que revela que quase a metade deles (45,7%) tem idade superior a 46 anos, precisa ser levado em conta nesta pesquisa, pois quando se pergunta a respeito do nascimento do primeiro filho é preciso estar ciente que se investiga uma realidade ocorrida em média há 25 anos para esta parcela dos entrevistados. Outro dato relevante é que a grande maioria dos que indicaram '4 ou mais filhos' estão situados em faixa etária acima de 46 anos, o que corresponde à mudança de taxa de natalidade ocorrida no Brasil nas últimas décadas.

Tabela 1 – Perfil geral dos entrevistados

Perfil geral dos entrevistados: por gênero, idade atual, número de filhos, estado civil e escolaridade.		
	Porcentagem	Nº de entrevistados
Masculino	20,5%	57
Feminino	78,4%	218
Entre 18 e 25 anos	2,2%	06
Entre 26 e 35 anos	20,9%	58
Entre 36 e 45 anos	29,1%	81
Entre 46 e 60 anos	36,0%	100
Acima de 60 anos	9,7%	27
1 filho	29,9%	83
2 filho	24,8%	69
3 filho	31,7%	88
4 ou mais	12,6%	35
Solteiro	1,8%	05
Casado	68,0%	189
Divorciado	1,8%	05
Viúvo	0,7%	02
União Estável	8,3%	23
Separado Judicialmente	1,4%	04
Não havia estudado	2,5%	07
Apenas as séries iniciais	2,9%	08
4ª série concluída	11,9%	33
Ensino Fundamental	15,1%	42
Ensino Médio não concluído	14,7%	41
Ensino Médio concluído	24,1%	67
Cursando Faculdade	5,8%	16
Já havia concluído a Faculdade	21,2%	59

Fonte: Os autores, 2014.

Nota: As porcentagens e os entrevistados que faltam na tabela correspondem aqueles que não responderam as questões.

3 PLANEJAMENTO FAMILIAR E PRÁTICA PASTORAL: O SILÊNCIO DA IGREJA CATÓLICA E A CONSCIÊNCIA DOS FIÉIS

No final da década de 1950, a Igreja Católica percebeu-se exausta depois de duros combates contra a Reforma e a Modernidade. Nesse cenário surge a figura de um Papa carismático, João XXIII, que se propôs a encarar essa exaustão. Aproveitando o clima favorável proporcionado pela grande agitação teológica e pastoral advinda de uma série de movimentos, que propugnava uma nova conjuntura bíblica, litúrgica, ecumênica, social e missionária, o Papa Bom convoca e inicia o Concílio Vaticano II (cf. LIBÂNEO, 2005).

Os anos que preparam o Vaticano II, bem como aqueles que seguiram sua realização, estavam imbuídos de um verdadeiro espírito de mudanças e transformações, pretendendo uma maior aproximação da Igreja Católica com a sociedade hodierna³. Dentre os tantos assuntos que permeavam as rodas de discussões estava o planejamento familiar, seguido pelo tema dos métodos contraceptivos.

Quase três anos após o encerramento do Concílio Vaticano II, em 25 de julho de 1968 veio a público a Carta Encíclica *Humanae Vitae* do Papa Paulo VI, que ao invés de apaziguar os ânimos em relação ao planejamento familiar e à política demográfica, os incitou ainda mais. Aliás, poucos documentos pontifícios foram tão esperados e contestados como este. Na época de sua publicação, longe de se interessar pelo fecundo texto sobre a importância e beleza do amor conjugal que a *Humanae Vitae* traz em seu bojo, as atenções concentraram-se, sobretudo, nos números 14, 15, 16 e 17 que falavam dos métodos contraceptivos artificiais.

Pouco mais de quatro décadas de sua publicação, hoje quase nada se ouve falar desta referida Encíclica e muito menos de sua temática. Da mesma maneira, as discussões e polêmicas que acompanharam e sucederam a *Humane Vitae* são pouco sentidas no contexto do tempo presente. De mais a mais, parece reinar nas

³ “O Concílio foi deveras uma intuição profética deste idoso Pontífice que inaugurou, no meio de não poucas dificuldades, um novo tempo de esperança para os cristãos e para a humanidade”. (Homilia de João Paulo II por ocasião da beatificação de João XXIII).

últimas décadas um movimento que partiu de um ruído tempestuoso a um silêncio incômodo⁴, teórico e prático, quanto ao planejamento familiar.

O objetivo deste capítulo é buscar uma compreensão deste movimento eclesial católico que silencia a temática do planejamento familiar nas últimas décadas, apresentando suas causas e motivos. Intenta, ainda, resgatar algumas heranças das reações positivas e negativas da *Humanae Vitae* como forma de compreender alguns dados relativos à pesquisa de campo realizada na Diocese de Jacarezinho (PR) sobre o planejamento de parentalidade no contexto intereclesial.

3.1 CONTEXTOS CAUSADORES DO SILÊNCIO EM RELAÇÃO AO PLANEJAMENTO FAMILIAR

A benfazeja expectativa em torno da publicação da Carta Encíclica *Humanae Vitae* no final da década de 1960 foi prontamente substituída por sentimentos de surpresa e indignação por conta do que o documento papal reafirmava em torno dos métodos contraceptivos lícitos e ilícitos para os católicos do mundo inteiro. O motivo desta reação pode ser compreendido levando-se em consideração o clima de abertura e mudanças proporcionadas pelo Concílio Vaticano II, a pouco encerrado. Ainda, nos anos 60 uma onda de liberais foi se impondo a tal ponto na sociedade que limitar métodos contraceptivos parecia perder o passo na história da humanidade que se guiava para uma autonomia sempre mais desejada em todos os âmbitos da vida (cf. MOSER, 2014, p. 59).

Uma segunda reação em torno da *Humanae Vitae* pretendeu uma hermenêutica mais reflexiva e flexível, mas simultaneamente objetivou uma nova postura em relação ao legalismo e ao liberalismo.

Uma terceira perspectiva apregoa que em relação às temáticas levantadas pela *Humanae Vitae* faz-se mister “abrir novos horizontes que propiciem um amor ao mesmo tempo profundo e fecundo, que conjugue união e procriação” (MOSER, 2014, p. 60).

Esses três posicionamentos rapidamente descritos acima, somados aos contextos social, religioso e eclesial e às concepções teológica e antropológica da

⁴ Cf. MOSER, Antonio. **Planejamento familiar na Igreja Católica: do ruído estrondoso a um silêncio perturbador**. IN: SANCHES, Mário Antônio. *Bioética e Planejamento Familiar: escolhas e perspectivas*. Petrópolis: Vozes, 2014, p. 59-70.

teologia católica conduzirão ao ponto central da problemática do silêncio teórico e prático em torno do planejamento familiar. Uma constatação preliminar vem do ano de 1968 e se refere a Karl Rahner, para quem a *Humanae Vitae* não iria alterar a prática dos cristãos e, assim, preferia apresentar esta encíclica de Paulo VI como “doctrina reformanda”⁵.

3.1.1 Contexto social

Não se pode isolar o tema da transmissão da vida, suas discussões acaloradas e o silêncio perturbador de hoje de um contexto maior, profundamente modificado em relação a algumas décadas passadas. Em *A Era dos Extremos: o breve do século XX, 1914-1991*⁶, Eric Hobsbawm corrobora esta reflexão acima tornando possível compreender que as mudanças acontecidas no mundo nos últimos 50 anos foram mais significativas do que aquelas ocorridas nos últimos cinco séculos precedentes, por exemplo.

[...] já podemos avaliar com muita confiança a escala e o impacto extraordinários da transformação econômica, social e cultural decorrente, a maior, mais rápida e mais fundamental da história registrada. [...]. É provável que no terceiro milênio os historiadores do século XX situem o grande impacto do século na história como sendo o desse espantoso período e de seus resultados. Porque as mudanças dele decorrentes para todo o planeta foram tão profundas quanto irreversíveis (HOBSBAWM, 1995, p. 18).

O mundo ocidental industrializado, capitalista e liberal se julga adulto e maduro não mais aceitando respostas prontas para os temas do dia-a-dia. O orgulho de uma autonomia conquistada rege o caminho dos cidadãos, agora “libertos” das amarras da religião.

Conforme Moser (2004, p. 60),

[...] a rigor, se deveria distinguir entre países e camadas sociais, com um recorte entre riqueza e pobreza. Contudo, por incrível que possa parecer, as estatísticas nos asseguram que a queda da natalidade também é grande em muitas camadas e regiões mais pobres, e que, por razões histórico-culturais, os dramas da consciência deixaram de existir tanto numa quanto na outra. E a classe média, por sua vez, já há muito encontrou um caminho próprio para não dar de frente com as orientações oficiais, mas sem deixar de seguir tranquilamente seu próprio caminho.

⁵ cf. RAHNER, Karl. **Reflexiones en torno a la *Humanae Vitae***. Madrid: Ediciones Paulinas, 1968, p. 43.

⁶ HOBSBAWM, Eric. **A Era dos Extremos: o breve do Século XX, 1914-1991**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995, 2 ed. 26° reimpressão.

Essa “maioridade autônoma” que vem desde Kant, passando pelo estágio positivo que a humanidade alcançaria segundo Comte, parece ser um fator relevante em torno do silêncio em assuntos de parentalidade. Somado a este fator da maioridade, uma segunda causa necessita ser destacada dentro desta análise do contexto social. Trata-se da ditadura de um pensamento único de cunho ideológico imposto pelos Estados Unidos como um padrão que dita pensamentos e comportamentos de todos. Refere-se a isso concretamente o “american way of life”.

Um exemplo desta mudança do contexto social pode ser sentido, por exemplo, no que tange à taxa de fecundidade no Brasil, que apresentou uma considerável queda de 20,1% entre 2000 e 2010. Em 2000, a média de filhos era de 2,38 por mulher; em 2010, a média não passou de 1,90 por mulher. Em cinquenta anos, as brasileiras tiveram 4,4 filhos a menos, uma vez que em 1960 a média de filhos por mulher era de 6,3⁷. Entre os europeus a situação não parece ser muito diferente. Conforme Ricci (2014, p. 93), “a média europeia de fertilidade é de 1,4 filhos por mulher, um terço abaixo do nível de substituição ou reposição”.

3.1.2 Contexto religioso e eclesial

A Igreja Católica em sua rica história de mais de dois mil anos tornou-se ao longo do tempo, por vezes, a única balizadora das opiniões, o que facilitava a condução das consciências dos fiéis e sua irrelutante aceitação das normas e preceitos provindos desta instituição. Os tempos mudaram. Hoje em dia, mesmo em países com uma população predominantemente católica, como é o caso do Brasil, várias igrejas e várias religiões vão ganhando cada vez mais espaço na formação das consciências do povo. Outra situação que parece relevante diz respeito à linguagem. Apesar de uma linguagem mais simples e direta que em outros tempos, para muitos o que a Igreja Católica fala é abstrato e distante da vida real. Há ainda a sociedade secular, que transmite aos fiéis a “segurança” de não serem mais importunados com certas normas provindas do Magistério eclesial (cf. MOSER, 2004, p. 60-61).

A Igreja Católica hoje se encontra presente num mundo dito líquido (cf. BAUMAN, 2007), “plastificado” e fragmentado vendo seu sentido se perdendo nas

⁷ Cf. IBGE. Pesquisa Nacional por amostra de Domicílios (Pnad) 2006. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias>. Acesso em 18/03/2014.

fraturas criadas pela aparente “libertação” de tudo que soa como limite e antigo (cf. LIBÂNEO, 2001). Há atualmente muitos significados, orientações e paradoxos. Muitas são as vozes que procuram orientar a caminhada de mais de sete bilhões de seres humanos. A Igreja Católica não é mais absoluta neste sentido e seus fiéis encontram-se neste mundo onde a autonomia nas tomadas de decisões é extremamente valorizada. Uma “autonomia teônoma” referenciada pelos valores do Evangelho é deixada de lado e não figura como orientadora nestas decisões (cf. RICCI, 2014, p. 107). Prefere-se seguir soluções pragmáticas do tipo “todo mundo faz assim”. Conforme Moser (2004, p. 62), “tanto os que silenciam, quanto os que transgridem as normas, o fazem de consciência tranquila”.

3.1.3 Concepção teológica e antropológica

A transmissão da vida é consequência natural de um gesto sublime de união e amor entre um homem e uma mulher. A vida transmitida gera uma pessoa, que carrega em si os traços do Criador, uma vez que os órgãos genitais masculino e feminino são os vasos sagrados pelos quais Deus concede a vida aos seres humanos. “A geração, se de um lado é obediência a um mandamento divino, do outro é intrínseca expressão de uma potencialidade criatural que torna o homem símile a Deus, co-criador mais que pro-criador” (LEONE, apud RICCI, 2014, p. 89).

Esse mistério descrito acima encontra pleno significado somente à luz de outro mistério maior, a Encarnação do Verbo. O Verbo é enviado à humanidade e dá ao ser humano a filiação adotiva em Deus (Gl 3,26; 4,4-5). Segundo Tomás de Aquino, o ser humano parte de Deus (*exitus*), vincula-se a Ele na criação e redenção, e tem em Cristo seu caminho de retorno (*reditus*). Deus é, portanto, o fim último do ser humano e sua verdadeira bem-aventurança (apud PIGHIN, 2005, p. 53). O mistério do ser humano encontra pleno sentido somente no mistério de Deus. Daqui advém sua dignidade intrínseca independentemente da etnia, gênero, cultura ou condição social. É desta dignidade que deriva também “o direito do ser humano de ter assegurado tudo o que lhe é necessário para se desenvolver humanamente” (MOSER, 2004, p. 65).

Um pressuposto antropológico deduzido das afirmações acima sugere que o ser humano é criado à imagem de Deus e convidado a ser semelhante a Ele. Em outros termos, a matéria é animada pelo sopro do Espírito vivificador. Essa

concepção acrescenta um dado determinante no entendimento do ser humano: ele é filho de Deus. Na história da compreensão do ser humano, muitas foram as teorias em torno de quem é este ser humano. Para os gregos de modo geral, é um ser que fala e se relaciona. Descartes o compreendia como uma máquina. Wittgenstein o entendia como um ser de linguagem. Hans Jonas propugna um ser responsável (cf. LIMA VAZ, 2011). Para além de todas essas compreensões, no pensamento cristão “cada geração e cada nascimento apresentam-se como algo de maravilhoso que não apenas fala de Deus e de sua sabedoria, mas fala também da grandiosa missão que é confiada ao ser humano” (MOSER, 2004, p. 63).

Gerar filhos, por conseguinte, não é um simples ato biológico. O fruto nascido do amor entre um homem e uma mulher não é algo qualquer, mas expressão da manifestação da benevolência divina que ama o ser humano e lhe dá a vida por meio de outros humanos. Transmitir ou não a vida é uma questão antes teológica e antropológica e não somente questão de método, até porque “o método não é mais importante que a estabilidade matrimonial” (RICCI, 2014, p. 106).

3.2 *HUMANAE VITAE*: REAÇÕES, CONTRIBUTOS E INCIDÊNCIAS NA PRÁTICA PASTORAL DO PLANEJAMENTO FAMILIAR

A *Humanae Vitae* é uma carta encíclica do Papa Paulo VI, promulgada em 25 de julho de 1968, sobre a regulação da natalidade. Insere-se no processo de continuidade advindo do Concílio Vaticano II no que diz respeito à teologia do matrimônio e o que a ela se vincula, como por exemplo, o planejamento familiar e os métodos contraceptivos. Num discurso proferido logo após a publicação da *Humanae Vitae*, Paulo VI afirma que seguiu “voluntariamente a concepção personalística do matrimônio, própria da doutrina conciliar acerca da sociedade conjugal” (31 de julho de 1968).

De fato, a encíclica de Paulo VI assume a concepção personalista do Vaticano II ao considerar o amor conjugal fecundo como valor central do matrimônio. Em *Gaudium et Spes* n. 50 se pode ler: “o matrimônio não foi instituído apenas para o fim procriativo... mas para que o amor recíproco cresça e amadureça”⁸. A *Humanae Vitae* assume também a teologia do Vaticano II com respeito à

⁸ Um livro interessante sobre este tema é: WOJTYLA, Karol. **Amor e Responsabilidade: estudo ético**. Trad: João Jarski e Lino Carrera. São Paulo: Loyola, 1982.

paternidade responsável e também a posição de Pio XII quanto aos métodos contraceptivos, evidenciando que

para o casal cristão a regulação dos nascimentos não é um simples não querer ter filhos, mas a aceitação consciente deles como fruto do amor; não só no processo da concepção, mas também no seu desenvolvimento até a idade adulta (MOSER, 1982, p. 29).

Os debates em torno da *Humanae Vitae* foram acirrados. De um lado estavam aqueles que concordavam com o ensinamento do texto magisterial. De outro havia os que relutavam em acolher o texto, imaginando que o mesmo traía a expectativa de abertura soprada pelo Vaticano II. De outro lado ainda se colocavam aqueles que não discutiam, mas também não referenciavam o texto entre os mais acertados pronunciamentos magisteriais do século XX. O que se nota, no entanto, é que “os debates teológicos tornaram claro que o Magistério, ao menos após Pio XI não proíbe uma honesta e razoável limitação da natalidade. Pelo contrário, ele é a favor de uma paternidade responsável e em favor da vida humana” (MOSER, 1982, p. 29). Como se vê, a tese de que a procriação não deve ser somente suportada, mas que os filhos devem ser frutos do amor consciente e planejado dos pais, tornou-se largamente aceita e ensinada pelo Magistério eclesiástico, sobretudo após o Vaticano II.

3.2.1 Uma rápida história da *Humanae Vitae*

O debate em torno da contracepção esteve presente desde há muito tempo na teologia⁹. Com a publicação da *Humanae Vitae* em 1968, o Magistério entra definitivamente neste debate, prescrevendo que “todo e qualquer ato conjugal deve permanecer aberto à transmissão da vida” (HV 11). Na verdade, este documento papal apenas referenda a ideia que até o momento de sua promulgação nenhum teólogo jamais tinha ensinado: a contracepção como algo bom (cf. SALZMAN & LAWLER, 2012, p. 245).

O processo que deu origem à *Humanae Vitae* é parte essencial para se compreender as reações em torno dela. Em março de 1963, durante um pedido do Cardeal de Milão, Leo Suenens, ao Papa João XXIII para que fosse apresentado na

⁹ Cf. DÍAS, Javier de la Torre. **Diversos paradigmas em torno do planejamento familiar: do senador romano Metelo ao Método Ogino**. IN: SANCHES, Mário Antônio. *Bioética e Planejamento Familiar: escolhas e perspectivas*. Petrópolis: Vozes, 2014, p. 25-47.

pauta conciliar um adequado esquema sobre o matrimônio, este criou uma comissão que estudasse sobre o controle de natalidade. Para esse trabalho ficaram encarregados o próprio Suenens e o Cardeal Ottaviani. Paulo VI confirmou os trabalhos da comissão e a ampliou. Ao final de um longo processo de trabalho duas conclusões foram apresentadas ao Papa. A primeira, do grupo da maioria, liderados por Suenens argumentava que o próprio matrimônio deveria permanecer aberto à transmissão da vida. Ao contrário, a segunda conclusão, do grupo da minoria, encabeçada por Ottaviani propunha que todo e qualquer ato conjugal deve estar aberto à vida.

De acordo com Salzman e Lawler (2012, p. 249),

Paulo VI professando-se convencido pelos argumentos da maioria e compartilhando a preocupação da minoria de que a Igreja não poderia repudiar seu ensinamento duradouro sobre contracepção sem incorrer em um sério golpe contra toda a sua autoridade moral, referendou o Relatório da Minoria em sua carta encíclica, *Humanae Vitae*.

A diferença entre a compreensão destes dois grupos foi provocada por distintas concepções a respeito do matrimônio. As conclusões do grupo da maioria levava em conta um entendimento da realidade matrimonial que se estabelecia a partir da união interpessoal, focalizando no significado total do matrimônio o intercuro sexual dos cônjuges. Por sua vez, as conclusões do chamado grupo da minoria assentava sua ideia na compreensão do matrimônio a partir do modelo de instituição procriativa tradicional, que levava em conta, sobretudo, o significado natural do ato sexual dos esposos.

Em suma, este documento de Paulo VI contem uma bela reflexão sobre o amor conjugal e um humanismo integral, enumera os valores humanos do matrimônio, fala ainda do sentido da paternidade responsável e da doação recíproca dos esposos, afirma a honestidade e a dignidade dos atos conjugais, e proíbe qualquer processo que se opõem ao verdadeiro bem comum do ser humano na transmissão natural da vida. Para Pedro Paulo Koop, Heberto Rademakers e José Oscar Beozzo (Revista Vozes 11, 1968, p. 988) a fundamental intenção da encíclica *Humanae Vitae* é:

a de promover o verdadeiro bem comum do homem; a de contribuir para a instauração de uma civilização verdadeiramente humana; a de comprometer o homem para que este não abdique de sua própria responsabilidade para submeter-se aos meios da técnica; e, finalmente, a intenção de defender a dignidade dos cônjuges.

3.2.2 A argumentação da Encíclica

A *Humanae Vitae*, carta encíclica sobre a regulação da natalidade, consta em suas páginas de uma introdução sobre o dever de transmitir a vida e de outras três partes, a saber: aspectos novos do problema e competência do Magistério, princípios doutrinários e diretivas pastorais.

A introdução do texto (1) traz a ideia que os esposos ao transmitirem a vida tornam-se colaboradores, livres e responsáveis, de Deus no processo da Criação. Por isso, a Igreja Católica não pode permanecer alheia a esta temática, uma vez que essa discussão “diz respeito à vida e à felicidade dos homens”.

A primeira parte do texto (2-6) trata dos aspectos novos do problema e a competência do Magistério nesta matéria. Uma nova visão da situação dos nascimentos e sua regulação passa pelo rápido desenvolvimento demográfico de décadas anteriores com o dado paradoxal de ter gravemente caído a taxa de fecundidade nos últimos anos¹⁰. Fala ainda do novo lugar da mulher na sociedade e da adjectivação do amor dos esposos como conjugal. A competência do Magistério nesta matéria compreende-se levando em conta que a transmissão da vida é uma lei natural e cabe ao Magistério também interpretar esta lei.

No que tange aos princípios doutrinários, segunda parte do documento (7-18), aparece em primeiro lugar uma visão integral do ser humano necessária para não reduzir a vida humana a apenas alguns aspectos, como o biológico, sociológico ou psicológico. Para a *Humanae Vitae* (8), “o matrimônio não é, portanto, fruto do acaso, ou produto de forças naturais inconscientes: é uma instituição sábia do Criador, para realizar na humanidade o seu desígnio de amor”, pois o amor conjugal só encontra pleno sentido quando considerado ligado à sua fonte, Deus. Esse amor conjugal é descrito como plenamente humano, total, fiel e exclusivo e fecundo até o fim. Consequência destas características do amor conjugal é a paternidade responsável, cujo exercício “implica, portanto, que os cônjuges reconheçam plenamente os próprios deveres, para com Deus, para consigo próprios, para com a família e para com a sociedade, numa justa hierarquia de valores” (HV 10). Os números seguintes (11-18) apresentam a natureza e a finalidade do ato matrimonial,

¹⁰ Uma constatação interessante é a de Ricci (2014, p. 93) ao apontar a passagem que se viu numa pesquisa sobre natalidade na Europa, da *childless* para *childfree*. Segundo este mesmo autor, “o orgulho de ser mãe infelizmente foi substituído, neste caso, pelo orgulho de não sê-lo, onde a decisão de ‘não querer’ é assumida com naturalidade” (2014, p. 94).

os dois significados do ato conjugal: unitivo e procriativo, a fidelidade aos desígnios divinos, as vias ilícitas para a regulação dos nascimentos, a liceidade dos meios terapêuticos para sanar enfermidades e o uso dos períodos infecundos para transcurso sexual entre os esposos e as graves consequências dos métodos de regulação artificial da natalidade. Parece resumir bem esta segunda parte da *Humanae Vitae* uma afirmação do n. 14: “é um erro, por conseguinte, pensar que um ato conjugal, tornado voluntariamente infecundo, e por isso intrinsecamente desonesto, possa ser coonestado pelo conjunto de uma vida conjugal fecunda”.

Por fim, em sua última parte (19-31) a *Humanae Vitae* externa suas diretivas pastorais apresentando a Igreja como mãe e mestra, como já o fizera a *Mater et Magistra* em 1961. Exprime, em seguida, a possibilidade de todo ser humano observar a lei divina natural a partir do domínio de si mesmo, gerando ainda um ambiente favorável à castidade. Do número 23 em diante, Paulo VI recorre a inúmeros apelos: aos governantes, aos homens de ciência, aos esposos cristãos, aos médicos e ao pessoal sanitário, aos sacerdotes, aos bispos e um apelo final a todos os homens de boa vontade como forma de conclusão do texto. Esses apelos e diretivas pastorais parecem encontrar um resumo satisfatório quando a *Humanae Vitae* (29) afirma que “não minimizar em nada a doutrina salutar de Cristo é uma forma de caridade eminente para com as almas”.

3.2.3 Reações negativas em torno da *Humanae Vitae*

Como descrito acima, poucos documentos do Magistério foram tão esperados, debatidos e questionados. Pelo menos três reações podem ser contadas quando da publicação da *Humanae Vitae*. Uma primeira afirmava que o texto magisterial precisava ser respeitado e aplicado substancialmente na prática pastoral das Igrejas Católicas espalhadas por todo o “orbe”. Contrariamente a este entendimento, colocavam-se aqueles que contestavam em tudo o texto da encíclica e o consideravam traidor do espírito conciliar. Havia ainda aqueles que optaram por um estado de “mornidão” em relação ao texto: não o criticavam abertamente, mas também não o referendavam.

Diante destas três reações rapidamente descritas acima, quer-se neste ponto apresentar algumas contestações que vieram a público pelo mundo afora.

Estas reações assumem, sobretudo, um caráter de indignação (cf. MOSER, 2014, p. 60-61) em relação a algumas afirmações da *Humanae Vitae*.

Apenas um mês após a publicação da carta encíclica, ou seja, em agosto de 1968 Bernhard Häering escrevia:

Nenhum documento papal jamais causara um tal abalo na Igreja como a encíclica *Humanae Vitae*. Reações em todo o mundo (...) são simplesmente tão afiadas quanto foram à época da *Syllabus of Errors*, talvez ainda mais afiadas. Evidentemente, há a diferença [desta vez] que os sentimentos anticatólicos raramente haviam sido expressados. A tempestade desabou sobre a cabeça dos conselheiros curiais do Papa e, com frequência, dele próprio (apud SALZMAN & LAWLER, 2012, p. 250).

Franz Böckle, professor de Moral na Universidade de Bonn, argumentava que diante dos documentos magisteriais não se deveria ter uma obediência de cadáver, mas uma verdadeira obediência, ao mesmo tempo, reflexa e corresponsável. Para ele, o não-infalível pode ser também falso ou não abranger a totalidade na sua visão (cf. Revista Vozes 11, 1968, p. 1015).

Uma argumentação comum contrária à *Humanae Vitae* dizia respeito sobre a liberdade de consciência, que prescrevia o dever do católico – estando este convencido que algumas determinações eclesiais não afetam sua consciência – de, com sobriedade, discordar das orientações magisteriais e seguir suas convicções, mesmo sabendo que o caráter oficial de um pronunciamento exige dos fiéis uma obediência religiosa. Karl Rahner discordava desta posição e argumentava: “o que acontece, se a maioria dos fiéis aplicar, no caso da *Humanae Vitae*, a si mesmos o mencionado princípio da liberdade responsável de consciência?” (Revista Vozes 11, 1968, p. 1015). Para ele, o que é admitido como uma possibilidade individual poderá se tornar uma regra geral. No entanto, o próprio Rahner admitia que diante de situações controvertidas como no caso da *Humanae Vitae*, “não se pode permanecer no ‘infantilismo’ religioso, que aceita tudo sem refletir, sem se responsabilizar” (Revista Vozes 11, 1968, p. 1016).

Karl Rahner merece especial atenção ainda por entender que a *Humanae Vitae* não é uma declaração “ex cathedra”; é um documento autêntico, mas reformável¹¹; é um documento para ser levado a sério; e ainda, pode ser um documento profético, isto é, pode só ser compreendido no futuro.

¹¹ Há exemplos na História da Igreja de posições papais que foram reformadas sobre os juro, sobre liberalismo, sobre exegese, etc. Parece ser interessante também, citar algumas incompreensões na interpretação de algumas normas do Magistério Eclesiástico. Em relação aos métodos

Esse insigne teólogo ainda alerta que quem quer assumir uma postura diferente das orientações propostas pela *Humanae Vitae* deve assumir em consciência as consequências¹².

Nesta esteira de investidas contrárias à *Humanae Vitae*, pode-se lembrar ainda do moralista Anselm Hertz que prescrevia a realidade de que a verdadeira obediência à autoridade, seja ela religiosa ou não, está baseada em primeiro lugar na sinceridade e na lealdade intelectual (cf. Revista Vozes 11, 1968, p. 1016).

Também no Brasil houve reações ao texto promulgado por Paulo VI em 1968. O teólogo Benedito Beni dos Santos, em novembro deste mesmo ano [1968], por exemplo, publicou um artigo¹³ chamando a atenção para os dados personalísticos da encíclica e apontando por outro lado os pontos não personalísticos presentes no documento. Da concepção personalista destaca a descrição que a *Humanae Vitae* faz do amor conjugal e do próprio matrimônio e afirma que o texto de Paulo VI supera a visão jurídico-procriativa do Direito Canônico de 1917, bem como a teoria do duplo fim matrimonial. No entanto, argumenta que o documento ainda continua preso ao conceito fisiológico (agostiniano) de ordem natural e de transmissão da vida. Para ele, a *Humanae Vitae* não evidencia dados revelados, mas simplesmente uma doutrina de lei natural e conclui que “somente o casal, diante da própria consciência, poderá conhecer as circunstâncias existenciais em que se encontra situado” (cf. Revista Vozes 11, 1968, p. 986).

Talvez a reação mais contundente tenha vindo do episcopado belga que em 1968 mesmo promulgou uma declaração sobre a *Humanae Vitae*. Tal declaração dispõe e recomenda que todos os fiéis conheçam o texto da encíclica de Paulo VI e se esforcem para uma exata compreensão da doutrina aí exposta. Tanto para o episcopado belga quanto para Paulo VI, a *Humanae Vitae* constitui “uma apologia da vida, uma das mais altas exaltações dos valores humanos, que é preciso apreciar com particular respeito, e que o cristão considerará sob o olhar de Deus” (Revista Vozes 11, 1968, p. 1020).

Na verdade, os bispos belgas se questionavam sobre até que ponto os fiéis estão obrigados a aceitar e observar as prescrições emanadas pelo documento

contraceptivos, há aqueles que são científicos e artificiais e outros, como o Billings, que é científico e não artificial.

¹² cf. RAHNER, Karl. **Reflexiones en torno a la *Humanae vitae***. Madrid: Ediciones Paulinas, 1968, p. 17-29.

¹³ BENI DOS SANTOS, Benedito. **A concepção personalística do Matrimônio e a “*Humanae Vitae*”**. IN: Revista Vozes 11, 1968, p. 976-986.

magisterial de 1968. Em relação a esse questionamento, relembram os cinco princípios que devem reger a interpretação de qualquer documento provindo da Cúria Romana: 1) qualquer declaração doutrinal da Igreja Católica deve ser recebida e aceita com respeito; 2) se a declaração for *ex cathedra*, considerada infalível, deve-se aderi-la na obediência da fé; 3) a *Humanae Vitae* não é uma declaração infalível e irrevogável, portanto, ela não obriga a uma adesão incondicional e absoluta, como a que é exigida diante de uma definição dogmática, por exemplo; 4) se alguém é capaz de formular, em verdade e consciência, outra opinião em relação a alguma declaração deve seguir a voz da sua consciência, mas guardar sinceramente sua adesão ao Cristo e à Igreja Católica; 5) diante de algumas normas e regras impossíveis de serem observadas por alguns fiéis, a Igreja Católica deve permitir que tais fiéis cumpram essas orientações de forma adaptada às suas condições particulares, de modo que não se considerem separados do amor de Deus (cf. Revista Vozes 11, 1968, p. 1021-1022).

Conforme os bispos belgas, para uma coerente aplicação pastoral da *Humanae Vitae* deve-se levar em conta: 1) o ensinamento da encíclica não proíbe o uso de meios terapêuticos legítimos; 2) alguns argumentos apresentados pelo documento para justificar a condenação dos métodos contraceptivos artificiais não têm, aos olhos de todos, o mesmo caráter convincente; 3) a última lei prática é ditada pela consciência devidamente esclarecida; 4) a Igreja Católica orienta seus fiéis e é seu dever esclarecer as consciências sobre a temática familiar e demográfica; 5) a prática da vida cristã é um caminho exigente que se deve percorrer com a graça de Cristo, afim de que seja realizada a sua vontade e Ele também perdoe as ofensas cometidas ao longo da vida (cf. Revista Vozes 11, 1968, p. 1022).

Em suma, de acordo com esta declaração do episcopado belga a *Humanae Vitae* e suas diretrizes “não dispensam os bispos do dever de agir pastoralmente, e, com seus padres, de olhar, particularmente para aqueles fiéis que estão duramente perturbados por certas exigências da encíclica” (Revista Vozes 11, 1968, p. 1021).

3.3 E O SILÊNCIO CONTINUA

Quando se fala de silêncio, este pode sempre ser interpretado de variadas formas. Calar-se é um ato humano; é um elemento que faz bem; é mais que

ausência de ruídos. Ele também pode ser entendido como revolta, desinteresse, “estar emburrado”, decorrência natural de uma alteração de foco. Em se tratando de planejamento familiar aparenta correto intuir que a mudança de foco constitui o elemento principal ocasionador deste silêncio.

O novo foco hoje parece apontar para inúmeros fatores, dos quais um se avulta sobre os demais: a secularização da sociedade ocidental. Somado a este elemento pode-se colocar duas outras situações: a primeira é o fato de existir hodiernamente várias vozes que procuram guiar as consciências, dando ao ser humano a possibilidade de escolher a qual mais lhe convém; um segundo ponto trata-se da realidade de hoje o planejamento familiar ser pensado estritamente no âmbito da reprodução assistida¹⁴ ao ponto de parecer irresponsabilidade gerar vida à “moda antiga” (cf. MOSER, 2014, p. 64).

Também a Igreja Católica em seu discurso aponta para esta mudança de foco em torno da geração de uma nova vida. A tese de que a procriação não deve ser somente suportada, mas que os filhos devem ser frutos do amor consciente e planejado dos pais tornou-se largamente aceita e ensinada pelo Magistério eclesial, sobretudo após o Vaticano II. Häering indica esta nova perspectiva ao invectivar que nos dias de hoje “a vontade de pôr em prática uma paternidade realmente responsável é mais decisiva e importante do que a questão dos métodos de regulação de nascimentos” (1968, p. 66)¹⁵.

3.3.1 “Há 50 anos as coisas eram diferentes”

É pensamento comum atualmente afirmar que está acontecendo uma mudança de época, o que tem ocasionado em decorrência inúmeras transformações na vida em sua totalidade. Na década de 1960, o Concílio Vaticano II vaticinava um mundo de mudanças rápidas e profundas (cf. GS 4). Mudanças são sentidas no

¹⁴ cf. SANCHES, Mário Antônio. **Reprodução assistida e bioética: Metaparentalidade**. São Paulo: Ave Maria, 2013.

¹⁵ Para maior aprofundamento: cf. HAERING, Bernhard. **Apostilas episcopales para integrar la Humanae vitae**. In: RAHNER, Karl. Reflexiones en torno a la *Humanae vitae*. Madrid: Ediciones Paulinas, 1968, p. 63-70. cf. também: RICCI, Luiz Antonio Lopes. **Planejamento familiar à luz da ética teológica**. In: SANCHES, Mário Antonio (org). **Bioética e planejamento familiar: perspectivas e escolhas**. Petrópolis: Vozes, 2014, p. 88-110.

plano econômico, político, religioso, social, pessoal, familiar e, sobretudo, dos valores¹⁶.

As mudanças no momento presente acontecem vertiginosamente e a cada dia parecem mais rápidas. E como essas mudanças abarcam a sociedade toda é preciso lembrar que também as concepções éticas e religiosas enfrentam esse mesmo processo. Parece reinar nos dias de hoje uma sensação de liquidez, onde nada mais é permanente e tudo se esvai pelas mãos (cf. BAUMAN, 2007). Na dimensão religiosa é evidente um paradoxo como a muito não se via. Ao mesmo tempo em que variadas e inúmeras denominações religiosas e suas incontáveis ramificações surgem a cada dia se colocando como vozes que prometem felicidade, prosperidade e curas com extrema rapidez e facilidade, por outro lado se encontra uma sociedade que se orgulha de ser laica, “libertada” das amarras da religião.

Em nível de consciência o que se percebe é que cada pessoa acaba criando suas próprias convicções e seguranças, buscando sempre que possível isentar-se de conflitos. Já em tempos passados, o teólogo alemão Franz Böckle percebia esse fenômeno que ele chama de “silenciosa emigração interna”, isto é, diante de algumas exigências morais e religiosas que beiram a inverossimilhança da vida real das pessoas, primeiro se cala e depois se cria uma lei própria (cf. Revista Vozes 11, 1968, p. 1015). Dados que podem corroborar este pensamento advêm de pesquisas realizadas nos EUA no início do terceiro milênio, mostrando que 82% dos jovens adultos não consideram o intercuro sexual como gerador de vida de um terceiro, mas como “fazer amor”. Outro elemento importante que precisa ser considerado é o fato de 75% a 85% de bons católicos entrevistados aprovarem algum método de contracepção proibido pela Igreja. Na Inglaterra, por exemplo, conforme Michael Hornsby-Smith, muitos leigos já formularam sua opinião diante destas questões morais e já não consideram responsabilidade da hierarquia eclesial a preocupação com estes assuntos¹⁷.

O que parece ser muito perceptível é que a herança em relação à Igreja Católica nestas questões de planejamento familiar é a de que ela é contra qualquer tipo de planejamento e só sabe dizer NÃO em relação aos métodos científicos

¹⁶ Aqui vale a pena lembrar que em pleno século XXI a sociedade brasileira seja convidada pela CNBB a refletir sobre a realidade do tráfico de pessoas humanas (Campanha da Fraternidade 2014), uma vez que o valor “vida”, “dignidade” parecem escassear a cada dia.

¹⁷ Todos estes dados e informações podem ser encontrados em: SALZMAN, Todd; LAWLER, Michael. **A pessoa sexual: por uma antropologia católica renovada**. Trad: Luzia Araújo. São Leopoldo: Unisinos, 2012, p. 247.

artificiais de regulação da natalidade. Poderia ser deduzido deste fator o silêncio reinante atualmente nesta matéria, já que existem orientações consideradas mais científicas e eficazes no grande mercado de vozes, onde cada um escolhe a que mais lhe convém. O que não se percebe hoje é que esse tema do planejamento familiar não se trata de questão acadêmica ou intereclesial, mas que repercute concretamente sobre a vida das pessoas. “Na raiz destas questões está sempre em jogo uma atitude do homem diante da vida, e, sobretudo da vida humana” (MOSER, 1982, p. 9). A Igreja, portanto, se faz presente também neste debate. Sua posição é sempre em favor da vida. O que às vezes não se compreende é que esse SIM se dá por meio de um NÃO. Essa é a dialética da *Humanae Vitae* de Paulo VI.

3.3.2 Alguns dados da pesquisa

A fim de corroborar as reflexões acima sobre o silêncio e suas causas em assuntos de planejamento familiar, realizou-se, conforme metodologia descrita anteriormente, entre os meses de outubro e dezembro de 2013 uma pesquisa de campo a partir do instrumento *Planejamento de Parentalidade no contexto intereclesial* nas comunidades paroquiais da Diocese de Jacarezinho (PR). Neste capítulo não será explorada toda a riqueza das respostas que a pesquisa sugere, mas se pretende apenas indicar algumas lacunas que apontam para esta problemática da ausência de debate sobre planejamento familiar na Igreja Católica e sobre este tipo de silêncio ou o negar-se a falar sobre o assunto.

O público alvo dos questionamentos foram os agentes de pastoral, ou seja, católicos ativos e participantes em suas comunidades. Em outros termos: pessoas conhecedoras da doutrina da Igreja e já com uma larga experiência de caminhada eclesial. Os dados provenientes de oito das cinquenta e três perguntas do questionário chamam a atenção pelo elevado índice de “não respondeu”. Não se tem ao certo a razão pela qual as pessoas não responderam a estas perguntas. Muitos fatores podem estar envolvidos como, por exemplo, não ter encontrado nas opções a alternativa coerente com sua resposta ou a irrelevância do questionamento. Outro dado é a sugestão que as perguntas não respondidas parecem vir de encontro com a realidade de que a doutrina da Igreja Católica sobre planejamento familiar está silenciada pelos fatores descritos anteriormente ou,

conforme Böckle, diante destes assuntos cada um segue adiante e faz o seu caminho sem peso algum na consciência (cf. Revista Vozes 11, 1968, p. 1015).

Quanto às perguntas que apresentaram um índice de mais de 3,5% de “não respondeu”, elas versavam sobre assuntos que podem ter sido interpretados como uma invasão da privacidade dos entrevistados. Falavam sobre a idade em que se deu a coitarca, tema extremamente delicado e que pode não guardar boas lembranças; sobre a influência da religião na escolha do método contraceptivo, tenha-se em mente que o público entrevistado era de agentes de pastoral; sobre o incentivo que o preservativo pode trazer para se ter um relacionamento fora do casamento; sobre a relação entre casar e ter filhos, essa conexão parece não ser tão imediata hoje em dia; sobre se a gravidez serviu para alcançar uma melhor situação econômica; sobre a dificuldade de se conseguir emprego por se ter um filho, o que para o empregador pode gerar uma despesa a mais como auxílio-creche e salário-família; sobre a separação dos cônjuges devido às dificuldades em se ter filhos, tendo em conta que ser pai ou ser mãe ainda é o sonho de muitos; e sobre o motivo pelo qual o casal optou por não ter mais filhos depois do primeiro.

Sobre a idade do início do relacionamento sexual, 4,0% dos entrevistados calaram-se, o que pode sugerir que falar de sexualidade ainda é tabu ou gera desconforto nestas terras do norte pioneiro do Paraná. Talvez se consiga ver ainda por este dado a concepção de que a sexualidade é assunto de ordem do dia na mídia e nas redes sociais, mas as pessoas continuam com dificuldade de comentar abertamente sobre ela.

Outro dado interessante é o fato de 4,3% dos entrevistados não responderem também à questão que indagava sobre se o preservativo incentivou um relacionamento sexual com outra pessoa, além do parceiro/a. O preservativo funciona para evitar uma gravidez indesejada e prevenir doenças. Querer não responder a essa pergunta talvez sugira a ideia de que utilizar preservativos é um “maior bem possível”¹⁸, diante do aborrecimento de uma gravidez não planejada. A diferença de respostas em relação a gênero nesta questão foi sugestiva, pois 3,7% das mulheres não responderam contra 7,0% dos homens, indicando que o silêncio masculino aqui pode ser mais significativo.

¹⁸ Segundo Ricci (2014, p. 107), “prefere-se hoje a expressão ‘maior bem possível’ e não ‘mal menor’”.

Índice considerável é ainda 6,5% não ter respondido o ‘porquê decidiu não ter mais filhos depois do primeiro’. As opções da resposta elencavam alguns motivos como enfermidade genética, vírus HIV, consanguinidade com o parceiro/a e outro filho doente. Este dado pode sugerir que entre as opções de resposta o entrevistado não encontrou a mais adequada para o real motivo pelo qual não optou por uma prole extensa. Todavia, este mesmo dado pode evidenciar a ideia de “um filho já está bom” por questões estéticas, financeiras ou para fugir da dor. O desejo de se ter poucos filhos não é novidade: em 1842, o bispo Bouvier já reconhecia que quase todos os casais jovens de sua diocese não desejavam uma prole excessiva (cf. DÍAS, 2014, p. 43).

Sobre a questão da ‘separação devido à dificuldade para ter filhos’, 5,8% isentaram-se da resposta. Uma situação paradoxal vem à tona com este dado: quase ninguém quer mais muitos filhos¹⁹, mas quando o casal se revela estéril parece que o amor conjugal não atinge sua plenitude, tornando visível uma possível infecundidade da relação.

Dos entrevistados 4,0% não responderam se o filho dificultou arranjar emprego. Este dado chama a atenção uma vez que culturalmente alguém que já é pai ou mãe é visto como uma pessoa de maior responsabilidade. O que isso pode sugerir é que não basta apenas registrar o filho para gerar relações parentais, mas que a parentalidade é um processo que prescreve amar antes, durante e depois da gestação. Nesta esteira ainda, 4,3% também se isentaram da resposta que questionava a gravidez para alcançar melhores condições econômicas.

Um dado, porém, requer um pouco mais de atenção uma vez que toca diretamente o tema desenvolvido neste trabalho. Trata-se da influência da religião na hora de escolher um método contraceptivo: 3,2% não responderam essa questão. O que assusta é o fato de 57,9% dos entrevistados considerarem nula a influência da Igreja Católica nesta escolha. Ou os agentes de pastoral não conhecem as orientações eclesiais ou conhecem-nas e as julgam inexpressivas ou ultrapassadas diante de questões consideradas de consciência que devem ser decididas em comum acordo pelo casal. No entanto, perante o expressivo e

¹⁹ Nesta pesquisa analisada, 7,6% dos entrevistados eximiram-se de responder a questão que relacionava o casamento com o ter filhos.

perturbador silêncio por parte da Igreja Católica e também das igrejas protestantes²⁰ é de se supor que nem mesmo os fiéis mais atuantes conhecem com clareza as orientações magisteriais neste campo do planejamento familiar e dos métodos contraceptivos.

Nesta questão, depois de uma detalhada explicação da forma de respondê-la, a pessoa era convidada a dar uma nota “de zero a 04” em sua resposta, sendo “zero” significando nula a influência da Igreja Católica na escolha dos métodos contraceptivos e “04”, uma notável consideração pelo ensinamento eclesial nesta matéria. 61,5% das mulheres indicaram ser “zero” a influência da Igreja na escolha do método contraceptivo, contra 42,1% da mesma resposta entre os homens. Este dado é de grande relevância, pois na sociedade brasileira são as mulheres que assumem, na prática, mais responsabilidade na escolha do método. A tabela 2 indica também que 16,5% dos entrevistados atribui a nota máxima à questão, afirmando a forte influência da Igreja Católica na hora de escolher o método contraceptivo. Há uma coerência interna nas respostas quando maior percentagem de homens (28,1%) aponta a nota máxima contra 13,8% das mulheres.

Tabela 2 – Dados relacionados com a questão ‘A religião influenciou na escolha do método contraceptivo’ cruzados com a questão identificação de gênero

<i>A religião influenciou na escolha do método contraceptivo</i>						
<i>Gênero:</i>	zero	1,00	2,00	3,00	4,00	NR
Feminino	61,5%	3,7%	9,6%	9,6%	13,8%	1,8%
Masculino	42,1%	5,3%	10,5%	5,3%	28,1%	8,8%
Total	57,9%	4,0%	9,7%	8,6%	16,5%	3,2%

Fonte: Os autores, 2014.

A tabela 3 apresenta o resultado do cruzamento dos dados sobre a influência da religião na escolha de métodos contraceptivos e o estado civil no momento da gravidez do primeiro filho. O cruzamento destes dados apresenta uma relativa coerência interna. Entre os entrevistados que vivem uma situação de união estável 95,7% considerou nula qualquer influência da religião no momento de decidir por um método de contracepção. Isso parece compreensível quando levada em conta a realidade de que estes pela situação marital em que se encontram sofrem

²⁰ Tenha-se em mente que quando se fala de Igreja Católica e protestante refere-se a seus membros, tanto a atuação dos pastores quanto a vivência concreta de fé de seus fiéis.

algumas sanções canônicas, como por exemplo, a exclusão da comunhão sacramental, o que pode acabar afastando-os do ambiente religioso.

Tabela 3 – Dados relacionados com a questão ‘A religião influenciou na escolha do método contraceptivo’ cruzados com a questão ‘Estado civil na gravidez do primeiro filho’

<i>A religião influenciou na escolha do método contraceptivo</i>						
<i>Estado civil:</i>	zero	1,00	2,00	3,00	4,00	NR
Solteiro	52,0%	,0%	10,0%	6,0%	26,0%	6,0%
Casado	55,6%	5,8%	10,1%	10,6%	15,3%	2,6%
Divorciado	60,0%	,0%	20,0%	,0%	,0%	20,0%
União Estável	95,7%	,0%	,0%	,0%	4,3%	,0%
Total	57,9%	4,0%	9,7%	8,6%	16,5%	3,2%

Fonte: Os autores, 2014.

Entre estes que vivem uma realidade de união estável é notável ainda que nenhum tenha se negado a responder esta questão. Estaria nesta situação um desejo inconsciente de que a Igreja Católica tenha um olhar mais compassivo para com eles? Em todo caso, um desafio pastoral surge neste horizonte: como apresentar o rico pensamento eclesial católico sobre planejamento familiar a estes que nem sequer são casados sacramentalmente?

Entre os divorciados, como se vê na tabela 3, 60% deles também considerou nula a ingerência da religião sobre a escolha dos contraceptivos e 20% negaram-se a responder esta questão. O mutismo por parte tanto de pastores quanto de fiéis, somado a atividades pastorais nem sempre eficazes no que diz respeito à família, não teria também sua parcela de culpa diante desta triste realidade do divórcio?

Para os casados e solteiros, o índice de nulidade da influência da religião na escolha dos métodos contraceptivos varia em torno de 50% e 55%. Não será preocupante esta realidade, sobretudo, entre os solteiros e a continuidade de sua vida que pretende ser fecunda? De que modo compreender os filhos como bênçãos de Deus se a religião somente impacta com seu ensinamento sobre esta matéria 16,5% dos entrevistados? Em tempo: os entrevistados não são qualquer grupo de pessoas que procuram a religião de vez em quando, mas agentes de pastoral, isto é, homens e mulheres engajados na evangelização e “conhecedores” da doutrina eclesial.

Segundo Moser (2004, p. 72),

Para muitos, afirmar que a Igreja é a favor de uma política demográfica, enquanto esta significa criar melhores condições de vida para todos, se constitui numa certa surpresa, dado o fato de ela ser contra as campanhas ideologicamente conduzidas de controle da natalidade. Afirmar que ela é a favor do planejamento familiar é mais surpreendente ainda, pois sempre se ouviu dizer que a Igreja condena os métodos contraceptivos.

A *Humanae Vitae* contribuiu sobremaneira para que esta identificação “Igreja = condenação” se fortalecesse ainda mais. Outros fatores interessantes são a mecanização da vida e as mudanças que a sociedade vem passando nas últimas décadas. O silêncio é real e as objeções de consciência também.

A Igreja Católica é portadora de uma mensagem que valoriza a vida em todas as circunstâncias (cf. Jo 10,10). O problema não se trata do que ela fala, mas talvez esteja no método escolhido para dizer e comunicar seu ensinamento. Não se trata, portanto, do que falar, mas do “como” dizer seus valores, de modo que causem atração nos fiéis, e não sejam imposições arbitrárias.

Duas portas parecem se abrir no horizonte capazes de iluminar esta problemática. Trata-se da Bioética com sua intuição mais profunda, a de ser uma ponte para o futuro e do reconhecimento, por parte da Igreja Católica, de que ela não tem todas as respostas, ou seja, está também em constante processo de aprendizagem e não mais fechada sobre si mesma.

Por conseguinte, os dados apresentados acima somados à revisão teórica parecem demonstrar que o silêncio é real. A mensagem que a Igreja Católica tem e é ímpar para apresentar encontra-se na obscuridade. O anúncio do Evangelho da vida, com métodos eficazes e linguagem acessível, é mais urgente que nunca, uma vez que calar-se diante de temas tão vitais constitui-se num verdadeiro delito eclesial.

No próximo capítulo, insistir-se-á no planejamento familiar como pauta dos ensinamentos da doutrina católica. Uma boa revisão de literatura e uma sensata análise dos dados da pesquisa de campo ajudarão nessa abordagem.

4 PARENTALIDADE E IGREJA CATÓLICA: DO MATRIMÔNIO CRISTÃO A UM PLANEJAMENTO FAMILIAR CONSCIENTE

Diante do tema “planejamento de parentalidade” ou “planejamento familiar responsável” percebe-se que ao relacioná-lo com a doutrina da Igreja Católica há muita confusão nas consciências dos seus seguidores. De um lado, há fiéis que sequer conhecem os pronunciamentos do Magistério sobre esta questão. De outro, há aqueles que pensam ser a Igreja Católica totalmente contrária a tal realidade devido à discussão sobre métodos contraceptivos naturais e artificiais, esquecendo-se do rico patrimônio eclesiástico sobre planejamento familiar.

O rico patrimônio da Igreja Católica a respeito do planejamento familiar tem seu início nos Santos Padres de forma embrionária, sobretudo com São João Crisóstomo, o primeiro a tratar desta problemática. Este bispo do século IV orientava o jovem casado a assim se dirigir à sua amada:

Tomei-te em meus braços, amo-te, prefiro-te à minha própria vida. Porque a vida presente não é nada, e o meu sonho mais ardente é passá-la contigo, de maneira que estejamos certos de não sermos separados na vida futura que nos está reservada... Ponho teu amor acima de tudo, e nada me seria mais penoso que não ter os mesmos pensamentos que tu tens (apud CATECISMO DA IGREJA CATÓLICA, n. 2365).

Na esteira desta homilia sobre a carta aos Efésios, o mesmo Crisóstomo reconhece a necessidade de um planejamento familiar, orientando que em todas as etapas do desenvolvimento e florescimento do amor conjugal haja um cuidado especial para com as crianças advindas desta relação, tendo os cônjuges exercitado sua “paternidade responsável”²¹. É nestas pegadas que o Catecismo da Igreja Católica, muitos séculos depois, compreende um amor fecundo e planejado quanto à geração de filhos.

Um aspecto particular desta responsabilidade [gerar filhos no matrimônio] diz respeito à *regulação da procriação*. Por razões justas, os esposos podem querer espaçar os nascimentos de seus filhos. Cabe-lhes verificar que seu desejo não provém do egoísmo, mas está de acordo com a justa generosidade de uma paternidade responsável. Além disso, regularão seu comportamento segundo os critérios objetivos da moral (CATECISMO DA IGREJA CATÓLICA, n. 2368).

²¹ cf. <https://catolicismo.wordpress.com/category/santidade/>. Acesso: 11/05/2014.

No século XVIII, Santo Afonso Maria de Ligório segue “o espírito da moral do Crisóstomo nos temas relacionados à paternidade responsável” (VIDAL, 2003, p. 325). A partir da década de 1950, o planejamento familiar passa a ser aceito pela Igreja Católica, tendo como marco importante desta preocupação a Alocução de Pio XII às parteiras no dia 29 de outubro de 1951 onde ele aceita o uso dos ritmos reprodutivos como método para o planejamento de parentalidade.

Sanches evidencia que “atualmente há consenso a respeito da necessidade do planejamento familiar, o qual é proposto por governos, instituições religiosas e movimentos de diferentes matizes ideológicas” (2014, p. 14). De fato, já na primeira metade do século XX percebe-se a preocupação sempre crescente com a reprodução humana, que pode ser mais bem compreendida hodiernamente “impactada por outros elementos, dentre eles, processos psicológicos, sociais e culturais, que se distancia da ênfase do ato biológico de gerar filhos e ser melhor compreendida como a condição de ser pai e ser mãe” (SANCHES, 2014, p. 07). O que se viu neste período foi o surgimento da expressão “paternidade responsável” compreendida como a

reflexão e a decisão altamente ponderada, à base de um ato de amor autêntico, tomada depois de um diálogo entre ambos os esposos, sobre a oportunidade de ampliar a família ou o dever de espaçar a transmissão da vida de acordo com o bem pessoal das duas partes dialogante e da adequada educação dos filhos já nascidos (EGUREN, 1976, p. 52).

O filão pelo qual se deve entender o planejamento familiar nos documentos do Magistério é o amor conjugal. Já na *Casti Connubii* de 1930 está explicitamente afirmado que “o amor pervade toda a vida conjugal e tem como que um primado de nobreza” (CC 23). A *Gaudium et Spes* também assume essa proposta em suas páginas (n. 48-51) e a *Humanae Vitae* corrobora a visão personalista do matrimônio cristão. Por fim, em se tratando de planejamento familiar, já é sabido que Pio XII dá uma aprovação positiva com ressalva sobre os métodos contraceptivos a serem utilizados.

Pode-se dizer, à luz do ensinamento da Igreja Católica e não só, que há planejamento familiar: a) quando a gravidez é planejada cuidadosamente, b) quando se avalia também as questões de riscos relacionados com a maternidade, c) quando a decisão de ter filhos é compartilhada pelos parceiros, d) quando as condições para cuidar dos filhos é avaliada, e) quando o anúncio de uma gravidez se dá num clima

de aceitação e alegria, f) quando o parceiro acolhe a criança, g) quando o cuidado dos filhos é preocupação constante, h) quando a possibilidade de um aborto deliberado não é sequer considerado, i) quando a criança cresce sem violência (cf. MOSER, 1982, p. 28).

Como se nota a partir das condições elencadas acima, o planejamento familiar inclui em sua realização o desejo de uma paternidade responsável, um processo de parentalidade, a escolha de um método contraceptivo que regule os nascimentos e não destrua a harmonia entre os cônjuges, e um cuidado que se estende ao longo de toda a vida. Em suma, exige amar e cuidar da prole antes, durante e depois de sua geração (cf. BEÑERAF, 2006, p. 54).

O objetivo principal deste capítulo é mostrar o pensamento da Igreja Católica sobre o planejamento familiar, evidenciando que ela apoia o mesmo. Para isso, pretende-se fundamentar o pensamento eclesial católico sobre esta temática trazendo à luz algumas reflexões da *Humanae Vitae* e seu rico conteúdo sobre paternidade responsável. Todavia, estas linhas se apresentam conscientes de que

o que parece ter ficado como herança das interpelações da Igreja [Católica] quanto ao planejamento familiar e à política demográfica é que ela é contra qualquer tipo de planejamento, apregoando métodos considerados não científicos, porque exigentes e nem sempre eficazes (MOSER, 2014, p. 65).

No entanto, quem se julga portador de palavras de vida, como é o caso do Magistério eclesial, não pode deixar de buscar portas que abram a possibilidade de um diálogo proveitoso em favor da vida. Ao abordar a temática do planejamento familiar no contexto da Igreja Católica é preciso elucidar seu pensamento sobre o matrimônio e o amor conjugal. Também se fará uso de dados referentes à pesquisa de campo realizada na diocese de Jacarezinho (PR) entre os agentes de pastoral das 46 paróquias desta circunscrição eclesiástica sobre o planejamento do primeiro filho e a reação ao anúncio da gravidez do mesmo, entre outros.

4.1 O MATRIMÔNIO: EXPRESSÃO CONCRETA DO AMOR CONJUGAL

A Igreja Católica entende o planejamento familiar dentro da realidade matrimonial, uma vez que entre dois batizados não pode haver uma união conjugal que não seja considerada matrimônio (cf. CÓDIGO DE DIREITO CANÔNICO, cânion

1055 § 2). Uma diferenciação se faz necessária para uma melhor compreensão do planejamento familiar no âmbito do matrimônio. A tradição da Igreja Católica distinguiu matrimônio *in fieri* e matrimônio *in facto esse*. Esse é a própria comunidade de vida estavelmente estabelecida pelo casal. Aquele, diz respeito ao ato que constitui a união e a relação entre os cônjuges. No entender da doutrina católica, o matrimônio é o lugar único que torna possível a doação total entre o homem e a mulher com os atos próprios e exclusivos dos esposos, como por exemplo, a geração de uma nova vida.

Essa comunidade de vida que exige um planejamento familiar é especificada pelo amor conjugal como reflexo do amor com que Deus se doa à humanidade. Na verdade, o amor conjugal torna-se elemento especificador desta comunidade de vida somente quando se realiza a união num só coração e numa só carne por meio dos atos que por si são ordenados à fecundidade.

De fato, “o amor conjugal reúne em si valores humanos e divinos que levam os esposos ao autêntico, livre e mútuo dom de si mesmos” (GHIRLANDA, 2003, p. 375), fazendo compreender que uma criança quando gerada por uma superabundância do amor, na verdade desabrochou sob o sol do amor dos pais.

O Catecismo da Igreja Católica (n. 2367) parece identificar bem essa relação entre matrimônio e planejamento familiar, apresentando os pais como cooperadores do amor de Deus criador e também como seus intérpretes²².

Chamados a dar vida, os esposos participam do poder criador e da paternidade de Deus. ‘Os cônjuges sabem que, no ofício de transmitir a vida e de serem educadores – o qual deve ser considerado como missão própria deles –, são *cooperadores do amor de Deus criador* e como seus intérpretes. Por isso desempenharão seu *múnus* com responsabilidade cristã e humana’.

Para a *Gaudium et Spes* (n. 50) “o Matrimônio e o amor conjugal destinam-se por sua própria natureza à geração e educação da prole. Os filhos são, sem dúvida, o maior dom do Matrimônio e contribuem muito para o bem dos próprios pais”. O amor conjugal se apresenta, portanto, como ato eminentemente humano, dirigido de pessoa a pessoa com um sentimento e uma ação que nasce da vontade livre. Na década de 1960, o teólogo holandês Edward Schillebeeckx subtitulou sua

²² A *Gaudium et Spes* (n. 50) também utiliza esta expressão “intérpretes” ao se referir aos cônjuges na sua missão de co-criadores. Lembre-se que intérprete significa a pessoa encarregada de declarar, de dar a conhecer as vontades, as intenções de outra. Os cônjuges desempenham este papel ao gerarem uma nova vida com responsabilidade generosa, humana e cristã.

célebre obra sobre o matrimônio indicando-o como “realidade terrena e mistério de salvação”²³. A análise destes dois aspectos complementares parece dar uma satisfatória noção da realidade do matrimônio no entendimento eclesial.

O Papa João Paulo II escreveu que “o matrimônio tem de específico o ser sacramento de uma realidade que já existe na economia da criação: o mesmo pacto conjugal instituído pelo Criador ‘desde o princípio’” (FC 68). Realmente, a comunidade cristã, a contar da constituição do matrimônio como sacramento, o tem vivido como sinal da união entre Cristo e sua Igreja (cf. Ef 5,22-33). O Concílio de Trento (1545-1563) elaborou a teologia segundo a qual o matrimônio foi elevado à categoria de sacramento por Jesus Cristo, tornando-o evento salvífico de sua ação redentora e, portanto, sacramento da Nova Aliança (cf. Concílio de Trento, sessões VII e XXIV).

O que se pretende neste ponto é assinalar o entendimento da Igreja Católica a respeito do sacramento do matrimônio, uma vez que ela entende o planejamento familiar dentro desta realidade. Para tanto, o caminho percorrido levará em conta uma reflexão sobre o amor, uma rápida fundamentação bíblica, a doutrina da *Gaudium et Spes* sobre o matrimônio e sua visão personalista, bem como as indicações da encíclica *Deus caritas est*.

4.1.1 O amor conjugal

O Concílio Vaticano II (1962-1965), na constituição *Gaudium et Spes* (n. 48) apresenta a comunidade matrimonial sendo fundada por ação de Cristo e protegida tanto por vínculos sagrados como por leis humanas. Para esta constituição conciliar, “a íntima comunidade de vida e de amor conjugal” é estabelecida por meio do matrimônio. Esta comunidade de vida, reconhecida e confirmada pelo Senhor no matrimônio, ainda torna visível a igual dignidade dos esposos no seu mútuo e pleno amor, autenticamente conjugal (cf. GS, n. 49).

Convém, no entanto, tratar da realidade do amor enquanto tal, ainda que de forma resumida, antes de propriamente se falar do amor conjugal. Esta reflexão sobre o amor justifica-se uma vez que o planejamento familiar é um planejamento de

²³ cf. SCHILLEBEECKX, Edward. **El Matrimonio: realidad terrena y misterio de salvación**. Salamanca: Sígueme, 1968.

amor. Na obra *Moral para universitários*, Miguel Benzo²⁴ indica pelo menos três formas básicas em que o amor humano se apresenta. Trata-se do amor entendido como qualitativo, possessivo e de solidariedade.

O amor entendido apenas de modo qualitativo é aquele que leva em conta somente as qualidades positivas da pessoa como podem ser a beleza, a inteligência, a utilidade, etc. É, como se nota, um amor funcional e instrumental. Digno dele são apenas as pessoas que possuem tais qualidades julgadas úteis aos olhos do amante.

Já no amor dito possessivo, conforme Bonin (2003, p. 90), “a pessoa procura aliviar sua insegurança possuindo o outro ou sendo possuída por ele”. O que está em jogo neste modelo de amor é a questão da segurança. Esta forma de amar pode apresentar traços patológicos como o sadismo²⁵ e o masoquismo²⁶.

Ao contrário do amor qualitativo que leva em conta as qualidades de uma pessoa e do amor possessivo que prescreve a posse do outro, o amor de solidariedade fixa-se na pessoa e se identifica com ela. É um amor de fusão existencial (BONIN, 2003, p. 91), que perpassa a compreensão do outro como pessoa, o entendimento de si mesmo como pessoa e a resistência para com a tentação de possuir o outro.

Desse modo, assinala-se o mais específico do amor humano: ele é, antes de tudo, não um sentimento, mas um ato de vontade. Erich Fromm (1971, p. 35) afirma que “o amor é a preocupação ativa pela vida e pelo crescimento do que amamos”.

Amar alguém não é simplesmente um sentimento poderoso, é uma decisão, é um juízo, é uma promessa. Se o amor não fosse mais que um sentimento, não existiriam bases para a promessa de amar eternamente. Um sentimento começa e pode desaparecer. Como posso eu julgar que durará eternamente, se meu ato não implica juízo de decisão? Levando em consideração esses pontos de vista, deve-se chegar à conclusão de que o amor é exclusivamente um ato da vontade e um compromisso (FROMM, 1971, p. 61).

²⁴ cf. BENZO, Miguel. **Moral para universitários**. Madrid: Cristandad, 1967, p. 168-171.

²⁵ Na Psiquiatria, o sadismo é compreendido como uma prática sexual que consiste em obter prazer com a dor e o sofrimento de outra pessoa; prazer experimentado com o sofrimento alheio; crueldade extrema.

²⁶ A denominação masoquismo define o prazer sexual relacionado com o desejo de sentir dor no corpo mediante a humilhação e dominação. O termo foi descrito pelo médico alemão Kraft Ebbing. Entretanto, verifica-se que em muitos casos o prazer não advém exatamente da sensação corpórea de dor, mas sim de uma situação de inferioridade perante o (a) parceiro (a).

Tendo presente a tripartição do amor exposta acima, percebe-se que o amor conjugal ultrapassa essa fragmentação e assume traços característicos de todas as formas de amar, constituindo-se assim numa maneira de amar peculiar.

[...] E o Senhor dignou-se sanar, aperfeiçoar e elevar este amor [conjugal] com um dom especial de graça e caridade. Unindo o humano e o divino, esse amor leva os esposos ao livre e recíproco dom de si mesmos, que se manifesta com a ternura do afeto e com as obras e penetra toda a sua vida, e aperfeiçoa-se e aumenta pela sua própria generosa atuação. Ele transcende, por isso, imensamente a mera inclinação erótica [...] (GS, n. 49).

Ao avaliar que o amor conjugal transcende a inclinação erótica, pode-se supor que a *Gaudium et Spes* entendeu que este amor passa pela configuração erótica e vai além, mas necessariamente passa por ele²⁷. Também no n. 50 da *Gaudium et Spes* aparecem duas expressões interessantes que dizem ser os cônjuges “colaborador e intérprete” deste amor conjugal. A expressão “intérprete” favorece o exercício de uma autonomia teônoma, o que garante um espaço de liberdade e responsabilidade na vida do casal. O Papa Bento XVI retomou esta discussão em sua primeira encíclica *Deus caritas est*, apresentando o amor humano como eros e ágape. Para o Papa Ratzinger, “eros e ágape [...] nunca se deixam separar completamente um do outro. Quanto mais os dois se encontram [...] tanto mais se realiza a verdadeira natureza do amor em geral” (DCE, n. 7). Esta discussão será retomada mais abaixo.

Este amor conjugal, diga-se em tempo, traz consigo duas características que lhe são próprias: a unidade e a indissolubilidade²⁸.

Quanto à unidade leva-se em consideração que o amor conjugal é, por sua própria natureza, exclusivo e não universal. Aliás, ele só se torna conjugal quando descobre um *tu* único e insubstituível. Segundo Bonin (2003, p. 93) “é a experiência afetiva mais profunda que se possa sentir; no mundo não existe ninguém com tanto realce e significação como esta pessoa singular”. A unidade sugere, portanto, que nessa relação não pode haver limites nem reservas, muito menos caráter mercantil e egoísta; ao contrário, a unidade preconiza uma doação total, um “anseio de fusão completa, de união com uma única pessoa” (FROMM, 1971, p. 58). Essa totalidade

²⁷ “O termo ‘amor’, a partir do Vaticano II, quer abranger a dupla dimensão sensual (erótica) e espiritual ou transcendente (caritas)” (BOTERO, 2001, p. 41).

²⁸ Cf. CÓDIGO DE DIREITO CANÔNICO, cânon 1056.

de doação manifesta-se concretamente no cuidado, na responsabilidade, no respeito e no conhecimento pleno do outro²⁹.

Assim como o amor conjugal suscita naturalmente a unidade, ele também aventa a indissolubilidade, sua segunda nota característica. A natureza do amor conjugal exige estabilidade e permanência. Para Azpitarte (1997, p. 336), “o amor autêntico, em sua mais pura fenomenologia, apresenta-se como algo indissolúvel e definitivo”. De fato, ninguém pode amar de verdade estabelecendo um tempo determinado de doação do seu afeto conjugal. Mesmo que as qualidades físicas ou psíquicas do outro vá mudando com o passar dos anos, seu ser mais autêntico, aquele pelo qual verdadeiramente se apaixonou, é algo que subsiste além de qualquer mudança. “Se se ama conjugalmente uma pessoa, continuar-se-á querendo-a apesar de suas mudanças superficiais, pois a razão da entrega radica em algo que não desaparece” (BONIN, 2003, p. 97). Na compreensão da doutrina católica, a indissolubilidade matrimonial não é, por conseguinte, uma imposição sobre os cônjuges privando-os da sua liberdade, pelo contrário, é a suprema realização da liberdade, um não poder existir mais senão do lado do outro.

Além da unidade e da indissolubilidade, pode-se elencar outros traços característicos do amor conjugal, que fazem deste modo de amar uma realidade singular. Refere-se propriamente ao fato de ser um amor livre, isto é, originado de um encontro gratuito. É também um amor totalizador. É ainda um amor fecundo em todas as dimensões da existência humana, seja imanente ou transcendente. É, por fim, um amor que se fundamenta na promessa e na decisão, contrariando a atitude hodierna de medo em relação a um compromisso definitivo (cf. VIDAL, 2007, p. 124-125). Neste sentido se entende que

A ignorância do que vá acontecer dá à promessa valor meritório, pois implica que o compromisso não é feito com a imagem que se forma ou que se deseja do outro, mas que a palavra fiel se transformou em um convite a que a outra pessoa se realize como tal e me reconheça a mim também como sujeito livre e responsável. A única forma de manter o amor ao longo do caminho não é fugir do compromisso – isto seria preferivelmente um medo covarde e imaturo – mas em penetrar até o profundo do ser, mais além dos interesses superficiais, para ficar seduzido pela pessoa. [...] Diante de uma sociedade utilitarista, na qual as coisas estão feitas cada vez mais para um serviço momentâneo, precisamos afirmar, com mais força que nunca, que o amor é um gesto fiel com ansiedade por eternidade (AZPITARTE, 1997, p. 135-136).

²⁹ Para maior aprofundamento: cf. FAMILIARIS CONSORTIO n. 19.

O Concílio Vaticano II (1962-1965), como se viu, representa para a teologia do matrimônio uma mudança importante de paradigma. Não se fala mais de fins primário e secundário do matrimônio, mas agora se faz uma opção personalista. O documento conciliar que recolhe esta nova perspectiva em relação ao matrimônio é a constituição *Gaudium et Spes*, de 1965 (n. 47-52). A. Cunningham, R. Modras, J. Schulte (1978, p. 69), na obra *La sexualidad humana: nuevas perspectivas del pensamiento católico*, parecem resumir bem a teologia do matrimônio da *Gaudium et Spes*:

A forma com que o Vaticano II aborda os problemas do matrimônio e da família põe em relevo uma nova atitude diante dessas realidades. Ela rejeita a primazia da procriação sobre os aspectos unitivos da sexualidade e insiste em sua devida harmonia e integração (GS 51). Com razão, ela propõe a pessoa humana como centro integrador de todos esses valores e reconhece explicitamente os valores pessoais (GS 51) e interpessoais que se situam no próprio núcleo da sexualidade. Chama a atenção sobre a qualidade humana das expressões da sexualidade e sobre o muito que podem contribuir para o desenvolvimento positivo da pessoa (GS 49). Reflete uma fina sensibilidade em relação às dimensões sociais e comunitárias da sexualidade humana e do matrimônio (GS 47, 50). Por fim, reconhece que o Criador é a fonte e a razão suprema da sexualidade humana, santificada de modo especial na união sacramental que é o matrimônio.

Como se percebe, a compreensão personalista do matrimônio é o fundamento de toda a ética conjugal e, conseqüentemente, de todo planejamento familiar que radica na experiência do amor entre os cônjuges.

4.1.2 Fundamentação bíblica

O matrimônio, sendo uma realidade divina e humana, converte-se em mistério de salvação ao ser acrescido no dinamismo da fé. É sobre esta afirmação que os fundamentos bíblicos do matrimônio repousam. Para Ratzinger (1970, p. 243)³⁰ este princípio de humanização, na verdade,

Trata-se de humanizar o sexual não como um meio de satisfação privada, nem como uma espécie de estupefaciente ao alcance de todos, e sim como convite para que o homem saia de si mesmo. A realização do sexual não adquire um valor ético quando se torna 'conforme a natureza', e sim quando ocorre conforme a responsabilidade que o homem tem, diante da comunidade humana e diante do futuro humano.

³⁰ Para maior aprofundamento sobre o princípio de humanização: cf. RATZINGER, J. **Hacia una teologia del matrimonio**. Selecciones de Teologia 9, 1970.

Esta rápida fundamentação bíblica pretende abordar os aspectos próprios dos relatos da criação no Gênesis, passando pelos profetas e escritos sapienciais. Em seguida, será apresentada a revelação plena do amor humano realizada por Jesus Cristo.

Entre os relatos antigos sobre a criação do ser humano, as narrativas do Gênesis apresentam pelo menos duas diferenças significativas. Primeiramente, na narração genesíaca o ser humano é criado como gesto benevolente do amor divino e feito senhor da criação³¹. Em seguida, ele é tido como alguém ‘animado’ pelo sopro de Deus. Para Moltmann, o ser humano é criado por uma decisão especial de Deus, onde este “determina-se a ser o Criador de sua imagem” (1987, p. 231).

Ao se referir ao casal inaugural, tendo em mente os dois relatos da criação encontrados no livro do Gênesis, tem-se, conforme o segundo relato (Gn 2,18-25), a constatação da necessidade de relação interpessoal do homem. Também é perceptível que esse diálogo de amor supõe a igualdade e a necessária integração em vista da complementaridade. A finalidade deste diálogo de amor é a unidade, própria do amor conjugal. Em Gn 2,24 encontra-se um detalhe em relação ao verbo “unir”, que em hebraico si diz *dabaq*. O emprego deste termo parece ter neste versículo uma conotação particular, pois ultrapassa o sentido de uma união física e alcança um sentido teológico, pois “a união do casal é uma clara alusão à aliança de Yavé com Israel” (BOTERO, 2001, p. 60). O júbilo de Adão por Eva é, na verdade, a alteridade que torna possível a reciprocidade capaz de gerar uma comunhão interpessoal.

Já o primeiro relato (Gn 1,26-31) evidencia que o ser humano foi feito à imagem e semelhança de Deus, destaca o papel da fecundidade entre os cônjuges e volta a insistir na igualdade dos mesmos, uma vez que provêm do mesmo Criador.

Uma primeira série de textos bíblicos a examinar são os três primeiros capítulos do Gênesis. Colocam-se no contexto do princípio bíblico, no qual a verdade revelada sobre o homem como ‘imagem e semelhança de Deus’ constitui a base imutável de toda a antropologia cristã... Eis assim esboçado no primeiro texto (Gn 1,1-2,4) o quadro geral em que se coloca a criação da humanidade. Disse Deus: ‘Façamos o homem à nossa imagem e semelhança... Deus criou o ser humano à sua imagem e semelhança, criou-o à imagem de Deus, criou-o homem e mulher (Gn 1,26-27). A humanidade é

³¹ “As culturas do extremo oriente, da Grécia, da África, do mundo inca, falam de casais de divindades que deram origem a tudo quanto existe: Yin-Yan na China, Izagani-Izanani entre os japoneses, Sakti-Siva no hinduísmo, Tammuz-Inanna entre os mesopotâmios, Mawu-Lisa em Daomé, o sol e a luz entre os incas. Estas divindades aparecem como esposo e esposa ou como pai e mãe rodeados de filhos deuses” (BOTERO, 2001, p. 20).

aqui descrita como articulada desde a sua primeira origem, na relação do masculino e do feminino. É esta humanidade sexuada que é explicitamente declarada 'imagem de Deus' (CONGREGAÇÃO PARA A DOCTRINA DA FÉ, 2004, n. 05).

Pinchas Lapide em um diálogo realizado no ano de 1984 com Viktor Frankl define o casal humano como uma unidade dual, informando que “a unificação dos dois é o divino, aquela força divina que nós por falta de uma palavra melhor chamamos de amor, de força oposta de atração, o anseio de se tornar um” (FRANKLN; LAPIDE, 2013, p. 62).

O matrimônio no entendimento dos profetas é incorporado à reflexão da Aliança. De fato, a relação matrimonial do casal humano é utilizada para explicar a relação entre Deus e seu povo, de modo que Deus é compreendido como o esposo sempre fiel e a humanidade como a esposa, muitas vezes infiel. Isso fica evidente em Oséias (Os 1-3), em Jeremias (Jr 2,20-25) e em Ezequiel (Ez 16.23), sobretudo. Segundo Vidal (2007, p. 17) “o amor conjugal, ao entrar no âmbito da aliança, fica transformado. Ele agora tem um arquétipo divino que deve realizar: o amor de Deus para com seu povo”.

O profeta Oséias em sua experiência de vida mostra a atitude de Deus em relação à humanidade, mesmo traído volta para sua esposa e o triunfo do amor é sua única certeza. Assim, Botero (2001, p. 62), citando Ravasi, comenta que “o amor humano converte-se em paradigma para falar do amor de Deus ao homem e da resposta do homem a Deus, que é amor”. Os profetas, de fato, apresentam esta imagem do matrimônio como Aliança de forma mais plástica e clara que os outros textos bíblicos.

O ensinamento sapiencial a respeito do matrimônio é bem sintetizado por Schillebeeckx (1968, p. 74-75):

A literatura sapiencial proclama, portanto, a felicidade do esposo de uma formosa mulher que seja ao mesmo tempo boa e reta, cheia de sentido e de virtude. O hino alfabético, escrito em louvor da 'mulher perfeita', constitui, no marco cultural deste tempo, uma formosa visão de conjunto dessa espiritualidade conjugal primitiva, que a *Bíblia de Jerusalém* chama de 'humanismo devoto' (Pr 31,10-31).

Entre os sapienciais, o Cântico dos Cânticos merece atenção particular. Séculos mais tarde que os escritos proféticos, esta obra mostra o papel desempenhado pelo amor conjugal na constante construção da Aliança no meio do povo de Deus. Mais uma vez Botero (cf. 2001, p. 66), citando Ravasi, considera os

poemas desta obra como hinos que falam do amor conjugal de modo tão digno e fino, que são capazes de ocultar em sua composição uma dimensão misteriosa e teológica. Schökel, por sua vez, considera que os protagonistas do Cântico dos Cânticos, “sem um verdadeiro nome, são todos os casais da história que repetem o milagre do amor” (apud, BOTERO, 2001, p. 65).

Com a encarnação de Cristo o amor conjugal ganha um luz nova (cf. Ef 3,9). Jesus, no entanto, não estabeleceu nenhum modelo de institucionalização do matrimônio, apenas exigia “o cumprimento do ideal do amor que existia ‘desde o princípio’ no casal ideal primeiro e que, por condescendência pedagógica diante da ‘dureza do coração’, Deus não havia querido exigir” (VIDAL, 2007, p. 22). Os sinóticos tratam da temática do matrimônio de modo explícito na perícopes das bodas do filho do Rei (Mt 22,1-14) e nos textos sobre o divórcio (Mc 10,1-12). O Evangelho de João relata um casamento acontecido em Caná da Galileia (2,1-12) e ainda fala deste tema no diálogo de João Batista com seus discípulos (3,22-30).

Apesar destas referências nos Evangelhos, no Novo Testamento é, sobretudo, Paulo que desenvolve esta temática do matrimônio no texto aos Efésios. Em Ef 5,32, o matrimônio é chamado de “grande mistério”. Essa alusão ao matrimônio resgata o texto de Gn 2,24 e lê nesse inciso uma estreita analogia da união entre Cristo e sua Igreja. Há também uma referência à linguagem profética que relacionava a união conjugal como símbolo da Aliança entre Deus e seu povo. Ainda que esta comparação seja possível, parece que o objetivo primeiro deste texto não é tanto fazer compreender o próprio mistério da Aliança através do amor conjugal, mas evidenciar uma conclusão moral que motive e inspire o amor conjugal.

Em todo caso, a Epístola aos Efésios no capítulo 05 deixa transparecer que o matrimônio não só é reflexo da *berith* entre Deus e seu povo, mas agora é também espelho da relação entre Cristo e a Igreja, conforme a interpretação tradicional.

4.1.3 O amor em *Deus Caritas est*

Em 19 de abril de 2005, o respeitado teólogo alemão Joseph Ratzinger foi eleito Papa da Igreja Católica, adotando o nome de Bento XVI. Pouco tempo depois do início de seu pontificado, o “Papa teólogo” – como desde o início ficou conhecido – publicou sua primeira carta encíclica *Deus caritas est*, dedicada à discussão sobre o amor que “já não é apenas um ‘mandamento’, mas a resposta ao dom do amor

com que Deus vem ao nosso encontro” (DCE, n. 01). Não se pretende neste ponto uma exaustiva apresentação da primeira encíclica de Bento XVI, mas simplesmente apontar alguns traços da rica contribuição que ela traz à problemática discutida neste trabalho.

O pano de fundo pelo qual o amor é tratado e apresentado por Bento XVI parece ser a convicção de que se Deus é amor, este mesmo amor não pode ser, ao mesmo tempo, uma limitação para a plena realização daquilo que é próprio da humanidade. A reflexão tem seu ponto de partida na recordação do vasto campo semântico em torno da palavra “amor”, já que este pode se referir a amor ao trabalho, aos filhos, aos familiares, etc. No entanto, para a *Deus caritas est* “o amor entre o homem e a mulher [...] sobressai como arquétipo de amor por excelência, de tal modo que, comparados com ele, à primeira vista todos os demais tipos de amor se ofuscam” (DCE, n. 2).

Este tipo de amor não nasce da inteligência e da vontade, mas parece se impor de alguma forma ao ser humano. Entre os gregos essa experiência foi chamada de *eros*, de modo que o *ágape* acabou sendo marginalizado. Entre os cristãos, por muito tempo, o contrário aconteceu: o *eros* foi marginalizado e o *ágape* supervalorizado como se fossem duas realidades não complementares.

Em uma interessante exposição sobre o *eros*, este documento de Bento XVI pontua primeiramente que “o *eros* necessita de disciplina, de purificação para dar ao homem não o prazer de um instante, mas certa amostra do vértice da existência, daquela beatitude para que tende todo o nosso ser” (DCE, n. 04). O papa ainda reconhece que “o *eros* quer nos elevar ‘em êxtase’ para o Divino, conduzir-nos para além de nós próprios, mas por isso mesmo requer um caminho de ascese, renúncias, purificações e saneamentos” (DCE, n. 05). A renúncia, portanto, conduz o *eros* à sua verdadeira grandeza, pois o ser humano ama como criatura unitária e não apenas em partes.

No n. 06 da *Deus caritas est*, Bento XVI apresenta o amor como êxtase. Em suas mesmas palavras:

êxtase não no sentido de um instante de inebriamento, mas como caminho, como êxodo permanente do eu fechado em si mesmo para sua libertação no dom de si e, precisamente dessa forma, para o reencontro de si mesmo, mais ainda para a descoberta de Deus.

Mesmo que por vezes *eros* e *ágape* se apresentem como formas de amar contraditórias, no fundo “amar” sempre é uma realidade única com distintas dimensões. Em se tratando de *eros* e *ágape*, para Bento XVI, eles “nunca se deixam separar completamente um do outro. Quanto mais os dois encontram a justa unidade, embora em distintas dimensões, na única realidade do amor, tanto mais se realiza a verdadeira natureza do amor em geral” (DCE, n. 07). Há, como se vê, uma complementaridade entre *eros* e *ágape*. Amar é descoberta do outro; é cuidado. Aprender a amar o outro é estar na direção do encontro com o Outro. Esse amor complementar, não reducionista, parece estar na base de um responsável planejamento familiar.

4.2 O ENSINAMENTO DO MAGISTÉRIO ECLESIAÍSTICO CATÓLICO SOBRE PLANEJAMENTO FAMILIAR

Para a Igreja Católica a parentalidade responsável significa ter os filhos que naturalmente surgem do relacionamento amoroso dos esposos e que o casal possa educar adequadamente. Portanto, é tido como irresponsabilidade:

- a) gerar filhos sem poder educar adequadamente;
- b) gerar filhos sem ser de modo natural;
- c) não gerar os filhos que se poderia ter naturalmente e educar adequadamente;
- d) gerar filhos fora do casamento;
- e) imposição do ato conjugal sem consentimento.

Deste modo, para a Igreja Católica, planejamento familiar não significa necessariamente diminuir o número de filhos simplesmente, mas ter os filhos que se pode assumir com responsabilidade (cf. MOSER, 1982, p. 29). Neste contexto, planejamento familiar passa a ser mais aceito do que ‘controle de natalidade’, visto que este termo pode incluir uma redução das taxas de natalidade a qualquer preço³². De fato, muitas vezes o aborto é parte da agenda do planejamento familiar de algumas organizações o que será visto pela teologia católica como inadequado:

³² No dia 03 de abril de 2014 foi lançada uma megaprodução épica, dirigida por Darren Aronofsky, intitulada “Noé: por causa da maldade dos homens”. Em linhas gerais, esse filme caminha na mesma esteira daquelas correntes radicais que apontam o ser humano como “câncer do planeta”, sugerindo um rígido controle de natalidade por meio do dilúvio e não um planejamento consciente e responsável.

“O aborto é a contradição mais clara contra a paternidade e maternidade responsável, porque é o *não* mais violento contra a vida humana precisamente depois de haver transmitido esta vida” (HÄERING, 1971, p. 79).

Como descrito acima, a partir da década de 1950 o planejamento familiar passa a ser aceito pela Igreja Católica. Esse processo de aceitação e apoio ao planejamento familiar não foi uma invenção do papa Pio XII. Já a *Casti Conubii* de Pio XI em 1930 falava do amor conjugal como nobreza do matrimônio cristão (cf. CC 23). Destes marcos em diante, sobretudo a partir do Concílio Vaticano II, o amor foi entendido como essencialmente fecundo. Amor este que tende a “procriar” material e espiritualmente, de modo que esta fecundidade é pessoal e não automática e cega³³. Como consequência desta personalização do amor, cada vez mais se tomou consciência de que a fecundidade tem que ser verdadeiramente responsável, já que “toda criança que vem ao mundo tem o direito a ter um lugar, a ser alimentada e a ser educada convenientemente” (HORTELANO, 1974, p. 187).

Para chegar a este pensamento, a Igreja catalisou uma rica história e uma rica cultura que a contar das épocas grega, romana e judaica ofereceu suporte para a posição atual do Magistério eclesial.

4.2.1 Nos passos da história³⁴

Esta rica cultura de “avanços” e “retrocessos” passa por determinados momentos marcados, sobretudo, pela ênfase dada ora à questão natural ora à dimensão da fé. Com o olhar voltado para os tempos antigos pode-se dizer que gregos, romanos e judeus uniam-se para ter uma família e para gerar filhos. Neste contexto, o afeto não era necessário e nem central no relacionamento. O que importava era a fecundidade, de modo que

³³ Quando se fala em fecundidade e cultura de parentalidade, têm-se em mente também aqueles casais que não podem gerar filhos. O fato de não ter filhos não sugere automaticamente uma infecundidade. Tais casais, por exemplo, podem exercer a fecundidade do seu amor tornando sua relação aberta e geradora de vida, ainda que sem filhos.

³⁴ Para um maior esclarecimento consultar:

DÍAS, Javier de la Torre. **Diversos paradigmas em torno do planejamento familiar: do senador romano Metelo ao Método Ogino**. IN: SANCHES, Mário Antônio. *Bioética e Planejamento Familiar: escolhas e perspectivas*. Petrópolis: Vozes, 2014, p. 25-47.

NOONAN, Jr. John T. **Contraception – A history of its treatment by the Catholic Theologians and Canonists**. Cambridge, Massachusetts: Harvard University Press, 1965.

o 'planejamento familiar' se dava em dois âmbitos muito diferentes. Um era o âmbito extramatrimonial, onde se dava uma grande tolerância a que os homens tivessem cortesãs, concubinas, escravas, prostitutas para o prazer e as necessidades do corpo. Outro era o âmbito matrimonial, onde as esposas serviam primordialmente para 'procriar filhos legítimos' e onde elas mesmas tinham que tomar a decisão de limitar a natalidade abundante ou a que colocava sua vida em risco (DÍAS, 2014, p. 26).

Como se nota, o planejamento familiar não era fruto da decisão do casal. Na maior parte das vezes, cabia à esposa determinar o momento de decidir o nascimento ou não da prole.

Com o surgimento do cristianismo, influenciado sobremaneira pela filosofia estoica e pelo pensamento de uma iminente volta de Jesus Cristo³⁵, há um deslocamento da preocupação da fecundidade para o uso mais racional e moderado da sexualidade. Esta atitude se justifica, talvez, pelo fato de nesta época a sexualidade no mundo do Império Romano ter assumido formas de imoralidade difundida e despudorada. Para Pighin (2005, p. 34), a "Igreja considerou a honestidade e a importância do exercício da sexualidade dentro do matrimônio, pronunciando-se contra os desregramentos sexuais e afirmando o valor da castidade". A partir de então, o que se vê sempre crescer é a ideia de que a procriação constitui-se a medida lícita das relações sexuais. Consequentemente o que se tem é a condenação de qualquer forma de contracepção.

Entre os teólogos da antiguidade está Agostinho. Para o bispo de Hipona, a contracepção é entendida como um grave atentado ao "bem essencial" do matrimônio que é a geração da prole. O intercuro sexual entre os cônjuges é apenas tolerado tendo em vista esta necessidade essencial. Qualquer tipo de prazer advindo desta relação é considerado pecaminoso. A dimensão unitiva do matrimônio é praticamente ausente neste contexto; por sua vez, a dimensão procriativa é evidenciada com especial relevância (cf. AZPITARTE, 2006, p. 78-83). Na esteira de Agostinho, cada vez mais se firmou a ideia da contracepção como um homicídio (Cesário de Arles) e um pecado contra a natureza.

Nos tempos da escolástica, via-se no sêmen a presença de um homúnculo³⁶, de modo que para Tomás de Aquino, a desordenada emissão do

³⁵ Sobre esta teoria da iminente volta de Jesus Cristo existem muitos escritos do primeiro século, dentre os quais se encontra a 1ª Carta aos Tessalonicenses de São Paulo.

³⁶ "Pela teoria do pré-formismo, o organismo no interior dos gametas seria uma pessoa em miniatura, com todos os seus órgãos formados, e que teria, no interior de seus próprios gametas, mais organismos pré-formados contendo outros organismos em suas células germinativas, e assim por

sêmen é contrária ao bem da natureza, justificando assim, que o fim primário de toda relação sexual é a procriação. Durante a Reforma os protestantes, de modo especial, luteranos e calvinistas não se mostram interessados em temas como a contracepção e o planejamento familiar.

Um processo de abertura no entendimento do significado do ato sexual conjugal começa a acontecer com a escola de Salamanca³⁷. Tomás Sanchez já não via mais pecado nos esposos que somente copulavam como esposos. Nesta mesma vertente está Afonso de Ligório para quem os atos conjugais são lícitos e dignos.

Apesar do posicionamento de muitos teólogos como Sanchez, Soto e Afonso de Ligório, a Igreja Católica mantém, na época, em relação ao matrimônio a separação entre fim primário e secundário. Este entendido como o bem do cônjuge e aquele compreendido como a procriação. Este aspecto está bem evidenciado no Código Canônico Pio-Beneditino, promulgado em 1917, no cânon 1013 § 1. Esta realidade mudará na história do pensamento católico, pois seguindo a visão mais personalista da *Gaudium et Spes* (48-51) o cânon 1055 § 1 do Código de 1983 assim se expressa:

O pacto matrimonial, pelo qual o homem e a mulher constituem entre si o consórcio de toda a vida, por sua índole natural ordenado ao bem dos cônjuges e à geração e educação da prole, entre batizados foi por Cristo Senhor elevado à dignidade de sacramento.

Na segunda metade do século XIX o que se nota entre os casais já não é mais o desejo de uma prole excessiva. Em 1842, o bispo Bouvier percebia em sua diocese que os casais jovens não pretendiam mais ter muitos filhos (cf. DÍAS, 2014, p. 43). Tendo em vista esta nova realidade, não é de se estranhar que em 1876 Mauro Nardi assinasse a primeira obra sobre contracepção: *“Dissertação sobre o onanismo conjugal”*.

Na primeira metade do século XX, percebe-se uma Europa familiarizada com a prática contraceptiva. Em 1930, a Conferência de Lamberth aprova algumas

diante. Dessa forma, a perpetuação da humanidade só ocorreria enquanto coubessem organismos menores dentro de outros organismos cada vez menores. Esta teoria, embora tenha sido mais bem elaborada na Idade Moderna, já estava presente na Idade Média e foi um dos motivos para a condenação da masturbação, que chegou – com esta compreensão – a ser comparada ao homicídio” (cf. SANCHES, M.A.; VIEIRA, J.A.; MELO, E.A. **A dignidade do embrião humano: diálogo entre teologia e biologia**. São Paulo: Ave Maria, 2012, p.70).

³⁷ A escola de Salamanca surgiu em 1416 dentro da célebre universidade espanhola. No século XVI, tinha quase 6.000 alunos, provenientes de muitos países europeus. Os teólogos de Salamanca deram uma ampla atenção à Teologia Moral nos seus ensinamentos (cf. PIGHIN, 2005, p. 63).

condições para a prática do planejamento familiar. A *Casti Connubii* é assinada neste mesmo ano e parece, como descrito acima, vislumbrar o início de um horizonte mais amplo de entendimento sobre o próprio matrimônio e seus atos, o que se concretizará no Concílio Vaticano II (GS 47ss).

Em resumo, pode-se dizer que

ao longo da história há autores que permitem ou toleram certo 'planejamento familiar' por diversas causas: pobreza, saúde, educação e atenção dos filhos nascidos, possibilidade de deformação, para evitar abandonos e abortos, para acalmar a mente, para evitar agressões e violências do casal, pelo bem comum. Não há referências quase ao diálogo e decisão do casal. (DÍAS, 2014, p. 45-46).

4.2.2 O ensinamento da *Humanae Vitae*

Ponto culminante do ensinamento da Igreja Católica nesta matéria parece ser, como já dito anteriormente, a encíclica *Humanae Vitae*, de 1968. Além de todas as polêmicas e posicionamentos diversos surgidos à época de sua publicação, uma leitura atenta deste documento magisterial deixa transparecer uma rica teologia do amor conjugal. Em suas linhas, a *Humanae Vitae* faz perceber que embora os métodos contraceptivos não se constituam no cerne da mensagem cristã, a orientação sobre eles pretende evitar uma possível mecanização da vida e a promoção de um amor humano autêntico, construído no diálogo.

A posição da Igreja Católica sobre os métodos contraceptivos pode mudar diante da face dinâmica da teologia e seu desenvolvimento. Persistirá, no entanto, a visão do amor conjugal como unidade de dois, ou seja, um amor que é livre e se empenha na direção do bem do outro, porque vê ali seu próprio bem e em vista desta razão permanece fiel. Em outros termos, a mudança na compreensão dos métodos contraceptivos não obnubilará o entendimento do amor conjugal como:

- um amor eminentemente humano que integra sabiamente eros e ágape, as expressões do corpo e da alma.
- um amor que vai de uma pessoa para outra pessoa, portanto, um amor interpessoal que une em um só o ato de doação e acolhida recíprocas.
- um amor que cria uma amizade específica, a amizade conjugal (BOTERO, 2001, p. 123).

A instrução sobre o planejamento familiar por parte da Igreja Católica remete, na verdade, a uma compreensão profunda do mistério da vida. Para tanto, exige-se uma consciência madura e bem formada que possibilite este planejamento

não só na fase posterior ao nascimento do filho, mas que o mesmo já ocorra antes até da concepção. O filho, assim, é compreendido como fruto de um amor humano, total, exclusivo, fecundo e consciente de sua missão de “paternidade responsável” (HV 9).

Moser (2014, p. 62) apresenta uma reflexão bastante interessante quanto ao planejamento familiar e fecundidade em torno da *Humanae Vitae*:

No que se refere especificamente ao planejamento familiar, foram sendo mais bem delineadas as exigências evangélicas, no sentido de amor profundo, abertura à vida e as motivações de fundo. Assim, não poucos teólogos passaram a sustentar que, excluídos os métodos radicais da esterilização e, sobretudo do aborto, a questão moral apontava menos para os métodos e mais para as atitudes. O fato de um casal seguir rigorosamente os métodos naturais não significaria forçosamente fidelidade à Igreja, e vice-versa. A responsabilidade no sentido ético do termo tem muito mais a ver com reflexão consciente, que a um só tempo busca sintonia com a inspiração da Igreja e a superação de todo tipo de egoísmo.

A *Humanae Vitae* insiste ainda que fecundidade não está diretamente ligada apenas à questão do número de filhos, mas também à responsabilidade e à generosidade.

A abertura generosa à vida não poderia ser pautada somente pelos métodos nem pelo número de filhos. Existem não poucos pais e mães com prole numerosa, mas que não manifestam responsabilidade. Enquanto outros, levados por uma série de circunstâncias, têm poucos filhos, mas agem com responsabilidade e generosidade. Dessa forma, percebe-se que fecundidade não se confunde com reprodução, mas remete a uma atitude fundante de acolhida da vida como dom divino. Há casais estéreis que são espiritualmente fecundos, como também há casais com prole numerosa que são espiritualmente estéreis (MOSER, 2014, p. 62).

Como se nota, a partir da *Humanae Vitae* o planejamento familiar remete a uma concepção entranhada do mistério da vida como dom capital de Deus ao ser humano. Uma consciência amadurecida ainda é capaz de perceber que o planejamento familiar leva de encontro a muitas reflexões dialogantes sobre os projetos dos cônjuges.

4.2.3 Parentalidade responsável

Planejamento familiar e amor conjugal andam de mãos dadas conforme o pensamento da Igreja Católica. Häering (1965, p. 340) lembra que “o filho nunca

pode tornar-se objeto de frios cálculos de eficiência. A criança que deve receber sua vida por uma super-abundância de amor, só pode desabrochar sob o sol do amor conjugal”.

A Igreja Católica entende que os filhos gerados não são apenas concebidos para esta vida. Na verdade, os filhos também são gerados afim de que renasçam para uma filiação divina.

Na vontade de ter filhos está fundamentada a solidariedade de amor dos cônjuges entre eles e entre pais e filhos. E porque não se trata apenas de gerar e educar um filho para esta curta vida terrena, mas antes, de dar a um filho a vida natural para que ele possa renascer para a filiação divina, é basilar e essencial que no sim ao serviço à vida se compreenda, no matrimônio cristão, um sim disposto a criar todas as condições prévias para que os filhos oferecidos por Deus possam desenvolver-se saudavelmente quanto ao corpo e quanto à alma para este mundo e para o Reino de Deus (HÄERING, 1965, p. 344).

A moral cristã católica não determina o número ideal de filhos. Houve um tempo em que se considerava ideal ter dois filhos. Isso porque em 1950, 11% das famílias pesquisadas pelo Instituto Allensbacher de Demoscopia, Alemanha, (cf. HÄERING, 1965, p. 354-355) achavam que o número ideal de filhos era de quatro ou mais. Em contrapartida, 21% das famílias consideravam ideais três filhos, 50% falava de dois e 08% imaginavam ser o ideal o fato de não ter filhos. Esses números somados dão uma média de 2,2 filhos por família.

Para a moral cristã católica, os filhos são dom de Deus e precisam ser acolhidos na santa alegria da fecundidade, pois consentir no sentido e essência do amor conjugal significa já em si consentir no filho. O Evangelho de Mateus (25,14-30) traz uma parábola contada por Jesus que pode auxiliar na compreensão dos filhos como dom de Deus. Nesta perícopa, conhecida como parábola dos talentos, Jesus ilustra a vida de um homem que se ausenta de seu país e chama alguns de seus servos e lhes concede talentos para que administrem. Cada um recebeu uma quantia específica. Depois de certo tempo, tal homem retorna e resolve acertar as contas com seus servos que haviam recebido os talentos. Aqueles que fizeram os talentos frutificarem foram agraciados pelo patrão. Ao contrário, o que “enterrou” seu talento foi repreendido porque não o cultivou. Assim, parecem ser os filhos. São dom [talentos] que o casal recebe de Deus. Não importa o número ou a quantidade, o meritório é amá-los e conceder a eles a possibilidade de crescerem em idade, sabedoria e graça (cf. Lc 2,52).

Conforme Häering (1965, p. 356),

Se examinarmos a fundo a ideia da paternidade responsabilizada até às suas últimas consequências, deveríamos verdadeiramente dizer que muitos cônjuges, tal como de fato são, nem sequer podem responsabilizar-se por um só filho diante de Deus: se eles não têm nenhuma fé, se vivem ao Deus dará, sem autodisciplina e sem ideal moral, como podem eles tomar sobre si, antes de converterem-se fundamentalmente, a responsabilidade da educação dum ou mais filhos? Verdadeiramente só o homem crente que se esforça por viver segundo a sua fé pode pronunciar um sim plenamente responsabilizado à vida.

Este consentimento total ao amor conjugal querido e ensinado pela Igreja Católica sugere intrinsecamente uma fecundidade responsável capaz de superar a natureza puramente biológica da geração e inserir o ter filhos num conjunto de valores humanos positivos (cf. FC 11). Para o Papa João Paulo II, “a solicitude pela criança ainda antes do nascimento, desde o primeiro momento da concepção e, depois nos anos da infância e da adolescência, é a primária e fundamental prova da relação do homem com o homem” (FC 26).

4.3 QUANDO A TEORIA ENCONTRA A REALIDADE

Novamente se intenta agora a apresentar os resultados da pesquisa realizada na diocese de Jacarezinho (PR) que, como foi explicitada acima, é uma pesquisa de campo entre os agentes de pastoral. A fim de compreender melhor a afirmação “a Igreja Católica é a favor do planejamento familiar”, tema deste capítulo, levaram-se em conta as respostas sobre gênero, número de filhos, grau de escolaridade, idade atual do entrevistado e estado civil que foram cruzados com as questões: “Você planejou a gravidez do seu primeiro filho?” e “Qual foi a sua reação no anúncio da gravidez do primeiro filho?”.

4.3.1 “Você planejou a gravidez do seu primeiro filho?”

Sobre o planejamento da gravidez do primeiro filho os dados estão apontados na tabela 4. Nesta questão colocava-se para a resposta dos entrevistados a possibilidade de escolherem entre zero e quatro, tendo presente que “quatro” significa a presença total de um planejamento e “zero” sua completa ausência. O quadro aponta que 33,1% dos entrevistados marcaram nota “zero” para

esta questão. Deste modo, cerca de 50% indicaram planejamento familiar (atribuindo nota 3 ou 4) e a outra parte atribuindo menos de 2 à indagação a respeito do planejamento da gravidez do primeiro filho.

Tabela 4 – Dados relacionados com o planejamento da gravidez do primeiro filho

<i>Você planejou a gravidez do seu primeiro filho?</i>						
	zero	1,00	2,00	3,00	4,00	NR
Porcentagem	33,1%	6,8%	6,1%	10,8%	41,0%	2,2%
Nº de entrevistados	92	19	17	30	114	06

Fonte: Os autores, 2014.

Analisando os dados na perspectiva de gênero percebe-se que 34,4% das entrevistadas consideraram “zero” a presença de qualquer tipo de planejamento. Entre os homens, este índice é mais baixo, apenas 29,8%. Entre as mulheres, 5% responderam “um”; 7,3% “dois” e 9,2% assinalaram “três”. Considera-se interessante, ainda entre as mulheres, o fato de 42,2% indicarem nesta resposta “quatro”, mostrando assim que um considerável número planejou a gravidez de seu primeiro filho. Em relação aos homens, 14% marcaram “um”; 1,8% “dois” e 12,3% “três”. Um alto índice também entre o gênero masculino considerou a presença marcante de planejamento do primeiro filho, 38,6%. Estes dados estão na tabela 5.

Tabela 5 – Dados relacionados com a questão do planejamento da gravidez do primeiro filho e cruzados com a identificação de gênero

<i>Você planejou a gravidez do seu primeiro filho?</i>						
<i>Gênero:</i>	zero	1,00	2,00	3,00	4,00	NR
Feminino	34,4%	5,0%	7,3%	9,2%	42,2%	1,8%
Masculino	29,8%	14,0%	1,8%	12,3%	38,6%	3,5%

Fonte: Os autores, 2014.

Estes dados sugerem uma situação preocupante: o índice de ausência de planejamento, independentemente do gênero, e a sua presença marcante quase se equivaleram. Isso parece evidenciar a exiguidade de uma necessidade basilar quando se fala de planejamento familiar, sendo que toda criança precisa ser amada, ter um lar e receber todas as condições possíveis para se desenvolver com dignidade.

A tabela 6 que leva em conta a idade do agente de pastoral entrevistado ajuda a compreender melhor a situação descrita acima, mas distribuída por faixa etária.

Tabela 6 – Dados relacionados com o planejamento da gravidez do primeiro filho cruzados com a idade atual do entrevistado

<i>Você planejou a gravidez do seu primeiro filho?</i>						
<i>Idade:</i>	zero	1,00	2,00	3,00	4,00	NR
Entre 18 e 25	33,3%	16,7%	,0%	,0%	50,0%	,0%
Entre 26 e 35	39,7%	3,4%	3,4%	6,9%	46,6%	,0%
Entre 36 e 45	28,4%	2,5%	1,2%	18,5%	45,7%	3,7%
Entre 46 e 60	31,0%	7,0%	11,0%	8,0%	40,0%	3,0%
Acima de 60	44,4%	18,5%	7,4%	11,1%	18,5%	,0%

Fonte: Os autores, 2014.

Como se nota, esta tabela chama a atenção para a informação de que 50% dos entrevistados entre 18 e 25 anos terem planejado a gravidez de seu primeiro filho. Este índice varia um pouco, mas permanece na casa dos 40% que consideram ter havido planejamento na primeira gravidez. Fato notório é que este índice cai para 18,5% entre aqueles que já estavam acima dos sessenta anos. Digno de nota é que destes com mais de sessenta anos 44,4% assinalam a total ausência de qualquer planejamento. Isto se torna compreensível quando se leva em conta que estas pessoas ao terem o primeiro filho ainda não tinham claro o que a Igreja Católica ensinava sobre esta temática. Muitos, aliás, até hoje imaginam ser a Igreja contrária a qualquer tipo de planejamento, uma vez que esta não aprova os métodos contraceptivos artificiais (cf. MOSER, 2004, p. 72-73).

Se 50% dos entrevistados que estão entre os 18 e 25 anos considerou planejar seu primeiro filho, o mesmo não acontece com aqueles entre 26 e 35 anos. Destes, 39,7% mostraram não ter realizado nenhum tipo de planejamento da primeira gravidez. Entre os de 18 e 25 anos este índice também é alto já que 33,3% também considerou nula qualquer forma de planejamento. Não estaria aqui a constatação da grave consequência do silêncio da Igreja Católica da década de 1990 em diante em questões de parentalidade?

Dados interessantes também aparecem quando se cruzam as informações sobre o número de filhos e o planejamento da primeira gravidez.

Tabela 7 – Dados relacionados com planejamento da primeira gravidez cruzados com o número de filhos

<i>Você planejou a gravidez do seu primeiro filho?</i>						
<i>Número/filhos:</i>	zero	1,00	2,00	3,00	4,00	NR
1 filho	31,3%	4,8%	6,0%	6,0%	48,2%	3,6%
2 filho	27,5%	8,7%	8,7%	17,4%	37,7%	,0%
3 filho	27,3%	8,0%	1,1%	13,6%	47,7%	2,3%
4 ou mais filhos	57,1%	5,7%	14,3%	2,9%	17,1%	2,9%
Total	33,1%	6,8%	6,1%	10,8%	41,0%	2,2%

Fonte: Os autores, 2014.

Dos entrevistados que têm apenas um único filho, 48,2% disseram ter realizado o planejamento desta gravidez; dos que possuem dois filhos este índice é de 37,7%; é notável que entre os casais com três filhos o planejamento tenha ocorrido em 47,7% dos casos. Estes dados relativamente altos parecem mostrar que o planejamento familiar não é apenas assunto da Igreja Católica, mas que atualmente há consenso a respeito da necessidade do planejamento familiar (cf. SANCHES, 2014, p. 14).

No entanto, entre os entrevistados que geraram quatro filhos ou mais aparece um dado alarmante: 57,1% assinalaram a total ausência de qualquer forma de planejamento da primeira gravidez³⁸. Esta informação assegura a ideia de que fecundidade responsável, acontecida dentro de um processo de planejamento familiar, não significa quantidade de filhos (cf. MOSER, 1982, p. 29).

Diante da mesma questão sobre o planejamento da primeira gravidez, os dados que apareceram tendo em conta o “estado civil dos entrevistados no momento da gravidez do primeiro filho” sugerem algumas conclusões interessantes.

Tabela 8 – Dados relacionados com o ‘planejamento da primeira gravidez’ cruzados com o ‘estado civil na gravidez do primeiro filho’

<i>Você planejou a gravidez do seu primeiro filho?</i>						
<i>Estado civil na gravidez:</i>	zero	1,00	2,00	3,00	4,00	NR
Solteiro	74,0%	6,0%	4,0%	10,0%	6,0%	,0%
Casado	20,6%	7,9%	6,3%	9,0%	53,4%	2,6%

³⁸ Entre os entrevistados que possuem cinco filhos este índice alcança 100%. Todavia, como os agentes consultados nesta situação eram muito poucos, apenas 03 dos 278, esta informação pode não condizer plenamente com a realidade.

Divorciado	20,0%	,0%	,0%	,0%	60,0%	20,0%
Viúvo	50,0%	,0%	,0%	50,0%	,0%	,0%
União Estável	43,5%	4,3%	4,3%	26,1%	21,7%	,0%
Separado Judicialmente	50%	,0%	25,0%	25,0%	,0%	,0%

Fonte: Os autores, 2014.

Entre os solteiros 74% consideraram “zero” qualquer tipo de planejamento. Tem-se presente com isto a noção de que eles não precisam se preocupar com a questão. Muitos jovens apenas conhecem o (a) parceiro (a) em baladas, por exemplo, acabam tendo relações e daí surge uma gravidez na maior parte das vezes indesejada. Nesta compreensão está totalmente ausente o conhecimento do intercuro sexual como expressão mais concreta do amor conjugal que é capaz de gerar uma nova vida. Entre os que disseram estar em uma união estável³⁹ 43,5% consideraram nulo qualquer planejamento.

Entre os casados a situação é bem diferente. 53,4% dos entrevistados declararam ter havido planejamento na primeira gravidez e somente 20,6% consideraram nula qualquer forma de planejamento. Chama a atenção o dado que aparece entre os divorciados, uma vez que 60% disseram ter havido planejamento na primeira gravidez. Essa informação pode sugerir que mesmo tendo planejamento de parentalidade o que sustenta a relação do casal é o amor conjugal, do qual o filho torna-se expressão concreta. Por fim, entre os agentes de pastoral que se encontram em uma situação de viuvez, 50% declararam ter havido planejamento da primeira gravidez, mas não totalmente; e os outros 50% consideraram “zero” a presença de planejamento no primeiro filho.

Os dados sobre o planejamento do primeiro filho tornam-se mais aclarados quando se leva em conta o grau de escolaridade no momento da gravidez primogênita.

Tabela 9 – Dados relacionados com ‘planejamento da primeira gravidez’ cruzados com o ‘grau de escolaridade na gravidez do primeiro filho’.

<i>Você planejou a gravidez do seu primeiro filho?</i>						
<i>Escolaridade:</i>	zero	1,00	2,00	3,00	4,00	NR
Não havia estudado	28,6%	,0%	,0%	71,4%	,0%	,0%

³⁹ Para compreensão mais aprofundada do conceito de união estável: cf. CONSELHO PONTIFÍCIO PARA A FAMÍLIA. **Família, Matrimônio e “Unões de Fato”**. São Paulo: Paulinas, 2004, 3ª ed.

Estava nas séries iniciais	50,0%	12,5%	12,5%	,0%	25,0%	,0%
Havia concluído a 4ª série	33,3%	6,1%	6,1%	6,1%	48,5%	,0%
Estava entre a 5ª e 8ª série	42,9%	9,5%	7,1%	11,9%	26,2%	2,4%
Estava no Ensino Médio	36,6%	4,9%	19,5%	9,8%	24,4%	4,9%
Havia concluído o EM.	28,4%	6,0%	3,0%	16,4%	43,3%	3,0%
Estava na Faculdade	50,0%	25,0%	,0%	6,3%	18,8%	,0%
Já havia concluído a Faculdade	18,6%	3,4%	1,7%	3,4%	71,2%	1,7%

Fonte: Os autores, 2014.

Entre os que engravidaram e que não haviam estudado, 71,4% declararam ter havido um planejamento satisfatório e 28,6% considerou “zero” qualquer forma de planejamento. Junto aos que consideraram nulo o planejamento, 50% estava nas séries iniciais, 42,9% cursava entre a 5ª e a 8ª séries; 36,6% estava no Ensino Médio e 50% frequentava a faculdade. Em contrapartida a este índice, os que assinalaram ter existido pleno planejamento do primeiro filho, 48,5% havia concluído a 4ª série; 43,3% tinham completado o Ensino Médio e 71,2% já haviam se formado na faculdade. Perante os dados acima, parece que o grau de escolaridade pode ou não determinar a presença do planejamento de parentalidade, sendo que mesmo pessoas instruídas como os que estavam cursando a faculdade não planejaram seu primeiro filho.

4.3.2 “Qual foi a sua reação no anúncio da gravidez do primeiro filho?”

O cruzamento de dados em relação à reação provocada pelo anúncio da gravidez do primeiro filho também oferece conclusões interessantes. Nesta questão os entrevistados tinham a opção de responder se o anúncio da primeira gravidez havia causado revolta, preocupação, surpresa, aceitação ou alegria. Conforme a tabela 10, 69,3% das mulheres disse ter recebido esta notícia com alegria, mas 16,1% demonstra preocupação. Entre os homens, 71,9% manifesta alegria com o anúncio da primeira gravidez de sua parceira e, somente 10,5% disse ter recebido esse comunicado em meio à preocupação.

Tabela 10 – Dados relacionados com ‘reação ao anúncio da primeira gravidez’ cruzados com a ‘identificação de gênero’.

<i>Qual foi a sua reação no anúncio da gravidez do primeiro filho?</i>						
<i>Gênero</i>	Revolta	Preocupação	Surpresa	Aceitação	Alegria	NR
Feminino	,0%	16,1%	5,0%	7,8%	69,3%	1,8%
Masculino	1,8%	10,5%	3,5%	7,0%	71,9%	5,3%

Fonte: Os autores, 2014.

No que tange à idade do entrevistado, praticamente não muda a reação quanto ao anúncio da gravidez do primeiro filho, como se pode ver na tabela 11. Entre 50% e 80% acolheram esta notícia com alegria. No entanto, merece destaque o fato de que 50% daqueles que estão entre 18 e 25 anos terem recebido este anúncio com preocupação. Entre os de 26 a 35 anos, 8,6% reagiram com surpresa diante desta notícia. Ainda que seja um percentual baixo, merece notoriedade que 1% dos entrevistados entre os 46 e 60 anos acolherem com revolta o anúncio da primeira gravidez. Para aqueles que estão acima de 60 anos, 81,5% receberam esta notícia com alegria, porém 11,1% apenas receberam este anúncio com aceitação. O índice elevado de 50% entre os de 18 e 25 anos que acolheram com preocupação a primeira gravidez sugere a ideia de que um filho quando não planejado pode se tornar motivo de dificuldade para se crescer na vida profissional, por exemplo. O intercuro sexual que deve estar a serviço da vida parece não ser sinal da responsabilidade e do cuidado que uma nova vida dispense.

Tabela 11 - Dados relacionados com ‘reação ao anúncio da primeira gravidez’ cruzados com a ‘idade atual do entrevistado’.

<i>Qual foi a sua reação no anúncio da gravidez do primeiro filho?</i>						
<i>Idade:</i>	Revolta	Preocupação	Surpresa	Aceitação	Alegria	NR
Entre 18 e 25	,0%	50,0%	,0%	,0%	50,0%	,0%
Entre 26 e 35	,0%	19,0%	8,6%	3,4%	65,5%	3,4%
Entre 36 e 45	,0%	19,8%	6,2%	7,4%	64,2%	2,5%
Entre 46 e 60	1,0%	8,0%	3,0%	10,0%	76,0%	2,0%
Acima de 60	,0%	7,4%	,0%	11,1%	81,5%	,0%

Fonte: Os autores, 2014.

Tendo presente o número de filhos e a reação causada pelo anúncio da primeira gravidez é digno de nota apontar que independente da quantidade de filhos, a reação foi de alegria quando do anúncio da gravidez primogênita. Este índice variou de 68,7% a 80%. Chama a atenção, todavia, que aqueles que geraram três filhos demonstraram acolher a comunicação da primeira gravidez com preocupação em 19,3% dos casos. E para aqueles com quatro filhos ou mais, a reação foi de surpresa em 11,4% das vezes. A tabela 12 evidencia melhor essa realidade.

Tabela 12 - Dados relacionados com 'reação ao anúncio da primeira gravidez' cruzados 'número de filhos'

<i>Qual foi a sua reação no anúncio da gravidez do primeiro filho?</i>						
<i>Número/filhos:</i>	Revolta	Preocupação	Surpresa	Aceitação	Alegria	NR
1 filho	,0%	16,9%	4,8%	6,0%	68,7%	3,6%
2 filhos	,0%	10,1%	7,2%	10,1%	69,6%	2,9%
3 filhos	1,1%	19,3%	3,4%	4,5%	69,3%	2,3%
4 ou mais filhos	,0%	5,7%	2,9%	11,4%	80,0%	,0%

Fonte: Os autores, 2014.

Em relação ao estado civil, 48% dos solteiros responderam ter recebido com preocupação o anúncio da primeira gravidez. Entre aqueles que vivem uma união estável este índice de preocupação se deu em 21,7% dos anúncios. Casados, divorciados e viúvos disseram ter acolhido com alegria, entre 79,9% a até mesmo 100% das vezes, a notícia da gestação primária.

Tabela 13 - Dados relacionados com 'reação ao anúncio da primeira gravidez' cruzados com 'o estado civil na gravidez do primeiro filho'

<i>Qual foi a sua reação no anúncio da gravidez do primeiro filho?</i>						
<i>Estado civil</i>	Revolta	Preocupação	Surpresa	Aceitação	Alegria	NR
Solteiro	,0%	48,0%	10,0%	10,0%	32,0%	,0%
Casado	,5%	5,3%	4,2%	7,9%	79,9%	2,1%
Divorciado	,0%	20,0%	,0%	,0%	80,0%	,0%
Viúvo	,0%	,0%	,0%	,0%	100,0%	,0%
União Estável	,0%	21,7%	,0%	4,3%	65,2%	8,7%
Separado	,0%	,0%	,0%	,0%	100,0%	,0%
Judicialmente						

Fonte: Os autores, 2014.

A reação de revolta ao anúncio da gravidez do primeiro filho se deu em 6,3% entre aqueles que estavam cursando a faculdade. Entre estes mesmos é notório que 25% tenha acolhido esta notícia com preocupação, 12,5% com surpresa e também 12,5% somente com aceitação. Conforme a tabela 14, a percentagem de alegria como reação a este anúncio variou de 42,9% entre aqueles que não estavam estudando a 81,4% com aqueles que haviam concluído o curso superior.

Tabela 14 - Dados relacionados com 'reação ao anúncio da primeira gravidez' cruzados com 'grau de escolaridade na gravidez do primeiro filho'

<i>Qual foi a sua reação no anúncio da gravidez do primeiro filho?</i>						
<i>Escolaridade</i>	Revolta	Preocupação	Surpresa	Aceitação	Alegria	NR
Não havia estudado	,0%	28,6%	,0%	,0%	42,9%	28,6%
Estava nas séries iniciais	,0%	12,5%	,0%	12,5%	75,0%	,0%
Havia concluído a 4ª série	,0%	6,1%	3,0%	12,1%	72,7%	6,1%
Estava entre a 5ª e 8ª série	,0%	16,7%	4,8%	11,9%	66,7%	,0%
Estava no Ensino Médio	,0%	19,5%	4,9%	9,8%	65,9%	,0%
Havia concluído o EM.	,0%	16,4%	6,0%	3,0%	73,1%	1,5%
Estava na Faculdade	6,3%	25,0%	12,5%	12,5%	43,8%	,0%
Já havia concluído a Faculdade	,0%	8,5%	3,4%	5,1%	81,4%	1,7%

Fonte: Os autores, 2014.

Gerar filhos, portanto, não pode ser uma atitude irrefletida e obra do acaso. Häering (1965, p. 350) a considera como uma “responsabilidade assumida com alegria”. Para o Cardeal Suenens gerar uma nova vida é cooperar de modo sublime com o Criador (apud HÄERING, 165, p. 351).

Enfim, o planejamento familiar é pauta dos ensinamentos da doutrina católica. Desde 1951 com o discurso de Pio XII às parteiras é possível afirmar que o Magistério eclesiástico católico apoia não uma simples e tecnicista regulação da natalidade, mas um planejamento familiar acontecido dentro de um matrimônio, expressão do amor conjugal.

Os dados da pesquisa realizada em 2013 na diocese de Jacarezinho apontam para a presença relativa de planejamento familiar nestas terras. Os apontamentos acima não fogem muito do que se espera encontrar em outros ambientes ou regiões. Notório entre os dados é a massiva reação de alegria no anúncio da gravidez do primeiro filho.

Por conseguinte, o planejamento familiar para a Igreja Católica está radicado numa compreensão profunda da vida, não é um simples não querer ter filhos.

O próximo capítulo pretende mostrar que o planejamento familiar, além de ser pauta dos ensinamentos da Igreja Católica, também possui uma forte agenda de apelo social, mostrando que ter filhos precisa deixar de ser um ato impensado e indicando a Bioética como um caminho pelo qual a vida é sempre valorizada.

5 TER FILHOS NÃO PODE MAIS SER UM ATO IMPENSADO: O PLANEJAMENTO FAMILIAR COMO AGENDA DE FORTE APELO SOCIAL

O planejamento familiar apresenta-se como uma agenda de forte apelo social. Não só a Igreja Católica o promove, mas a sociedade como um todo se demonstra preocupada com esta realidade que, de modo urgente, se coloca como necessária. Esta necessidade baseia-se no direito de cada criança nascer desejada.

A preocupação com a vida é de longa data. Desde os tempos do Novo Testamento, o próprio Jesus discursou ensinando que veio a este mundo para dar a todos vida em abundância (cf. Jo 10,10). Seguindo os passos de seu fundador, a Igreja Católica em sua bimilenar história sempre se colocou ao lado da vida. Esta posição nem sempre é compreendida, uma vez que esse SIM ao planejamento familiar se dá atualmente por meio de um NÃO a alguns métodos contraceptivos, por exemplo (cf. MOSER, 2004, p. 69). No contexto eclesial católico, portanto, a preocupação com o nascimento desejado dos filhos remonta há muitos séculos, mas é com o Papa Pio XII no seu famoso discurso às parteras italianas em 1951 que esta temática entra de vez no catálogo da doutrina católica.

Fora deste contexto esta preocupação existe também desde há muito tempo, mas em 1967 torna-se evidente na oitava conferência da Fundação da Federação Internacional de Planejamento Familiar (cf. EGUREN, 1976, p. 54). Desde a década de 1960, encontram-se políticas públicas em favor do planejamento familiar, sendo este compreendido como controle de natalidade. No Brasil, em 1970 acontece o movimento sanitarista, tornando notória a interferência do Estado no planejamento da família. Em 1984, surge o Programa de Assistência Integral à Saúde da Mulher (PAISM), a partir do qual a gravidez deixa de ser um dever da mulher por conta do casamento e passa a ser um direito da mesma. Em 1994, no Cairo (Egito) acontece a Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento dando ao tema do planejamento familiar suma importância. Na mesma esteira, em 1995 se dá a IV Conferência Mundial da Mulher em Beijin (China). Neste rol de preocupações extraeclesiais, insere-se ainda a Constituição Brasileira que no artigo 226 prescreve o direito de todo cidadão ao planejamento familiar, sendo este fruto da livre decisão do casal⁴⁰.

⁴⁰ Para aprofundamento, cf: VVAA. **Contracepção na contemporaneidade: o distanciamento da moral católica**. In: Revista de Bioética 2012; 20 (02), p. 336-341. Cf. também: Lei n. 9.263/96.

Ter filhos, por conseguinte, não pode ser um ato impensado. A ausência de planejamento familiar apresenta uma face bastante cruel, sobretudo, na América Latina. Meninas que ainda deveriam estar brincando com as amigas, não raras vezes são vistas em filas de hospitais aguardando uma consulta por conta da gravidez indesejada. Segundo Solís-Pontón (2006, p. xxxiii), em torno de 35% podendo atingir o percentual de 52% das gravidezes entre adolescentes na América Latina não conhecem nenhuma forma de projeto de parentalidade. Beñeráf coloca-se nesta mesma esteira e identifica que a falta de planejamento familiar pode ser causa do aumento da violência social e familiar nos últimos anos. Isso se justifica pelo fato de alguém que nasceu desejado e amado, naturalmente também amará e desejará sua vida, bem como a alheia (cf. BEÑERAF, 2006, p. 55).

Uma conseqüente problemática advinda de um não planejamento familiar é a questão do aborto. Uma criança que foi amada, planejada e desejada antes mesmo de concebida, dificilmente será impedida de vir ao mundo por meio de um processo de abortamento. O contrário, todavia, parece ser verdadeiro. Não é difícil imaginar que o aborto seja conseqüência de uma total ausência de qualquer forma de planejamento familiar. Por vezes, ele é ainda incentivado como a única saída diante de uma gravidez não muito bem quista.

O objetivo principal deste capítulo é apresentar o planejamento familiar como uma agenda que ultrapassa as fronteiras da Igreja Católica e se apresenta também como uma ampla agenda de forte apelo social. A Bioética será o caminho escolhido para esta reflexão, por isso torna-se indispensável conhecer seu desenvolvimento e seu contexto de atuação e preocupação. Ainda, pretende-se destacar o fato de que gerar um filho não pode ser um ato impensado. Uma mentalidade contraceptiva e uma mentalidade abortiva que paira sobre a sociedade hodierna encontram espaço dentro de um processo de planejamento familiar? Alguns dados da pesquisa de campo realizada na diocese de Jacarezinho (PR) entre os meses de outubro e dezembro de 2013 ajudarão na compreensão destas ideias.

5.1 A BIOÉTICA ENQUANTO PREOCUPAÇÃO CONSTANTE PELA VIDA

A Bioética surgiu como caminho de valorização e reflexão constante em relação à vida e seu aporte, onde o tecnicismo e o pragmatismo estavam ditando as normas. O termo “Bioética” é bastante recente. Tem sua origem apenas na segunda

metade do século XX, quando então se percebeu a necessidade de uma disciplina que conjugasse ciência e ética, estabelecendo critérios diante da pluralidade de descobertas e circunstâncias novas possibilitadas pelo frenético desenvolvimento das ciências.

Se o vocábulo é ainda muito recente, não se pode dizer o mesmo das perspectivas de reflexão que ele traz. Desde épocas muito remotas, os povos têm procurado tutelar a vida e regular as intervenções sobre ela. Faz-se memória do artigo 128 do *Código de Hammurabi*: “o médico que mata alguém livre, no tratamento, ou que cega um cidadão livre, terá suas mãos cortadas; se morre o escravo, paga seu preço” e do famoso médico da Grécia Antiga Hipócrates, considerado o iniciador da ciência médica. Ainda cabe lembrar a contribuição essencial sobre a sacralidade da vida trazida e inspirada pelo cristianismo (cf. BENTO, 2008, p. 15-19).

Tendo presente esta antiga preocupação com a vida em seus mais diversos âmbitos, a Bioética já está presente na década de 1970, nos Estados Unidos, com o oncologista Van Rensselaer Potter, que chegou à “compreensão que a bioética deveria ser a ciência da sobrevivência diante das diferentes ameaças à vida e de um ambiente que põe em perigo a vida do planeta” (BENTO, 2008, p. 20).

O contexto em torno do qual a Bioética tem seu surgimento pode ser delineado a partir de quatro realidades: a) o tumultuoso progresso das ciências biomédicas e as interrogações éticas advindas da necessidade de se administrar enorme poder; b) a crescente consciência dos direitos humanos; c) a necessidade de se repensar a relação ser humano e meio ambiente; d) a percepção que a ética não é neutra diante da ciência.

Concretamente podem-se elencar algumas situações que exemplificam o que foi afirmado acima: em 1953 James Watson e Francis Crick descobrem a estrutura molecular do DNA; em 1954, com o início das técnicas de reanimação modifica-se o curso de muitas doenças; em 1955, tem-se o primeiro transplante de rim e as primeiras tentativas conseguidas e documentadas de fecundação animal *in vitro*; em 1960, ampla experimentação da pílula anticoncepcional; em 1962, a possibilidade de hemodiálise para algumas pessoas; em 1978, o nascimento de Louise Brown, primeiro bebê de proveta; em 1996, a clonagem da ovelha Dolly⁴¹.

⁴¹ Para estes e outros dados, cf. BENTO, Luis Antonio. **Bioética: desafios éticos no debate contemporâneo**. São Paulo: Paulinas, 2008, p. 22-23.

Essas foram apenas algumas fronteiras apresentadas à Bioética, uma vez que tais inovações criaram entusiasmo e também perguntas inquietantes, como por exemplo, “qual o critério de seleção dos pacientes para fazer a hemodiálise, uma vez que não há máquinas para todos”? Diante deste e de tantos outros questionamentos a Bioética surge como uma reflexão necessária, como um conhecimento de como usar o saber para o bem da sociedade e em favor da vida.

A Bioética nasce, por conseguinte, de cientistas preocupados com o rumo de suas pesquisas, de médicos procurando orientar sua relação com os pacientes, de administradores hospitalares buscando critérios para o gerenciamento dos recursos, muitas vezes escassos, de moralistas tentando elaborar uma ética de responsabilidade (cf. JONAS, 2006, p. 21), de teólogos apresentando a experiência religiosa como construtora de sentido para a existência, e assim por diante.

Depois de mais de quarenta anos de reflexão, já se pode fazer um balanço do rápido desenvolvimento da Bioética. Os impasses e os desafios ainda continuam presentes, figurando algumas discussões em alguns setores que talvez não sejam os mais indicados, como foi, por exemplo, toda a discussão em torno do embrião humano ocorrido no Supremo Tribunal Federal, entre os anos de 2005 e 2008. Outro desafio figura ao redor do modo como a Bioética é encarada: alguns a enfocam a partir de seus quatro princípios clássicos: autonomia, beneficência, não maleficência e justiça, como Beuchamp e Childress⁴²; outros preferem um enfoque latino-americano, a partir da solidariedade e da justiça social, pense-se em Garrafa⁴³, por exemplo; há ainda o enfoque feminista e o enfoque teológico, sendo este último proposto com a seguinte questão: com o que a fé e a teologia poderiam contribuir para a discussão bioética? Esta perspectiva é apresentada, sobretudo, por Gafo⁴⁴. A esses desafios que demonstram a interdisciplinaridade da Bioética pode-se somar ainda a reflexão: qual antropologia é a melhor para fundamentar as discussões em torno da pessoa humana?

O frenético progresso das ciências humanas gerou um clima de incertezas. Para onde estamos indo? Onde isso tudo vai parar? São perguntas frequentes nos questionamentos dos mais simples aos mais cultos. Talvez o modelo de sociedade

⁴² BEUCHAMP, Tom L. CHILDRESS, James F. **Principles of Biomedical Ethics**. New York / Oxford: Fourth Edition / Oxford University Press, 1994.

⁴³ GARRAFA, V. PORTO, D. Bioética, poder e injustiça: por uma ética de intervenção. In: GARRAFA, V.; PESSINI, L. **Bioética: Poder e Injustiça**. São Paulo: Loyola, 2003.

⁴⁴ GAFO, Javier. **Bioética Teológica**. 3.ed. Madrid: Comillas / Desclée De Brouwer, 2003.

herdado da modernidade que privilegia o circunstancial, o efêmero, o individual, o descartável seja fonte das incertezas sobre a sobrevivência da espécie humana e da própria vida do planeta. A liquidez ou a “plasticidade” tem gerado espectadores consumistas e passivos. Que antropologia, portanto, apresenta-se capaz de oferecer uma base sólida em torno da qual poderia a bioética se movimentar?

Por antropologia entende-se qualquer estudo formal, sistemático e crítico da questão “o que é o ser humano?”. Tendo em conta que toda generalização é também uma simplificação reducionista, diz-se que basicamente as antropologias existentes podem ser classificadas em teocêntricas e antropocêntricas. Para as primeiras Deus é a medida de todas as coisas e o ser humano é sua imagem e semelhança. Para exemplificar as segundas, traz-se à memória Protágoras para quem “o homem é a medida de todas as coisas”.

A pedra fundamental sobre a qual se fundamenta qualquer paradigma bioético, mesmo em tempos de incertezas, é a questão antropológica. O que dificulta hoje podem ser os variados ângulos pelos quais o ser humano é observado. Já Heidegger em 1929 afirmava:

Nenhuma época acumulou conhecimentos tão numerosos e tão diversos sobre o homem como a nossa. Nenhuma época conseguiu apresentar seu saber acerca do homem sob uma forma que nos afete tanto. Nenhuma época conseguiu tornar esse saber tão facilmente acessível. Mas também nenhuma outra época soube menos o que é o homem (apud PESSINI, SIQUEIRA, HOSSNE, 2010, p. 24).

Diante de todas as reflexões antropológicas que vão de filosóficas e biológicas a teológicas, talvez seja preciso cultivar aquelas que defendem em todas as circunstâncias e dimensões a dignidade da pessoa humana contra toda banalização e instrumentalização ideológica. O caminho nestes tempos de incertezas parece ser de uma bioética de inspiração personalista, que perante os desafios gere inclusão, promova e defenda a vida humana e olhe o ser humano como pessoa e pessoa digna, porque ser humano, cuja vida necessita ser preservada e amada desde antes da concepção.

5.2 TER FILHOS NÃO PODE SER UM ATO IMPENSADO

Ter filhos não pode mais ser fruto de um processo impensado ou do “acaso”. Uma cultura de vida, como apregoa a *Evangelium Vitae* de João Paulo II, exige cuidado para com a vida até mesmo antes de ela ser concebida. A questão não é apenas um problema demográfico real, mas trata-se de instaurar uma cultura promotora de vida e de parentalidade⁴⁵. Planejar a parentalidade é pensar o ser pai e ser mãe; é pensar a acolhida, o afeto, o cuidado, deslocando a ênfase da questão para o desejo e o bem do filho.

Há mais de 40 anos Bernhard Häering, reconhecido teólogo moralista do século XX, indicava que as mudanças no contexto social exigiam que ter filhos deixasse de ser uma ação irrefletida, imprevista e inconsiderada para se tornar um ato responsável, delineado e planejado. Se o contexto mudou, quais as causas desta significativa metamorfose?

De acordo com Häering, os motivos desta mudança passavam por três situações já alicerçadas na sociedade. A primeira delas trata da questão da redução da natalidade, que antes facultava aos casais ter o número de filhos que desejavam, sem a contínua ameaça de vê-los perecer. Uma segunda situação era a modificação de conjuntura socioeconômica das famílias que passava da circunstância de “filhos a serviço da família”, para um contexto de “família que está a serviço dos filhos” (cf. HÄERING, 1971, p. 42). Por fim, apresentava-se a constatação que os idosos não esperam mais dos filhos a sua aposentadoria, uma vez que o sistema previdenciário estatal possibilita bem ou mal uma relativa segurança para o fim da vida.

Existe ainda um novo cenário no contexto atual: a sociedade não aplaude mais a família simplesmente numerosa e passa a julgar severamente aqueles que criam filhos sem ser capazes de educá-los devidamente. Para Hermann e Lena Buelens, “a regulação dos nascimentos integrou-se à noção mesma de fecundidade” (1972, p. 91). De fato, para o ser humano moderno fecundidade e limitação já não são conceitos contraditórios. A fecundidade controlada e da qual se assume a responsabilidade é um valor positivo ao qual se opõe tanto a falta quanto o excesso de fecundidade (cf. BUELENS, 1972, p. 90).

⁴⁵ Cf. SOLÍS-PONTÓN, Leticia; BECERA, Teresa Lartigue; MALDONADODURÁN, Martín. **La cultura de la parentalidad – antídoto contra la violencia y la barbarie**. México / Bogotá: Manual Moderno, 2006.

Tendo isso em vista, afirma Häering que o motivo de ter filhos não é mais o desejo de uma prole numerosa, mas passa a ser o amor recíproco dos esposos “que faz desejar os filhos para fazê-los partícipes de seu pacto, de sua comunidade de amor” (HÄERING, 1971, p. 44). Não obstante a isso, o mesmo Häering evidencia também que os problemas de um planejamento familiar que seja responsável e fruto do amor recíproco do casal não surgem somente das novas necessidades, mas igualmente de novos conhecimentos como as questões de riscos relacionados com a maternidade⁴⁶. Riscos estes que atualmente são mais bem espargidos tendo em conta o vertiginoso desenvolvimento das ciências da saúde (HÄERING, 1971, p. 47).

O tema do planejamento familiar não é novidade nem no âmbito da Igreja Católica e nem na esfera extra eclesial. Já estava presente na oitava conferência da Fundação da Federação Internacional de Planejamento Familiar em 1967, em Santiago do Chile. Nesta ocasião, ouviu-se da então presidente da Federação este grito: “lutamos para que todos os filhos que venham ao mundo sejam bem-vindos” (EGUREN, 1976, p. 54). No horizonte eclesial, desde 1951 se fala abertamente sobre planejamento familiar a partir da declaração de Pio XII às parteiras italianas. Para Theodor Beemen (1972, p. 136), “o dever da fecundidade no matrimonio não se pode pois conceber como uma realização da fecundidade espontânea, mas, antes, como um exercício, desde o início consciente e responsável, da criatividade do amor”.

Uma situação parece se impor naturalmente como consequência das afirmações acima: só haverá crianças bem-vindas se a gravidez foi acolhida dentro de alguma forma de planejamento familiar.

Necessariamente importante é compreender neste processo que o amadurecimento, sem pressa, dos projetos de planejamento familiar tem papel especial para que este se efetive nas melhores condições possíveis, como parte integrada no projeto de vida das pessoas envolvidas, já que “um dos principais desafios das famílias no século XXI é enfrentar a carência de um modelo confiável e funcional de ser pais no mundo em mudança” (SOLÍS-PONTÓN, 2006, p. xxxvii)⁴⁷.

O resultado final desta compreensão é a instauração de uma “cultura de parentalidade” ou “prática efetiva de planejamento familiar” percebida como a

⁴⁶ Segundo o médico ginecologista Sérgio Henrique Antonio: “as mulheres são muito mais maduras para enfrentar a maternidade do que os homens” (apud, RICCI, 2014, p. 91)

⁴⁷ “Uno de los principales retos de las familias en el siglo XXI es enfrentar la carência de un modelo confiable y funcional de ser padres ante um mundo cambiante”. (tradução nossa)

“predominância do amor sobre as pulsões agressivas e sexuais puras” (SOLÍS-PONTÓN, 2006, p. 21)⁴⁸. Neste contexto a parentalidade deixa de ser a reprodução biológica que a espécie humana partilha com outras espécies animais, e torna-se parte integrante de um verdadeiro processo de planejamento da família. Para Solís-Pontón (2006, p. xxxviii)⁴⁹, o planejamento familiar se torna um “processo psicológico que se opera no homem e na mulher no caminho de tornarem-se pais, que supõem um trabalho interior sobre si mesmos, no qual participam todos os membros da família”.

Nem todas as crianças vêm ao mundo como frutos de um planejamento familiar consciente e explícito. Algumas, na verdade, são geradas sem a necessária consideração de que as mesmas têm o direito de serem amadas e desejadas desde antes da concepção. Em vista desta constatação, hoje se pode diferenciar pelo menos quatro tipos de projetos de parentalidade:

a) Projeto de parentalidade propriamente dito: quando os casais refletem, planejam e decidem ter ou não filhos num determinado momento. Nestes casos são projetos de parentalidade explícitos;

b) Projeto de parentalidade implícito: há situações em que os filhos são aguardados e se inserem nas condições mais amplas do casal e nos seus projetos de vida. Por exemplo, pessoas casadas que constituem famílias, que não planejam explicitamente ter os filhos em um ou outro determinado momento, mas que os acolhem no contexto familiar. Este tem sido o modo de a parentalidade suceder na maioria dos casos, criando condições, muitas vezes ótimas, para que ela simplesmente ocorra;

c) Projeto de parentalidade *pós-factum*: existem circunstâncias em que os filhos são gerados de modo indesejado e impensado, mas que os casais ou outras pessoas envolvidas acolhem e assumem a parentalidade. Nestes casos, não havia projeto de parentalidade prévia ao filho, nem as condições usuais para que ela ocorra, mas o projeto se constitui por força do quadro criado. Exemplos disto são algumas mães solteiras que não haviam optado pela maternidade naquele momento, mas assumem seus filhos com responsabilidade e passam a integrá-los em seus projetos de vida;

⁴⁸ “Predominancia del amor sobre las pulsiones agresivas y sexuales puras”. (tradução nossa)

⁴⁹ “Proceso psicológico que se opera en el hombre y en la mujer en el camino de convertirse en padres, que supone un trabajo interior sobre sí mismos, en el que además participan todos os miembros de la familia”. (tradução nossa)

d) Total ausência de projeto de parentalidade: encontram-se situações em que a parentalidade é negada, não desejada. Exemplos desta inexistência de planejamento familiar são os abortos provocados conscientemente e o infanticídio. Fetos encontrados em sacolas plásticas dentro de latões de lixo ou em outros lugares é também uma boa amostra desta negação da parentalidade.

A afirmação acima de que o planejamento de parentalidade implícito é o mais comum hoje em dia está sugerida em algumas pesquisas americanas que apontam para uma escassez difusa de diálogo entre os cônjuges no que se refere à fecundidade e planejamento familiar⁵⁰. Estas pesquisas ainda insinuem que o planejamento realizado pelo casal somente se inicia depois do nascimento de um ou dois filhos (cf. GARCIA, 2008, p. 14). Conforme Beñeráf (2006, p. 55),

um filho desejado, ou muito desejado, desejará sua própria vida e também a dos outros que o rodeiam. Um filho não desejado não desejará sua vida e muito menos a alheia, ali abundam os suicídios-homicídios.

O planejamento familiar acontece em dois polos. Primeiramente incide no bem viver do casal que planeja. No entanto, o foco principal deste bem viver está voltado para o bem dos filhos, que são o segundo polo de toda parentalidade. Para Ford (2008, p. 46) a “parentalidade é algo maravilhoso: sua grandeza deriva da dignidade pessoal dos filhos”. Em vista disso, afirma Sanches (2013, p. 46),

não há nobreza na parentalidade desvinculada do respeito à dignidade e à vida dos filhos. Parentalidade não é apenas um projeto de crescimento e satisfação pessoal, pois a sua realização implica necessariamente na geração de vidas humanas, sendo um projeto voltado para a vida. Parece razoável dizer que sem o devido cuidado com as vidas que surgirão, este projeto se torna contraditório.

A reprodução humana – ter filhos – se constitui num evento central nas famílias de modo que são elaboradas instituições para expressar a relação que surge com a reprodução e que deve permanecer ao longo de toda a vida. As instituições mais conhecidas são a ‘maternidade’ e a ‘paternidade’. No contexto dos estudos da moral e da ética intensifica-se já na primeira metade do século XX a preocupação com a reprodução humana e para falar da responsabilidade sobre os processos reprodutivos surge a expressão ‘paternidade responsável’.

⁵⁰ Segundo Solís-Pontón (2006, p. xxxiii) estima-se que em torno de 35% a 52% das gravidezes na América Latina e no Caribe não sofrem nenhum processo de planejamento familiar.

O fim de toda esta preocupação por um planejamento familiar responsável parece bem descrito por Beñeráf (2006, p. 58):

[...] em um mundo predominantemente povoado por gravidezes desejadas, por filhos desejados, por partos não traumáticos, por acolhimentos pós-natais não traumáticos, se não acolhimentos cordiais, obteremos o alto grau de paz política e social a que todos aspiramos.

5.3 TER FILHOS HOJE: O NECESSÁRIO PLANEJAMENTO FAMILIAR

Ter um filho, no entendimento da Igreja Católica, é dom e preceito divino, advindo do matrimônio, como fruto do amor entre os cônjuges. Uma prole excessiva era necessária por conta do alto índice de mortalidade perinatal e infantil de algumas décadas atrás. De modo geral, conceber um filho era sinal de riqueza, segurança, prestígio social, perpetuação da estirpe. Soma-se, além disso, ao elevado número da prole, a inexistência de técnicas contraceptivas científicas.

Essa mentalidade, no entanto, parece ter passado por considerável mudança nos últimos tempos. Para SANTAMARIA e GIBBONS (1981, p. 19), por exemplo, “não há virtude em ter mais filhos do que a família possa sustentar. A paternidade responsável e o amor requerem muitas vezes que o casal limite sua fecundidade”. Outro argumento considerável é o fato do filho representar, em muitos casos, uma elevada gratificação afetiva, trazendo consigo ao lar uma relevante inquietação financeira, sobretudo no campo da educação onde hoje se supõe uma formação acadêmica prolongada que atinge até a idade adulta.

Já em 1979, o documento de Puebla (n. 584) alertava para um planejamento familiar que estivesse atento a todas as dimensões da vida.

Nas circunstancias sociais, econômicas, culturais, demográficas em que vivemos, estariam os esposos capacitados para educar e evangelizar em nome de Cristo mais um filho? A resposta dos pais sensatos será fruto do reto discernimento e não da opinião estranha de pessoas, da moda, ou dos impulsos. Desta sorte, o instinto e o capricho cederão lugar à disciplina consciente e livre da sexualidade, por amor a Cristo, cujo rosto transparece no rosto da criança que se deseja e se traz livremente à vida (DP, 584).

Os filhos, mormente os pequenos, requerem atenção. Isso acaba impondo limites aos pais no que tange ao tempo e à liberdade, reduzindo a possibilidade de autorrealização por outros caminhos. “Isso se faz sentir ainda mais numa geração

pouco preparada para o sacrifício e mais lisonjeada por uma enorme carga publicitária de bem-estar e autorrealização” (ELIZARI, 1999, p. 555).

Antônio Afonso de Miranda (1983, p. 28) descreve esta situação da seguinte forma:

Em épocas pretéritas, dois jovens se casavam, despreocupados em geral de todo o seu futuro. A doce ingenuidade do amor muito mais puro, muito menos materializado e, também, muito mais espiritualizado, deixava-os esquecidos da realidade econômica e social e mesmo dos riscos do futuro quanto a doenças e à morte. Geravam-se, destarte, tantos filhos quantos a natureza permitisse conceber, criavam-se na simplicidade e sem mais preocupações que a de serem bons, obedientes aos pais, e felizes dentro de uma progênie numerosa, que era um título de honra da família dita patriarcal.

Outra questão interessante é pensar que hoje em dia os conceitos de fecundidade e limitação da prole não são mais contraditórios, nem na doutrina católica e muito menos nas agendas de governos e demais instituições.

Às vezes, a motivação para a realização de um planejamento familiar pode não ser a mais acertada como a dimensão estética do corpo da mulher ou melhorar o nível de vida do casal (cf. PARENTEAU-CARREAU, 1979, p. 119). Além destas motivações inconsistentes, ter filhos hoje mais do que nunca precisa ser fruto de planejamento familiar.

Um bom planejamento familiar tem em conta: a) a previsão do número de filhos que o casal pode vir a ter e educar, dentro da situação da saúde, de idade, de posses econômicas e do contexto social em que vive; b) a consideração indispensável para o casal cristão, de que são pessoas humanas unidas por um sacramento e, por isso, há para eles a exigência de uma lei moral, que está acima da lei do prazer; c) a previsão dos meios que se usarão, também, para maior harmonia da vivência conjugal: o modo de orientar os filhos, a maneira de viver em comum, de que jeito se tornará a vida no lar mais feliz e alegre, como se corrigirão os defeitos e se estimularão mutuamente os esposos nas horas difíceis; d) o planejamento familiar não é um plano que se faz antes do casamento e pronto. Ele está sujeito a constante revisão dos esposos, num processo de diálogo (cf. MIRANDA, 1983, p. 31).

5.4 MENTALIDADE CONTRACEPTIVA x MENTALIDADE ABORTIVA

Em 1995, o Papa João Paulo II publicou a carta encíclica *Evangelium Vitae*, sobre o valor e a inviolabilidade da vida humana. Neste texto, o Papa Wojtyła asseverou que a vida humana é sagrada. “Tirar a vida humana injustamente violaria tanto a vontade de Deus como a integridade do ser humano, feito à imagem de Deus” (KEENAN, 2013, p. 42). O valor da vida humana já havia sido tema do Concílio Vaticano II, que na *Gaudium et Spes* n. 27 fundamenta esse valor na consideração de todo ser humano como um “próximo” (cf. Lc 10,29-37), tendo em conta o serviço à totalidade da pessoa, sobretudo aquelas em situações de risco⁵¹.

O número 13 da *Evangelium Vitae* é de suma importância para esta discussão sobre mentalidade contraceptiva e mentalidade abortiva. Para João Paulo II, “os pseudos valores inerentes à ‘mentalidade contraceptiva’ [...] são tais que tornam ainda mais forte essa tentação [aborto], na eventualidade de ser concebida uma vida não desejada” (EV, n. 13). Do ponto de vista moral parece ser a contracepção diversa do aborto. Este destrói a vida, fere a virtude da justiça e viola o mandamento “não matarás”. Aquela dizima o amor conjugal e a castidade matrimonial. Apesar de diversos moralmente, para o Papa polonês,

com muita frequência, [surgem] intimamente relacionados como frutos da mesma planta. É verdade que não faltam casos onde, à contracepção e ao próprio aborto se vem juntar a pressão de diversas dificuldades existenciais que, no entanto, não podem nunca exonerar do esforço de observar plenamente a lei de Deus. Mas, em muitíssimos outros casos, tais práticas afundam as suas raízes numa mentalidade hedonista e desresponsabilizadora da sexualidade, e supõem um conceito egoísta da liberdade que vê na procriação um obstáculo ao desenvolvimento da própria personalidade. A vida que poderia nascer do encontro sexual torna-se assim o inimigo que se há de evitar absolutamente, e o aborto a única solução possível diante de uma contracepção falhada (EV, n. 13).

A vida humana é vida afirmada, aceita, interessada e plenificada. Precisa ser acolhida, amada e planejada. Em outros termos, “uma criança em formação deve ser afirmada já no útero, pois, somente na atmosfera da afirmação, ela pode crescer, se desenvolver e viver de forma sadia” (MOLTMANN, 2012, p. 80).

Afirmar a vida como dom carrega também a probabilidade de negá-la. Esta negação pode se dar de variadas formas, até mesmo como algo positivo. Tenha-se

⁵¹ Para maior aprofundamento: cf. VIDAL, Marciano. **O Evangelho da Vida: para uma leitura da *Evangelium Vitae***. Trad: Bertillo Brod. São Paulo: Paulinas, 1997.

em mente que uma expansiva planificação da natalidade ocorre hoje “mediante a contracepção, a esterilização e o recurso ao aborto para diminuir o crescimento demográfico” (RICCI, 2014, p. 95).

Sobre a mentalidade contraceptiva percebe-se a presença de muitos projetos mundo afora que acabam por transformar o planejamento familiar responsável, que é missão do casal, em um rígido controle de natalidade determinado pelo Estado. No Brasil, é alta a taxa de mulheres em idade fértil que já foram esterilizadas, atingindo o número de 42% daquelas ainda em idade fértil. Para Ricci (2014, p. 96), “em algumas regiões do Brasil, alguns médicos praticaram a esterilização feminina (ligadura de trompas) na hora do parto cesáreo, sem que a mulher soubesse ou permitisse por meio de consento informado”. Acontece, como se vê, uma privação involuntária da fecundidade.

Em relação ao aborto, o termo significa etimologicamente privação de nascimento, já que é a junção de outros dois termos do latim: *ab*, que quer dizer privação; e *ortus*, que se refere a nascimento. O aborto é, portanto, a supressão de uma vida gestada, mas ainda não nascida. Segundo Bento (2008, p. 143) “um estudo divulgado pela OMS revelou que cerca de 45 milhões de abortos são realizados anualmente”. Em torno de 50% destes abortos acontecem em países considerados emergentes na economia mundial. Uma pesquisa realizada no Brasil por conta do 2º Levantamento Nacional de Álcool e Drogas, realizado pela Universidade Federal de São Paulo, mostrou que um terço dos jovens entre 14 e 25 anos nunca usa camisinha em suas relações sexuais e 32% das mulheres com até 20 anos de idade já engravidaram pelo menos uma vez⁵². Estes dados ainda apontaram que destas gravidezes pelo menos 12% sofreram algum tipo de processo de abortamento⁵³. A tenra iniciação da atividade genital-sexual não poderia estar sendo incentivada por uma mentalidade contraceptiva, que acaba desembocando num elevado número de abortos entre as jovens brasileiras? A facilidade em se comprar e começar a ingestão de contraceptivos, até mesmo sem orientação médica, não estaria tornando a vida humana mais um produto que pode ser descartado quando não traz bem-estar e autorrealização?

⁵² “Um outro estudo, realizado pela Secretaria da Saúde do Estado de São Paulo entre 2003 e 2005, mostrou que 40% dos pais adolescentes abandonam as parceiras antes do nascimento do filho” (RICCI, 2014, p. 92).

⁵³ Estes dados foram publicados no Jornal “O Estado de São Paulo” no dia 27 de março de 2014, p. A19.

Sobre o aborto ainda, a questão precípua não parece ser contra ou a favor dele. Segundo Sanches (2012, p. 120) “ser contra o aborto não sana o sofrimento dos envolvidos, ser a favor apenas o institucionaliza”.

A questão do aborto, na maioria das vezes, não é um ato de uma pessoa isolada apenas, mas de uma rede de relações. Algumas pistas serão apontadas para uma visão de conjunto sobre a situação do aborto que contempla duas realidades, a mãe e o filho. Em outros termos, quer-se levar em conta a partir de agora as duas dimensões que constituem a realidade do aborto: o ato em si e a pessoa que o praticou.

Apesar de ao longo da história haver pensadores que avalizam práticas abortistas e movimentos como o grupo de Católicas pelo Direito de Decidir que caminham por esta mesma esteira, o ato de aborto também encontrou sério repúdio e condenação em muitos abalizados mestres do pensamento. A *Didaqué*, documento do início do cristianismo, condena o ato abortista como uma prática incompatível com o novo jeito de vida cristã. Atenágoras, apologista cristão do século II, dizia que para os cristãos a vida é sagrada antes mesmo do nascimento. Por sua vez, Tertuliano afirma que o não-nascido é também ser humano, tal como o fruto já está contido na semente (cf. GAFO, 2011, p. 172). As condenações que são bastante claras desde o início da era cristã, parecem sintetizadas no *Catecismo da Igreja Católica*, publicado em 1992.

Desde o primeiro momento de sua existência, o ser humano deve ver reconhecido os seus direitos de pessoa, entre os quais o direito inviolável de todo ser inocente à vida [...]. O inalienável direito à vida de todo indivíduo humano inocente é um elemento constitutivo da sociedade civil e de sua legislação [...]. [...] o embrião deverá ser defendido em sua integridade, cuidado e curado, na medida do possível, como qualquer outro ser humano (nn. 2270-2273).

O Documento de Aparecida (DAp, n. 469), por sua vez, alerta para o fato de que “o aborto faz duas vítimas: por certo a criança, mas também a mãe”. E convida a “acolher com misericórdia aquelas que abortaram, para ajudá-las a curar suas graves feridas e convidá-las a ser defensoras da vida” (DAp, n. 469). Implícita está neste convite de Aparecida a ideia de que muitas vezes a mulher torna-se vítima de seu ato ao realizá-lo.

Segundo estimativas da Organização Mundial da Saúde, metade das gestações é indesejada, com uma a cada nove mulheres recorrendo ao abortamento para interrompê-las. Estima-se que na América Latina e no

Caribe ocorram anualmente 18 milhões de gestações, sendo que destas 52% não foram planejadas, com 23% terminando em abortamento (AGI, 1999). Para o Brasil, calcula-se que 31% das gestações terminam em abortamento (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2005, p. 7).

Somado a estes dados, podem-se elencar que em torno de 150 mil mulheres morrem anualmente em todo o mundo, vítimas da prática de abortos clandestinos. No Brasil, cerca de 60% dos leitos de ginecologistas são ocupados por mulheres com sequelas de aborto (cf. BENTO, 2008, p. 142). Parece razoável dizer que a presença de um responsável planejamento familiar poderia deixar de atingir estas vítimas: a mãe e o bebê.

Em nível de curiosidade, é apresentado agora um exemplo interessante de uma gravidez desejada numa tribo africana. Trata-se de uma espécie de ritual que segue três passos. Primeiramente, busca-se uma pedra chamada de “pedra ritual” sobre a qual a mulher senta-se. Sobre esta pedra, a mesma relaxa e se dispõe a ouvir mentalmente as notas musicais que se lhe ocorram. Tão pouco elas aparecem, passa a repeti-las mentalmente para memorizá-las a fim de que sua recordação seja automática. Por fim, ao esposo informa feliz que já tem sua “sinfonia”. Este se dedica em aprender a mesma melodia e, quando os dois sabem-na, entre eles têm início as ternas carícias que terminam em uma gravidez razoavelmente desejada em nível consciente (cf. EGUREN, 2006, p. 52-53).

Em torno desta discussão de uma mentalidade contraceptiva e de uma mentalidade abortiva, segundo Ricci (2014, p. 97)

O que causa grande preocupação é, sem dúvida, a difusão e expansão de ideologias negativas e parciais, subjacentes, sutis e ‘veladas’, que tentam justificar práticas contraceptivas que, em alguns casos, ferem completamente a dignidade humana, não tocando nas reais causas persistentes, que continuam gerando empobrecimento.

5.5 O PLANEJAMENTO FAMILIAR E AS GRANDES RELIGIÕES

É notório que o planejamento familiar faça parte das preocupações de uma sociedade que pretende valorizar em todas as suas dimensões a vida humana. Para Crawford (2005, p. 09) “vivemos numa sociedade pluralista inter-racial e multiconfessional e mais do que nunca se faz sentir a necessidade de nos compreendermos”. Muitas dificuldades nascem desta incompreensão e poderiam ser

evitadas com o conhecimento das práticas e crenças uns dos outros. Este é o intuito deste ponto: apresentar, de modo rápido, o pensamento do Hinduísmo, do Budismo, da Ética Protestante e do Islamismo sobre fecundidade e planejamento familiar.

O Hinduísmo caracteriza-se pela renúncia ao mundo e a afirmação da família e da casta. Segundo Fagley (1972, p. 113),

em geral, o ensinamento hinduísta teve uma orientação muito favorável à natalidade. Procriar um filho para um chefe de família é considerado como primeiro dever religioso. Um filho é chamado de *putra* para significar que a sua missão consiste em libertar os seus antepassados de um inferno denominado *puth*.

Os hindus ainda acreditam que um homem conquista o mundo por meio do nascimento de um filho, sendo possível gozar de uma eternidade feliz mediante a geração de um neto. O homem, portanto, tem como missão perpetuar a espécie, enquanto à mulher cabe o papel de trazer os filhos ao mundo.

O Budismo considera a procriação e a vida familiar como interesse secundário. O próprio Gautama se afastou de seus familiares rumo ao nirvana. Para Buda, casar e procriar não torna grande o homem, mas antes, o autocontrole e o celibato (FAGLEY, 1972, p. 114).

O Protestantismo entendeu o matrimônio superior ao celibato desde o seu início. Para tanto, sempre foi mais favorável à natalidade que as demais confissões cristãs. Lutero, por exemplo, entendeu a procriação como uma bênção divina antes que um mandamento (cf. FAGLEY, 1972, p. 117). Quando em 1930, a Conferência de Lambeth expressou um tímido reconhecimento da necessidade de um planejamento da família quanto à taxa de natalidade, o consenso protestante logo se deu em favor de uma procriação responsável, que culminou no entendimento da separação de duas realidades: a união conjugal e a procriação. Fagley (1972, p. 118) assevera que

para os protestantes, antes de ter filho é preciso levar em conta a segurança pela sua saúde, o direito dos filhos ao amor e à educação em sentido total, a saúde da mãe-esposa, as exigências da vocação dos esposos, as exigências da situação social da qual a família é uma parte.

Quanto ao Islamismo, em favor da fecundidade está o fato de o celibato ser contrário à ética islâmica. Para eles, os filhos são considerados as maiores bênçãos de Alá. Deste modo, não é difícil de deduzir que toda tentativa de limitação dos filhos

corre o sério risco de parecer uma falta de religiosidade e uma ofensa a Alá, que criou a sexualidade e determina a procriação. No entanto,

a cultura islâmica sustenta a liceidade de medidas temporárias para prevenir a fecundação. O aborto, particularmente depois que o feto começa a animar-se, é severamente condenado em base ao Sura XVII, 33: não tireis a vida aos vossos filhos por medo da pobreza; e a esterilização perpétua foi condenada, por exemplo, pela Fatwa Committee of El Azhar University do Cairo (FAGLEY, 1972, p. 120).

Nem o Hinduísmo nem o Budismo possuem ensinamentos explícitos sobre o planejamento familiar. No entanto, o marido que no Hinduísmo transcurava o dever de coabitar com a mulher durante o seu período fértil era considerado culpado pela morte do feto. Entre os protestantes, o aborto, como método de planejamento familiar, é severamente condenado.

Digno de nota se faz o teólogo clássico Al-Ghazzali ao afirmar que o coito interrompido, “azl”, se justificava para proteger os próprios haveres, para preservar a saúde e a beleza da mulher e para aliviar as preocupações devidas a um número excessivo de filhos (cf. FAGLEY, 1972, p. 120).

5.6 A PRIMEIRA GRAVIDEZ, A COMPREENSÃO DO FILHO E O DESEJO DE ABORTÁ-LO

Na pesquisa realizada em Jacarezinho, dentre as cinquenta e três perguntas que faziam parte do questionário destacam-se as percentagens referentes ao cruzamento de dados colhidos das questões sobre a reação quando do anúncio da primeira gravidez e a compreensão do filho com a indagação de que o entrevistado chegou a algum momento desejar ou não o aborto do primeiro filho. Também foram cruzados os dados referentes ao sentimento presente no momento do anúncio da gravidez com os dados sobre a compreensão que os pais tiveram do seu primeiro filho.

5.6.1 A reação ao anúncio do primeiro filho e o desejo de abortá-lo

Conforme dito acima, no Brasil os dados de 2005 do Ministério da Saúde apontam que em torno de 31% das gravidezes sofrem algum tipo de processo de abortamento. A tabela 15 refere-se aos dados da pesquisa de campo realizada na

diocese de Jacarezinho sobre a reação no anúncio da gravidez do primeiro filho. Entre as opções que poderiam ser assinaladas estava a revolta, a preocupação, a surpresa, a aceitação e a alegria. Como visto acima, é preciso destacar que 14,7% acolheram a notícia da primeira gravidez com preocupação. Em contrapartida, 70,1% acatou esta mesma notícia com alegria, percentagem esta que corresponde a 195 entrevistados. Entre todos os que se dispuseram a colaborar com a pesquisa, é significativo também que apenas 01 pessoa tenha assinalado a opção “revolta” diante desta questão. Esses dados podem sugerir que o Brasil “é ainda um país aberto à vida, cujos filhos não são considerados um ‘problema’, mas sim como dom, como vida que deve ser acolhida e cuidada” (RICCI, 2014, p. 93) mesmo que por vezes as condições sejam adversas e desfavoráveis.

Tabela 15 – Dados relacionados com ‘reação ao anúncio da gravidez do primeiro filho’

<i>Qual foi a sua reação ao anúncio da gravidez do primeiro filho?</i>						
	Revolta	Preocupação	Surpresa	Aceitação	Alegria	NR
Percentagem	0,4%	14,7%	4,7%	7,6%	70,1%	2,5%
Nº de entrevistados	01	41	13	21	195	07

Fonte: Os autores, 2014.

Para a questão sobre o desejo de abortar a primeira gravidez foram colocados os números de zero a quatro, sendo este o pleno desejo de realização de aborto e aquele sua total ausência. Os números um, dois e três funcionam como indicações intermediárias quando não há total desejo de praticar o abortamento e nem se percebe a real ausência desta vontade. Conforme se pode observar na tabela 16, 239 pessoas entre os entrevistados apontaram que sequer chegaram a cogitar algum processo de abortamento, atingindo uma percentagem de 86%. Daqueles que assinalaram um real desejo de abortar o primeiro filho, a percentagem atinge 6,1% correspondendo a 17 pessoas entre os 278 entrevistados. Esses dados parecem apontar para a realidade descrita acima de que 12% das gravidezes entre as jovens com até 20 anos de idade no Brasil terminam em processo de abortamento. Quando somados os percentuais daqueles que cogitaram qualquer intensidade de desejo de realizar o aborto do primeiro filho, tem-se 15,2% entre aqueles que responderam essa questão.

Tabela 16 – Dados relacionados ao ‘desejo de abortar o primeiro filho’

<i>Você chegou a desejar, em algum momento, o aborto do primeiro filho?</i>						
	zero	1,00	2,00	3,00	4,00	NR
Porcentagem	86,0%	3,2%	2,5%	1,4%	6,4%	0,7%
Nº de entrevistados	239	09	07	04	17	02

Fonte: Os autores, 2014.

O resultado do cruzamento dos dados entre os dois últimos quadros encontram-se na tabela 17. Desconsidera-se o fato de 100% entre os que acolheram com revolta o anúncio da gravidez do primeiro filho, não terem cogitado em nenhum momento o desejo de aborto por se referir a apenas 01 única pessoa entre as 278 que foram entrevistadas.

Tabela 17 – Dados relacionados ‘o desejo de abortar o primeiro filho’ cruzados com a ‘reação ao anúncio da gravidez do primeiro filho’

<i>Você chegou a desejar, em algum momento, o aborto do primeiro filho?</i>						
<i>Reação à gravidez</i>	zero	1,00	2,00	3,00	4,00	NR
Revolta	100,0%	,0%	,0%	,0%	,0%	,0%
Preocupação	82,9%	7,3%	4,9%	,0%	4,9%	,0%
Surpresa	92,3%	7,7%	,0%	,0%	,0%	,0%
Aceitação	85,7%	,0%	4,8%	4,8%	4,8%	,0%
Alegria	86,2%	2,6%	2,1%	1,5%	7,2%	,5%

Fonte: Os autores, 2014.

Todavia, uma situação um tanto paradoxal apresenta-se referente àqueles que receberam o anúncio do primeiro filho com alegria. Destes, onde se espera pelo menos um planejamento de parentalidade implícito, 7,2% pensaram em realmente praticar um processo de abortamento. 2,6% chegaram a cogitar essa possibilidade (assinaram a opção “um”). Outros 2,1% marcaram “dois” onde o processo de abortamento foi ponderado com relativa significância. Entre estes ainda, 1,5% chegou a tencionar o abortamento ainda que a gravidez tivesse sido recebida num clima favorável de alegria. Para aqueles que receberam a primeira gravidez num clima de aceitação, o índice de real desejo de abortamento atinge 4,8% entre os entrevistados. Esse mesmo índice se repete entre os que atingem os números “dois” e “três” na escala de tencionar o aborto do seu primogênito (a).

Essa situação descrita acima parece deixar entrever que mesmo quando o anúncio do primeiro filho encontra um clima de alegria e aceitação entre os envolvidos o abortamento ainda se coloca como uma possibilidade bastante real, esquecendo-se assim que “a vida é confiada ao homem como um tesouro que não pode malbaratar, como um talento que há de se pôr a render” (EV, 52).

Entre aqueles que receberam a primeira gravidez com preocupação, 4,9% desejaram seriamente realizar o processo de abortamento. Ainda que 7,3% tenham chegado a cogitar mesmo que minimamente o aborto, é interesse notar que 82,9% sequer o mencionou, mostrando nestes casos a existência de um planejamento de parentalidade pós-fato, acontecido depois da reação inicial de preocupação quando do nascimento do primeiro filho.

Entre os que se sentiram surpresos no momento do anúncio da primeira gravidez, 7,7% chegaram a cogitar em algum momento a possibilidade de um aborto. O restante, 92,3% envoltos pela surpreendente notícia preferiu acolhê-la e não conceberam qualquer cenário favorável ao aborto.

Tendo presente esses dados anteriores, é preciso dizer que o resultado da pesquisa não se mostrou coerente com a reflexão teórica, pois se esperava que dentre as pessoas que acolheram o filho com alegria nenhuma delas ou poucas chegariam a pensar no aborto. Essa contradição pode estar sugerida na sensibilidade destes temas e também no fato do público alvo da pesquisa tratar-se de agentes de pastoral, ou seja, fiéis engajados no trabalho de evangelização. É questionável, de fato, se realmente a pesquisa está refletindo a realidade existente entre as famílias, uma vez que nestas ocasiões onde temas claramente sensíveis são abordados, as pessoas tendem a ocultar ou velar parte da verdade, procurando – desse modo – assumir uma posição politicamente correta.

Como os índices relacionados a ter pensado em aborto são altos, parece que a realidade corresponda a estes dados, levantando assim a indagação a respeito da dificuldade que as pessoas têm de reconhecer que o anúncio da gravidez não seja uma boa notícia. Todavia, estes dados não são assustadores. Uma pesquisa realizada nos Estados Unidos no início dos anos 2000 mostra que 75% a 85% de bons católicos aprovam algum método de contracepção proibido pela Igreja Católica (cf. SALZMAN; LAWLER, 2012, p. 247).

5.6.2 A compreensão dos filhos x Desejo de abortar a primeira gravidez

Diante de alguns dados alarmantes como o apresentado pelo jesuíta John Powell (2006, p. 16) de que “a cada dia mais de quatro mil vidas humanas são exterminadas nos Estados Unidos pelo aborto”, surge sempre a pergunta: como esses pais compreendem os filhos? Quem são os filhos para eles?

O questionário utilizado para a pesquisa na diocese de Jacarezinho (PR) elencava entre as possibilidades de respostas para a compreensão dos filhos as seguintes opções: peso, obstáculo, algo natural, um privilégio e bênção de Deus. A tabela 18 mostra que 87,4% dos entrevistados compreendem o filho como bênção de Deus. 7,6% consideram os filhos como algo natural, como consequência do intercurso sexual mantido pelo casal. Entre as 21 pessoas que assinalaram essa opção parece não haver a compreensão de qualquer intervenção divina no processo de geração desta nova vida, não sendo – portanto – os pais pensados como colaboradores da obra da Criação (cf. RICCI, 2014, p. 89).

Tabela 18 – Dados relacionados com a compreensão que os entrevistados têm do filho

<i>Você compreende os filhos como:</i>						
	Peso	Obstáculo	Algo Natural	Privilégio	Bênção de Deus	NR
Percentagem	0,4%	0,7%	7,6%	1,8%	87,4%	2,2%
Nº de entrevistados	01	02	21	05	243	06

Fonte: Os autores, 2014.

O resultado do cruzamento dos dados das tabelas 16 e 18 é apontado na tabela 19. Julga-se relevante este cruzamento, uma vez que a compreensão do filho pode sugerir o desejo de aborto ou não. Como exemplo, é de se esperar que alguém que entende o filho como bênção divina sequer avança qualquer possibilidade de realizar um abortamento.

Tabela 19 – Dados relacionados com a ‘compreensão que o entrevistado tem do filho’ cruzados com o ‘desejo de abortar na primeira gravidez’.

<i>Você chegou a desejar, em algum momento, o aborto do primeiro filho?</i>						
<i>Compreensão dos filhos</i>	zero	1,00	2,00	3,00	4,00	NR

Peso	,0%	,0%	,0%	100,0%	,0%	,0%
Obstáculo	100,0%	,0%	,0%	,0%	,0%	,0%
Algo natural	38,1%	,0%	9,5%	4,8%	47,6%	,0%
Um privilégio	100,0%	,0%	,0%	,0%	,0%	,0%
Bênção de Deus	89,7%	3,7%	2,1%	,8%	2,9%	,8%

Fonte: Os autores, 2014.

Ainda que 100% daqueles que compreendem o ter filhos como um privilégio sequer cogitou qualquer possibilidade de abortamento, alguns dados se mostram paradoxais. É no mínimo estranho que entre aqueles que compreendem os filhos como bênçãos de Deus, ou seja, demonstram que são cooperadores da ação criadora divina, tenham cogitado a possibilidade do aborto desse modo: 3,7% “um”, 2,1% “dois”, 0,8% “três” e 2,9% “quatro”. Mesmo que 89,7% destes não haver cogitado qualquer processo de abortamento, há aqui uma indagação inquietante: como pode uma “bênção de Deus” querer ser eliminada no desabrochar de sua vida? Retoma-se novamente com esta situação paradoxal a reflexão realizada acima de que a realidade parece pender do lado do desejo de abortamento, já que se espera de agentes de pastoral pelo menos respostas um tanto quanto polida em temas delicados como este.

Entre os que consideram o filho como algo natural os índices do desejo de abortamento da primeira gravidez são relativamente equivalentes: 38,1% acolheram esta gravidez primigênia e sequer cogitaram a possibilidade de um aborto; 9,5% tiveram bem em conta a vontade de abortar; 4,8% pensaram seriamente sobre o assunto; e, 47,6% realmente desejaram realizar a retirada do primeiro filho por um processo de abortamento.

Uma preocupação que se levanta nesta questão é o turvado entendimento a respeito do valor da vida humana. Quando uma criança é compreendida como algo natural, os dados parecem evidenciar que também o aborto é concebido como algo natural. Assim como é natural a concepção é igualmente natural o abortamento. Tem-se assim, a constatação que a vida humana atravessa uma terrível situação de fragilidade e desrespeito ao entrar no mundo. Talvez a mãe dos irmãos macabeus ajude a compreender a gravidade de se considerar o aborto como algo natural:

Não sei como é que viestes a aparecer no meu seio, nem fui eu que vos dei o espírito e a vida, nem também fui eu que dispus organicamente os elementos

de cada um de vós. Por conseguinte, é o Criador do mundo que formou o homem em seu nascimento e deu origem a todas as coisas (2Mc 7,22-23).

5.6.3 A reação ao anúncio da primeira gravidez e a compreensão dos filhos.

Diante dos resultados registrados acima outro cruzamento de dados é naturalmente sugerido. Trata-se dos apontamentos advindos da reação no anúncio da gravidez do primeiro filho e a compreensão que se tem dos mesmos. A tabela 20 apresenta esses dados.

Tabela 20 – Dados relacionados com ‘reação ao anúncio da gravidez do primeiro filho’ cruzados com a compreensão dos mesmos.

<i>Você compreende os filhos como:</i>						
<i>Reação ao anúncio da gravidez:</i>	Peso	Obstáculo	Algo Natural	Privilégio	Bênção de Deus	NR
Revolta	0	0	0	0	1	0
Preocupação	0	0	5	1	35	0
Surpresa	0	0	0	1	12	0
Aceitação	1	0	1	2	17	0
Alegria	0	0	15	1	175	4

Fonte: Os autores, 2014.

Os dados apontados não trazem percentagens, mas trabalham com o número de pessoas. Para tanto, é interessante lembrar que 278 pessoas participaram desta pesquisa de campo. Uma relativa coerência é demonstrada quando 175 pessoas que compreendem o filho como bênção de Deus também o tenham acolhido num clima de alegria, afinal uma nova vida gerada parece ser sinal de que Deus ainda acredita na humanidade. No entanto, causa estranheza quando entre os que entendem os filhos como dádivas de Deus 35 pessoas tenham-nos acolhido com preocupação. Mais uma vez uma situação paradoxal se impõe: bênçãos de Deus geram preocupações? O argumento para compreender essa situação continua sendo o mesmo descrito acima: talvez os agentes de pastoral estejam “maquiando” as respostas nestes temas sentidamente delicados.

De qualquer modo, “no atual momento o comportamento da mulher brasileira é muito mais de abertura do que de fechamento ou recusa radical e sistemática: as mulheres brasileiras continuam desejando e gerando filhos” (RICCI, 2014, p. 94).

Dentre as 21 pessoas que assinalaram a compreensão do filho como algo natural, 15 delas receberam-nos num clima de alegria e 05 acolheram-nos com preocupação. Este dado sugere uma contradição ainda maior quando se pensa que mais da metade destes entrevistados tiveram o desejo de abortar o primeiro filho, como descrito acima. O filho como algo natural, expresso desejo de abortá-lo e o recebimento dele em clima de alegria parecem ser realidades que não se ajustam num primeiro momento. Porém, quando hoje se leva em conta que muitas mulheres tomam a decisão de não se tornarem mães de forma consciente e radical, esta realidade pode fazer sentido, sobretudo para seguidoras/es desta tendência.

Outra forma de tentar compreender as situações paradoxais e contraditórias descritas acima parece ser a ausência de um planejamento familiar. Quando este ocorre o filho é compreendido como dom e nunca como problema, porque se cultiva uma “atitude de abertura à vida em âmbito pessoal, familiar e social” (RICCI, 2014, p. 88).

Em relação ao aborto, alguns índices desta realidade, como apontados ao longo deste texto, podem assustar. A desconsideração pela vida e o entendimento do aborto como algo natural grassam pelas mentes de muitas pessoas.

Ao que parece, o planejamento familiar é uma realidade necessária na atual conjuntura de gerar um filho. Ainda que seja uma pauta de relativa importância na doutrina católica, este mesmo planejamento é notado e querido por governos, associações e movimentos, apresentando-se como uma agenda de forte apelo social. Ter filhos, portanto, não pode ser um ato impensado, fruto do “acaso” e sem qualquer forma de planejamento seja de parentalidade ou familiar.

No Brasil, o planejamento familiar é transformado num direito do cidadão, para o qual o mesmo pode solicitar apoio do Estado, conforme a Constituição Federal, artigo 226, § 7º:

Fundado nos princípios da dignidade da pessoa humana e da paternidade responsável, o planejamento familiar é livre decisão do casal, competindo ao Estado propiciar recursos educacionais e científicos para o exercício desse direito, vedada qualquer forma coercitiva por parte de instituições oficiais ou privadas.

No contexto de uma sociedade secular, portanto, o planejamento familiar pode ter diferentes conteúdos e métodos, mas necessariamente demonstra um padrão ético diferenciado, pois exige uma tomada de consciência dos processos que

envolvem a reprodução humana, e significa a superação do “ter filhos sem pensar no assunto”.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Uma sensação que parece permear a situação atual em torno do planejamento familiar é que quase ninguém se importuna mais em não seguir as orientações provindas da hierarquia eclesial. Em outros termos: falar de parentalidade no âmbito religioso assemelha-se a gritar no deserto, onde muito poucos ouvirão.

O Magistério eclesiástico não determina o número ideal de filhos que um casal deve gerar, mas aconselha que se acolham a todos como dádivas divinas, assim como os servos receberam os talentos do seu patrão (Mt 25,14-30). Aliás, desde São João Crisóstomo (+407) a teologia cristã ensina que os filhos não devem ser frutos de atos impensados e inconsequentes. Mais recentemente, a carta encíclica *Humanae Vitae* de 1968 prescreveu que o filho é consequência natural de um amor que se demonstra total, exclusivo, fecundo e consciente (HV 9).

Do casal humano se exige planejamento familiar, pois não dá mais para exercer a fecundidade de modo desregrado e impensado. Os contextos hodiernos são bem diferentes daqueles de outrora. No entanto, é preciso diferenciar o planejamento familiar do controle de natalidade que em muitas ocasiões se propõe como única forma de reduzir o crescimento populacional. O planejamento familiar leva em conta, acima de tudo, a preocupação de que os filhos encontrem um ambiente de amor e carinho, onde possam se sentir bem-vindos.

A Bioética personalista parece ser um saudável caminho pelo qual o planejamento familiar pode trilhar, uma vez que esta se empenha no cultivar e respeitar a vida em todos os momentos de sua existência.

A relevância do ensinamento da teologia católica no que diz respeito ao planejamento familiar pode criar uma “cultura de parentalidade” somente quando houver diálogo entre o Magistério eclesial e os fiéis, já que aos fiéis cabe ouvir a Igreja Católica e à Igreja Católica cabe não ditar a Verdade e nem impô-la, mas propô-la como caminho de construção do Reinado de Deus.

Uma cultura de parentalidade pode ser a resposta própria ao século XXI para ajudar às famílias a viverem melhor os desafios que enfrentam nas relações entre pais e filhos.

REFERÊNCIAS

- ALARCOS, F. J. **Bioética e Pastoral da Saúde**. São Paulo: Paulinas, 2006.
- ALMEIDA, João Carlos; MANZINI, Rosana; MAÇANEIRO, Marcial (orgs). **As janelas do Vaticano II: a Igreja em diálogo com o mundo**. Aparecida: Santuário, 2013.
- ANJOS, M. F. dos. Bioética em perspectiva de libertação. In: GARRAFA, V. e PESSINI, L. **Bioética poder e injustiça**. São Paulo: SBB/ São Camilo / Loyola, 2003.
- ANJOS, Márcio Fabri. **Argumento moral e Aborto: da argumentação sobre a moralidade do aborto ao modo justo de se argumentar em Teologia Moral**. São Paulo: Loyola, 1976.
- AZPITARTE, Eduardo López. **Ética da sexualidade e do matrimônio**. Trad: João Rezende Costa. São Paulo: Paulus, 1997.
- BARCHIFONTAINE, Christian de Paul de. **Bioética no início da vida**. Pistis & Praxis – Teologia e Pastoral, Curitiba: Champagant, v. 2, p. 41-55, 2010.
- BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. Lisboa, Portugal: Edições 70, LDA, 2009.
- BAUMAN, Zygmunt. **Tempos Líquidos**. Trad: Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Zahar, 2007.
- BEEMER, Theodor. **Problemática conjugal e controle dos nascimentos. É o matrimônio verdadeiramente uma instituição imutável?** IN: ROBERTS, Thomas (org). Direitos do sexo e do matrimônio: o valor positivo do corporal ou sexual. Trad: Benedito Beni dos Santos. Petrópolis: Vozes, 1972.
- BENAGIANO, Giuseppe. **Reproductive strategies for human survival**. Vol 4. Suppl. 1. 72–76 Reproductive BioMedicine Online; [www.rbmonline.com/ Article/174](http://www.rbmonline.com/Article/174) on web 1 August 2001.
- BEÑERAF, Luiz Féder. **Los orígenes de la violencia y la segunda revolucion en psiconálisis: la preconceptologia y la prevención e da violência**. IN: SOLÍS-PONTÓN, Leticia; BECERA, Teresa Lartigue; MALDONADODURÁN, Martin. La cultura de la parentalidad – antídoto contra la violencia y la barbarie. México / Bogotá: Manual Moderno, 2006.
- BENI DOS SANTOS, Benedito. **A concepção personalística do Matrimônio e a “Humanae Vitae”**. IN: Revista Vozes 11, 1968, p. 976-986.
- BENTO XVI. **Carta Encíclica Deus é amor**. São Paulo: Loyola, 2006.

BENTO, Luis Antonio. **Bioética: desafios éticos no debate contemporâneo**. São Paulo: Paulinas, 2008.

BENZO, Miguel. **Moral para universitarios**. Madrid: Cristandad, 1967.

BEUCHAMP, Tom L. CHILDRESS, James F. **Principles of Biomedical Ethics**. New York / Oxford: Fourth Edition / Oxford University Press, 1994.

BLANK, Christiane E. **Construir o matrimônio da pós-modernidade: novas estratégias construtivas e interativas para a convivência matrimonial**. São Paulo: Paulus, 2011, 2ª ed.

BLÁZQUEZ, Niceto. **La bioética y los hijos del futuro**. Madrid: Vision Neyt, 2004.

BONIN, Eduardo. **Ética Matrimonial, Familiar e Sexual**. Trad: José Joaquim Sobral. São Paulo: Ave Maria, 2003.

BOTERO, Silvio. **Magistério pós-conciliar e matrimônio cristão: à luz do Evangelho e da experiência humana**. Trad: José Joaquim Sobral. São Paulo: Ave Maria, 2005.

BOTERO, Sílvio. **O amor conjugal: fundamento do casal humano**. Trad: Ivo Montanhese. Aparecida: Santuário, 2001.

BRASIL / MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Atenção humanizada ao abortamento: norma técnica**. Brasília, 2005.

BUELENS, Hermann; BUELENS, Lena. **Fecundidade no amor para um superamento da tensão entre realidade da vida e doutrina**. IN: ROBERTS, Thomas (org). Direitos do sexo e do matrimônio: o valor positivo do corporal ou sexual. Trad: Benedito Beni dos Santos. Petrópolis: Vozes, 1972.

CARRASCO, María J. Sexualidad y género. In: DE LA TORRE, J. (ed.). **Sexo, sexualidad y bioética**. Madrid: Universidad Pontificia de Comillas, 2008.

CASTANHO, Amaury. **O casal humano na Sagrada Escritura**. Cachoeira Paulista: Canção Nova, 2005.

CATECISMO DA IGREJA CATÓLICA. Edição típica vaticana. Petrópolis / São Paulo: Vozes / Loyola, 2000.

CELAM. **Documento de Aparecida**. São Paulo: CNBB / Paulinas / Paulus, 2007.

CIPRIANI, Giovanni. **O Embrião Humano: na fecundação o marco da vida**. São Paulo: Paulinas, 2007.

CÓDIGO DE DIREITO CANÔNICO. Trad: CNBB. São Paulo: Loyola, 2002, 15ª ed.

CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL. **A Igreja e o Aborto: declarações de conferências episcopais**. Petrópolis: Vozes, 1972.

CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL. **Orientações pastorais sobre o matrimônio**. São Paulo: Paulinas, 2004, 8ª ed.

CONGREGAÇÃO PARA A DOCTRINA DA FÉ. **Carta aos Bispos da Igreja Católica sobre a colaboração do homem e da mulher na Igreja e no mundo**. São Paulo: Paulinas, 2004.

CONGREGAÇÃO PARA A DOCTRINA DA FÉ. **Instrução “Dignitas Personae” sobre algumas questões de Bioética**. Brasília: Edições CNBB, 2008.

CONGREGAÇÃO PARA A DOCTRINA DA FÉ. **Instrução sobre o respeito à vida humana nascente e a dignidade da procriação**. São Paulo: Edições Paulinas, 1987.

CONSELHO EPISCOPAL LATINO-AMERICANO (CELAM). **Conclusões da Conferência de Puebla**. São Paulo: Paulinas, 1979, 2ª ed.

CONSELHO EPISCOPAL LATINO-AMERICANO (CELAM). **Documento de Aparecida**: texto conclusivo da V Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano e Caribe. 13 a 31 de maio de 2007. São Paulo: Paulus, 2007.

CONSELHO PONTIFÍCIO PARA A FAMÍLIA. **Família, Matrimônio e “Unões de Fato”**. São Paulo: Paulinas, 2004, 3ª ed.

CONSTITUIÇÃO PASTORAL *GAUDIUM ET SPES*. In: Compêndio do Vaticano II: constituições, decretos, declarações. Petrópolis: Vozes, 2000, 28. ed.

CRAWFORD, Robert. **O que é Religião?** Trad: Gentil Avelino Tilton. Petrópolis: Vozes, 2005.

CUNNIGHAM, A.; MODRAS, R.; SCHULTE, J. **La sexualidad humana: nuevas perspectivas del pensamiento católico**. Trad: Valiente Malla. Madrid: Cristiandad, 1978.

DÍAS, Javier de Las Torres. *Diversos paradigmas em torno do planejamento familiar: do senador romano Metelo ao método ogino*. In: SANCHES, Mário Antônio (org). **Bioética e planejamento familiar: perspectivas e escolhas**. Petrópolis: Vozes, 2014, p. 25-47.

DUPAS, Gilberto. **Ética e poder na sociedade da informação**. São Paulo: UNESP, 2011, 3ª Ed.

DURAND, Guy. **A bioética: natureza, princípios, objetivos**. São Paulo: Paulus, 1995.

DURAND, Guy. **Introdução geral à Bioética: história, conceitos e instrumentos**. Trad: Nicolás Nyimi Campanário. São Paulo: São Camilo / Loyola, 2010, 3. ed.

DUSSEL, Enrique. **Ética comunitária**. Petrópolis: Vozes, 1987.

EGUREN, J. A. **Paternidad responsable y valores humanos: aportación al diálogo sobre la planificación familiar**. Valencia: Edicep, 1976.

ELIZARI, Francisco Javier. **Procriação Responsável**. IN: VIDAL, Marciano (org). **Ética Teológica: conceitos fundamentais**. Trad: Jaime A. Clasen e Ephraim F. Alves. Petrópolis: Vozes, 1999.

ELIZARI, Javier. Reprodución digna del ser humano. In: VIDAL, M; ELIZARI, J; RUBIO, M. **El don de la vida – ética de la procreación humana**. Madrid: OS Editorial, 1987.

ENGELHARDT, H. Tristram, Jr. **Fundamentos da bioética**. São Paulo: Loyola, 1998.

FAGLEY, Richard M. **As religiões diante do problema do controle dos nascimentos**. IN: ROBERTS, Thomas (org). **Direitos do sexo e do matrimônio: o valor positivo do corporal ou sexual**. Trad: Benedito Beni dos Santos. Petrópolis: Vozes, 1972.

FÉRES-CARNEIRO, T.; MAGALHÃES, A. S. A parentalidade nas múltiplas configurações familiares contemporâneas. In: MOREIRA, L. V. C; RABINOVICH, E. P. (Org.). **Família e parentalidade: olhares da psicologia e da história**. Curitiba: Juruá, 2011.

FORD, N. M. A Catholic ethical approach to human reproductive technology. **Reproductive BioMedicine Online**, v. 17, Suplemento 3, 2008, p. 39-48.

FRANKL, Viktor; LAPIDE, Pinchas. **A busca de Deus e questionamentos sobre o sentido**. Trad: Márcia Neumann. Petrópolis: Vozes, 2013.

FROMM, Erich. **A arte de amar**. Trad: Milton Amado. Belo Horizonte: Itatiaia Limitada, 1971.

GAFO, Javier. **Bioética Teológica**. Madrid: Comillas / Desclée De Brouwer, 2003, 3ª ed.

GAFO, Javier. **Bioética**. Trad: Augusto Neves Marques. São Paulo: Paulus, 2011.

GARCIA, M. del C. M. **Decisiones de pareja em el comienzo de la vida: limites y posibilidades del principio de autonomia**. 2008, 67f. Disertación (Máster em Bioética). Universidad Pontificia Comillas, Madrid, 2008.

GARRAFA, V. PORTO, D. Bioética, poder e injustiça: por uma ética de intervenção. In: GARRAFA, V.; PESSINI, L. **Bioética: Poder e Injustiça**. São Paulo: Loyola, 2003.

GHIRLANDA, Gianfranco. **O Direito na Igreja: Mistério de Comunhão – compêndio de Direito Eclesial**. Trad: Roque Frangiotti, Edwino Aloysius Royer, Aauri Fiorotti. Aparecida: Santuário, 2003.

GRACIA, D. Enfoque geral da bioética. In: VIDAL, M. **Ética Teológica: conceitos fundamentais**. Petrópolis: Vozes, 1999.

HABERMAS, Jürgen. **O futuro da natureza humana**. Trad: Karina Jannini. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

HÄERING, Bernhard. **Matrimônio em nosso tempo**. Trad: José Antônio G. da Silva Marques. São Paulo: Herder, 1965.

HAERING, Bernhard. **Paternidad responsable**. Madrid: Ediciones Paulinas, 1971.

HORTELANO, Antonio. **El amor y la familia en las nuevas perspectivas cristianas**. Salamanca: Ediciones Sígueme, 1974.

JOÃO PAULO II. **A missão da família cristã no mundo de hoje**. São Paulo: Paulinas, 2009, 22^a ed.

JOÃO PAULO II. **Carta Encíclica *Evangelium Vitae***. São Paulo: Paulus, 1995.

JONAS, Hans. **O princípio responsabilidade: ensaio de uma ética para a civilização tecnológica**. Trad: Marijane Lisboa e Luiz Barros Montez. Rio de Janeiro: Contraponto – Ed. PUCRIO, 2006.

JUNGES, José Roque. **Bioética: perspectivas e desafios**. São Leopoldo: Unisinos, 2005, 3^a reimpressão.

KEENAN, James F. **História da Teologia Moral Católica no século XX: da confissão dos pecados à libertação das consciências**. Trad: Luiz Paulo Rouanet. São Paulo: Loyola, 2013.

LEERS, Bernardino. **Família, casamento, sexo**. Petrópolis: Vozes, 1992.

LIBÂNEO, João Batista. **Cenários da Igreja**. São Paulo: Loyola, 2001.

LIBÂNEO, João Batista. **Concílio Vaticano: em busca de uma primeira compreensão**. São Paulo: Loyola, 2005.

LIMA VAZ, Henrique C. **Antropologia Filosófica**. São Paulo: Loyola, 2011, 11^a ed.

LOYOLA, L.; COUTINHO, L.; PAIXÃO, R. **Em busca do bebê perfeito**. In: Revista Veja, edição 1622, ano 32 – n. 44, de 3 de nov. de 1999. Editora Abril, SP, 1999.

McLAREN, Angus. **Historia de los anti-conceptivos**. Madrid: Minerva Ediciones, 1993.

MIRANDA, Antônio Afonso de. **Sexualidade, Matrimônio e Família**. São Paulo: Ed. Salesiana Dom Bosco, 1983.

MOLTMANN, Jürgen. **Dios em la creación: doctrina ecológica de la creación**. Salamanca: Sígueme, 1987.

MOLTMANN, Jürgen. **Ética da Esperança**. Trad: Vilmar Schneider. Petrópolis: Vozes, 2012.

MOSER, Antonio. **A paternidade responsável face a uma mentalidade contraceptiva**. Petrópolis: Vozes, 1982, 3ª ed.

MOSER, Antonio. Planejamento familiar atual na Igreja Católica: do ruído estrondoso a um silêncio perturbador. In: SANCHES, Mário Antônio (org). **Bioética e planejamento familiar: perspectivas e escolhas**. Petrópolis: Vozes, 2014, p. 59-70.

MOSER, Antonio. **Teologia Moral: questões vitais**. Petrópolis: Vozes, 2004.

OLIVEIRA, Manfredo Araújo de. **Ética e práxis histórica**. São Paulo: Ática, 1995.

PARENTEAU-CARREAU, Suzanne. **Amor doando vida: fecundidade e controle de natalidade**. Trad: Maurício Ruffier, sj. São Paulo: Loyola, 1979.

PAULO VI. **Carta Encíclica *Humanae Vitae***. São Paulo: Paulinas, 2010, 12ª ed.

PESSINI, Leo; SIQUEIRA, José Eduardo; HOSSNE, Willian Saad (orgs). **Bioética em tempos de incertezas**. São Paulo: Centro Universitário São Camilo / Loyola, 2010.

PICCININI, Cesar Augusto; ALVARENGA, Patrícia. **Maternidade e Paternidade: a parentalidade em diferentes contextos**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2012.

PIGHIN, Bruno Fábio. **Os fundamentos da moral cristã: manual de ética teológica**. Trad: José Joaquim Sobral. São Paulo: Ave Maria, 2005.

PIO XI. **Casti Conubii: sobre o matrimônio cristão**. Petrópolis: Vozes, 1946, 2ª ed.

Pio XII. **Documentos Pontifícios n. 82: sobre o apostolado das parteiras**. Petrópolis: Vozes, 1952.

POWELL, John. **Aborto: o holocausto silencioso**. Trad: Rachel Warszawski. São Paulo: Loyola, 2006.

RAHNER, Karl. **Reflexiones en torno a la *Humanae vitae***. Madrid: Ediciones Paulinas, 1968.

RAMPAZZO, Lino. **Antropologia, religiões e valores cristãos**. São Paulo: Loyola, 2004, 3. Ed.

RATZINGER, J. **Hacia una teologia del matrimonio**. Selecciones de Teologia 9, 1970.

REVISTA VOZES. **Moralidade do planejamento familiar**. Ano 62, n. 05, maio de 1968.

REVISTA VOZES. **Paulo VI, Natalidade, Cristãos**. Ano 62, n. 11, novembro de 1968.

RHONHEIMER, Martin. **Ética de La Procreación**. Madrid: RIALP, 2004.

RICCI, Luiz Antonio Lopes. Planejamento familiar à luz da ética teológica. In: SANCHES, Mário Antonio (org). **Bioética e planejamento familiar: perspectivas e escolhas**. Petrópolis: Vozes, 2014.

ROBERTS, Thomas (org). **Direitos do sexo e do matrimônio: o valor positivo do corporal ou sexual**. Trad: Benedito Beni dos Santos. Petrópolis: Vozes, 1972.

ROUMIÉ, Pedro. **Controle de natalidade: a quem interessa?** São Paulo: Paulinas, 1986.

SALZMAN, Todd. A.; LAWLER, Michael G. **A pessoa sexual: por uma antropologia católica renovada**. Trad: Luzia Araújo. São Leopoldo: Unisinos, 2012.

SANCHES, M. A. (Org.); GUBERT, I. C. (Org.). **Bioética e Vulnerabilidades**. Curitiba: Champagnat Editora PUCPR / Editora UFPR, 2012.

SANCHES, M. A. **Bioética, ciência e transcendência**. São Paulo: Loyola, 2004.

SANCHES, M. A. **Brincando de Deus: bioética e as marcas sociais da genética**. São Paulo: Ave Maria, 2007.

SANCHES, M. A.; VIEIRA, J. O.; MELO, E. A. **A Dignidade do Embrião Humano - diálogo entre teologia e bioética**. São Paulo: Ave Maria, 2012, 1ª ed..

SANCHES, Mário Antonio (org). **Bioética e planejamento familiar: perspectivas e escolhas**. Petrópolis: Vozes, 2014.

SANCHES, Mário Antônio. **O aborto numa perspectiva pastoral**. IN: Revista Eclesiástica Brasileira, 285, janeiro, 2012.

SANCHES, Mário Antônio. **Reprodução assistida e bioética: Metaparentalidade**. São Paulo: Ave Maria, 2013.

SANTA SÉ. **Catecismo da Igreja Católica**. Brasília: Edições CNBB, 2013, 2ª ed.

SANTAMARIA, Dionísio; GIBBONS, Guilherme. **Integridade na transmissão da vida**. São Paulo: Paulinas, 1981.

SCHILLEBEECKX, Edward. **El Matrimonio: realidad terrena y misterio de salvación**. Salamanca: Sígueme, 1968.

SGRECCIA, Elio. **Manual de Bioética: aspectos médico-sociais**. Trad: Orlando Soares Moreira. São Paulo: Loyola, 2004, 2. ed.

SOLIS-PONTON, Letícia (org.). **Ser pai, ser mãe – Parentalidade: um desafio para o terceiro milênio**. Trad: Maria Cecília Pereira da Silva. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2004.

SOLÍS-PONTÓN, Leticia; BECERA, Teresa Lartigue; MALDONADODURÁN, Martin. **La cultura de la parentalidad – antídoto contra la violencia y la barbarie**. México / Bogotá: Manual Moderno, 2006.

USSEL, Jos Van. **Repressão Sexual**. Rio de Janeiro: Campus, 1980.

VIDAL, Marciano. **Ética da Sexualidade**. São Paulo: Loyola, 2002.

VIDAL, Marciano. **Nova Moral Fundamental: o lar teológico da ética**. Trad: Roque Frangiotti, Mário Gonçalves, Benôni Lemos. Aparecida / São Paulo: Santuário / Paulinas, 2003.

VIDAL, Marciano. **O evangelho da vida: para uma leitura da *Evangelium Vitae***. Trad: Bertillo Brod. São Paulo: Paulinas, 1997.

VIDAL, Marciano. **O matrimônio: entre o ideal cristão e a fragilidade humana**. Trad: Ivo Storniolo. Aparecida: Santuário, 2007.

VVAA. **Contracepção na contemporaneidade: o distanciamento da moral católica**. In: Revista de Bioética 2012; 20 (02), p. 336-341.

WOJTYLA, Karol. **Amor e Responsabilidade: estudo ético**. Trad: João Jarski e Lino Carrera. São Paulo: Loyola, 1982.

ANEXO A

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

EU _____, RG N° _____, estou sendo convidado a participar de um estudo denominado: *Planejamento familiar no contexto intereclesial*. O objetivo do estudo é mapear a presença ou ausência de projeto de parentalidade em pessoas que já tiveram filhos e a sua relação com alguns fatores tais como: visão de sexualidade, modelos de família, questões sociais e religião.

Estou ciente que minha participação neste estudo implica em responder a um questionário, num momento em que estarei participando de algum evento ou reunião de pastoral. Tendo em vista que o questionário será sobre Planejamento Familiar, se eu ou minha parceira estiver grávida, eu devo me declarar impedida/o de responder o questionário.

Estou ciente de que minha privacidade será respeitada em tudo o que estiver relacionado a tornar público os resultados da pesquisa. Para manter a minha privacidade o questionário não pede meu nome e será recolhido separadamente deste Termo de Consentimento.

Estou ciente de a pesquisa não me traz benefício direto, mas poderá ajudar a Igreja a ter uma compreensão melhor no campo do planejamento e pastoral familiar.

O pesquisador responsável por este projeto é o professor Mário Antonio Sanches, com quem poderei manter contacto pelos telefones: (41)36673319 ou (41)91519421, ou ainda pelo e-mail m.sanches@pucpr.br. Em caso de reclamação ou qualquer tipo de denúncia sobre este estudo devo ligar para o CEP PUCPR (41) 3271-2292 ou mandar um *email* para nep@pucpr.br.

Li, portanto, este termo, fui orientado quanto ao teor da pesquisa acima mencionada e compreendi a natureza e o objetivo do estudo do qual fui convidado a participar. Concordo, voluntariamente em participar desta pesquisa, sabendo que não receberei nem pagarei nenhum valor econômico por minha participação.

Assinatura do participante da pesquisa

Assinatura do pesquisador

_____ de _____ de 20____

24 – A sua atividade profissional (ou de sua companheira) influenciou na decisão de engravidar mais tarde?
 zero 1 2 3 4

25 – A possibilidade de adquirir doença alterou a sua prática sexual?
 zero 1 2 3 4

26 – A religião lhe influenciou na escolha do método contraceptivo?
 zero 1 2 3 4

27 – O uso de preservativos lhe incentivou a ter relacionamento sexual com outra pessoa, além do parceiro?
 zero 1 2 3 4

28 – Para você qual a relação entre casamento e ter filhos ?
 zero 1 2 3 4

29 – Você teve acesso a serviços/orientações sobre planejamento familiar na gravidez do primeiro filho?
 zero 1 2 3 4

30 – Você teve o acesso desejado ao serviço pré-natal na gravidez do primeiro filho?
 zero 1 2 3 4

31 – A gravidez do seu primeiro filho ocorreu para segurar um relacionamento?
 zero 1 2 3 4

32 – Você engravidou do primeiro filho para alcançar uma melhor situação econômica?
 zero 1 2 3 4

33 – Ocorreu alguma dificuldade de se conseguir emprego por ter filho?
 zero 1 2 3 4

Responda Sim ou Não

34 – Um dos parceiros não queria filho por já ter filho de outro relacionamento?
 Sim Não Não se aplica

35 – Você já assumiu um filho/a sozinho/a?
 Nunca Por morte do parceiro/a Por separação Por opção Por outra situação

36 – Você já se separou devido às dificuldades em ter filho? Sim Não

37 – Se você decidiu não ter mais filho, qual o motivo? Opção pessoal Já teve um filho doente Vive com HIV/AIDS Há enfermidades genética na família Casamento com consanguinidade Não se aplica

38 – Você já perdeu um filho menor de 5 anos? Sim Não

SÓ RESPONDE QUEM TEM MAIS DE UM FILHO (da 40 a 54)

39 – Qual seu estado civil na gravidez do último filho?
 Solteiro Casado Divorciado
 Viúvo União Estável Separado Judicialmente

40 – Qual era seu grau de escolaridade na gravidez do último filho?
 Não havia estudado Estava nas séries iniciais Havia concluído a 4ª. Série
 Estava entre a 5ª e 8ª. série Estava no Ensino Médio Havia concluído o EM.
 Estava na Faculdade Havia concluído a Faculdade

41 – Qual era a sua situação de emprego na gravidez do último filho?
 Empregado(a) Desempregado(a) Autônomo(a) Do lar

42 – Com quem você morava quando soube da gravidez do último filho?
 Sozinha(o) Com amigos Com os pais Com o(a) parceiro(a) Outro

43 – Qual foi a sua reação no anúncio da gravidez do último filho?
 Revolta Preocupação Surpresa Aceitação Alegria

Responda as questões abaixo com notas de zero e quatro:

44 – Você planejou a gravidez do teu último filho?
 zero 1 2 3 4

45 – Você pensou nos riscos de saúde relacionados a ter filhos - antes da gravidez do último filho?
 zero 1 2 3 4

46 – Você avaliou as condições econômicas para cuidar do bebê - antes da gravidez do último filho?
 zero 1 2 3 4

47 – Você chegou a desejar, em algum momento, o aborto do último filho?
 zero 1 2 3 4

48 – A gravidez do último filho foi um projeto de casal. Decisão dos dois. ?
 zero 1 2 3 4

49 – A sua família ajudou na aceitação da gravidez do seu último filho ?
 zero 1 2 3 4

50 – Você teve acesso a serviços/orientações sobre planejamento familiar na gravidez do último filho?
 zero 1 2 3 4

51 – Você teve o acesso desejado ao serviço pré-natal na gravidez do último filho?
 zero 1 2 3 4

52 – A gravidez do último filho ocorreu para segurar um relacionamento?
 zero 1 2 3 4

53 – Você engravidou do último filho para alcançar uma melhor situação econômica?

zero

1

2

3

4



Comitê de Ética
em Pesquisa da
PUCPR

ASSOCIAÇÃO PARANAENSE
DE CULTURA - PUCPR



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: Planejamento Familiar no Contexto Intereclesial

Pesquisador: Mário Antonio Sanches

Área Temática:

Versão: 1

CAAE: 21475313.0.0000.0020

Instituição Proponente: Pontifícia Universidade Católica do Paraná - PUCPR

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 409.841

Data da Relatoria: 25/09/2013

Apresentação do Projeto:

O presente Projeto é um desdobramento de projeto Elaboração e Validação de Instrumento para Avaliar os `Planejamento da Parentalidade que conta com o apoio da Fundação Araucária - com bolsa produtividade dada ao coordenador do projeto - e está inserido no contexto de crescimento e fortalecimento do Grupo de Pesquisa Teologia e Bioética, formado em 2002, hoje vinculado ao Programa de Pós-graduação em Teologia e ao Programa de Pós-graduação em Bioética. Por isso este estudo se relaciona com o projeto anterior que levou à validação do Instrumento de pesquisa que será utilizado neste estudo.

Objetivo da Pesquisa:

Mapear a presença ou ausência de projeto de parentalidade em pessoas que já tiveram filhos e a sua relação com alguns fatores tais como: visão de sexualidade, modelos de família, questões sociais e religião.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Riscos de possibilidade de violação da privacidade dos sujeitos de pesquisa, por este motivo os pesquisadores assumem o compromisso de cumprir e zelar pelos princípios da ética em pesquisa. Por isso, o TCLE irá expressar claramente o compromisso dos pesquisadores em manter o sigilo. Os benefícios que a pesquisa poderá trazer são: compreensão que a Igreja tem diretrizes claras sobre parentalidade; conhecimento dos limites da aplicação das orientações

Endereço: Rua Imaculada Conceição 1155

Bairro: Prado Velho

CEP: 80.215-901

UF: PR

Município: CURITIBA

Telefone: (41)3271-2292

Fax: (41)3271-2292

E-mail: nep@pucpr.br



Comitê de Ética
em Pesquisa da
PUCPR

ASSOCIAÇÃO PARANAENSE
DE CULTURA - PUCPR



Continuação do Parecer: 409.841

magisteriais entre a base eclesial; um despertar para a necessidade da elaboração de um projeto pastoral que vise orientar e esclarecer, sobretudo, os jovens casais da importância de um sério planejamento familiar; construção de uma cultura de parentalidade em favor da vida.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Projeto de pesquisa metodologicamente adequado, critérios de inclusão e de exclusão bem definidos.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Claro, objetivo, atende a resolução 466/12

Recomendações:

Este projeto de pesquisa está APROVADO no quesito ético.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Projeto de Pesquisa Aprovado.

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

Considerações Finais a critério do CEP:

Lembramos aos senhores pesquisadores que, no cumprimento da Resolução 466/2012, o Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) deverá receber relatórios anuais sobre o andamento do estudo, bem como a qualquer tempo e a critério do pesquisador nos casos de relevância, além do envio dos relatos de eventos adversos, para conhecimento deste Comitê. Saliemos ainda, a necessidade de relatório completo ao final do estudo. Eventuais modificações ou emendas ao protocolo devem ser apresentadas ao CEPPUCPR de forma clara e sucinta, identificando a parte do protocolo a ser modificado e as suas justificativas. Se a pesquisa, ou parte dela for realizada em outras instituições, cabe ao pesquisador não iniciá-la antes de receber a autorização formal para a sua realização. O documento que autoriza o início da pesquisa deve ser carimbado e assinado pelo responsável da instituição e deve ser mantido em poder do pesquisador responsável, podendo ser requerido por este CEP em qualquer tempo.

Endereço: Rua Imaculada Conceição 1155

Bairro: Prado Velho

CEP: 80.215-901

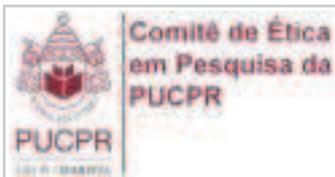
UF: PR

Município: CURITIBA

Telefone: (41)3271-2292

Fax: (41)3271-2292

E-mail: nep@pucpr.br



ASSOCIAÇÃO PARANAENSE
DE CULTURA - PUCPR



Continuação do Parecer: 409.841

CURITIBA, 30 de Setembro de 2013

Assinador por:
NAIM AKEL FILHO
(Coordenador)

Endereço: Rua Imaculada Conceição 1155

Bairro: Prado Velho

CEP: 80.215-901

UF: PR

Município: CURITIBA

Telefone: (41)3271-2292

Fax: (41)3271-2292

E-mail: nep@pucpr.br